



resenha

de política exterior do brasil

número 48. janeiro, fevereiro e março de 1986

1. presidente josé sarney decreta o plano de estabilização econômica
2. roberto de abreu sodré assume o ministério das relações exteriores
3. reunião de chanceleres dos países-membros do grupo de contadora
4. brasil e argentina assinam protocolo de intercâmbio cultural
5. brasília recebe o secretário geral da oea, joão clemente baena soares
6. instalada a comissão geral de coordenação brasileiro-uruguaia
7. ministro das relações exteriores do paraguai visita o brasil
8. no brasil, o secretário geral da organização das nações unidas

ministério das relações exteriores

resenha

de política exterior do brasil



ministério das relações exteriores

brasil recebe o presidente da França, François Mitterrand

Discurso do Presidente José Sarney, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente da República da França, François Mitterrand, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 14 de outubro de 1985.

Senhor Presidente,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil é, para todos nós, motivo de alegria. A França é, para o Brasil, um símbolo. Símbolo de cultura, de liberdade, de luta, de democracia.

Pessoalmente, unem-me à França, Senhor Presidente François Mitterrand, laços de comunhão regional.

A capital do meu Estado, o Maranhão, que tive a honra de governar, e em cujo ambiente intelectual recolhi os primeiros ecos da França literária e política, foi fundada pelos compatriotas de Vossa Excelência, ao tempo em que sonhavam com a França Equinocial.

A velha cidade de São Luís, plantada no chão maranhense por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, sempre conservou algo da França, embora guardando, em ruas, palácios e casas azulejadas, a marca urbana e arquitetônica do gênio português. No esti-

lo de vida, no gosto das letras, na inquietação das idéias sociais e políticas, perduram peculiaridades de concordância com os valores franceses, como se o gênio da cidade permanecesse identificado com o rei francês e seu antepassado, o rei-santo, que distribuía justiça debaixo de árvores, e curava os doentes ao tocar-lhes as feridas.

Índios maranhenses foram levados a Paris pelos capuchinhos Yves d'Evreux e Claude d'Abbeville, (que escreveu "Não terá Deus reservado este país para ser louvado até o fim do mundo?") e foram batizados pelo Bispo de Paris, tendo como padrinhos o Rei Luís XIII e a Rainha-Regente Maria de Médicis, com chapéu de flores na cabeça e vestes de tafetá branco.

Por isso, quando tratei de reformar a cidade, no sentido de sua expansão natural, dei o nome de Avenida dos Franceses a uma das mais belas vias da nova São Luís. Desejo de não perdermos com o tempo a memória de nossas raízes, de que nos desvanecemos e orgulhamos.

A presença francesa na história brasileira remonta aos tempos da Colônia.

Foram índios da França Antártica que inspiraram Montaigne que chegou a provar farinha — achou-a um pouco sem gosto, “un peu fade” —, a, em um de seus ensaios, pensar sobre a pureza original dos índios. E suas considerações possivelmente terão influenciado mais tarde Rousseau em sua concepção de “bon sauvage” e da pureza original do homem — base do pensamento filosófico da Revolução Francesa.

Mas, ao longo dos anos, sobrepôs-se, à França dos navegantes que primeiro aportaram em nossas terras, uma França que todos os brasileiros trazem no coração.

Mais importante que as primeiras imagens foram aquelas que chegaram com nossa ânsia de independência. Idéias francesas circularam nas veias da jovem nação. Por sua história e pelas palavras de seus pensadores, a França se fez sentir nas lutas internas, na Bahia e em Pernambuco. Rousseau foi lido pelos Inconfidentes de Minas Gerais. E quando os gritos libertários tomaram conta da Bastilha, os ventos da esperança os trouxeram ao novo mundo, onde ecoaram entre nossos povos.

Já como nação independente, o Brasil viu na França, através da obra de um Benjamin Constant, uma inspiração para sua ordem constitucional. Junto com as idéias políticas, por sobre as águas do Atlântico, aportaram em nossas costas e nesse Rio de Janeiro do Século XIX, de tantas influências francesas, os textos de Hugo, Chateaubriand, Balzac, Lamartine e tantos outros. Esse mesmo Rio de Janeiro que Debret já havia ilustrado magnificamente e que vai depois, se inspirar na Paris do fim do século para construir alguns de seus principais edifícios e monumentos.

Nossa República foi proclamada à luz das idéias filosóficas que deram o lema de nossa bandeira: Ordem e Progresso; a ordem e o progresso que o gênio francês soube legar

ao mundo com a disciplina de seu raciocínio cartesiano e com o espírito construtivo de sua missão civilizadora.

Para qualquer direção que nos voltemos, em busca de nossa caminhada ao longo do tempo, sempre há um pedaço da França conosco, por intermédio dos valores que a singularizam.

A presença da França no Brasil continuou viva em nosso século. Aprendemos o francês em nossas escolas. Eu próprio tive de decorar Corneille, e recitava trechos de “Le Cid” com meus colegas, como método de ensino. Contudo, minha parte era pequena: resumia-se a alguns versos: “À vaincre sans péril on triomphe sans gloire”, ou “Parle sans t’émouvoir!...”, o que nunca consegui fazer. Sempre me emociono.

Blaise Cendrars teve papel da maior importância no nosso movimento modernista e amava o Brasil. Georges Bernanos viveu entre nós, exilado de sua França ocupada pelo invasor nazista, e, de sua fazenda em Minas Gerais, ajudou a manter acesa a chama da resistência.

O grande antropólogo Claude Lévi-Strauss, aqui presente, escreveu seu importante “Tristes Trópicos” em resultado de trabalho no interior do Brasil, e ligado à Universidade de São Paulo. A mesma Universidade que esteve ligado o grande historiador Braudel. E o pensamento francês em filosofia, história, sociologia, continua a ter grande influência pela sua coragem e capacidade de compreensão dos problemas humanos e sociais.

E qualquer escritor brasileiro terá no coração versos de Appollinaire: (“Sous le pont Mirabeau coule la Seine. . .”); versos de Verlaine (“Il pleut dans mon coeur comme il pleut sur la ville”); de Baudelaire (“Là, tout n’est qu’ordre et beauté, luxe, calme et volupté”); de Mallarmé (“La chair est triste, hélas, et j’ai lut ous les livres”); La Fontaine (“Deux pigeons s’amaient d’amour tendre”); de Rimbaud (“L’Europe aux

anciens parapets"); se lembrará de episódios e trechos de Rabelais, de Michelet, de Balzac, de Proust, de Malraux.

Mas se a tradição literária francesa, entre outras, nos alimenta, não é menor nossa ligação com a tradição de luta pela liberdade e democracia.

Assim como franceses nos procuraram em momentos sombrios, e lhes abrigamos com nossa fraternidade, também os franceses com sua "tradition d'asile", sempre receberam todos os brasileiros nos momentos em que precisamos.

Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Benjamin Constant e Tocqueville não são apenas franceses: fazem parte de nosso próprio legado histórico-cultural, tão íntima foi e tem sido nossa relação com a cultura do seu país.

Os ideais da Revolução Francesa que balizam todas as democracias modernas, nos são particularmente caros.

Quem não teve a alma angustiada quando a França foi invadida, e depois não chorou de contentamento no dia da retomada de Paris? Mauro Mota, um grande poeta brasileiro do Nordeste, há pouco desaparecido, quando teve de escrever sobre o último conflito mundial, cantou em sua "Balada Sentimental da Guerra no Recife", a alegria de Paris libertada. Quem durante os anos de ocupação não se identificou com a canção da resistência: "Il y a des pays où les gens aux creux des lits font de rêves" . . . E sonhava com a liberdade: "dans la nuit la liberté nous écoute" . . .

Senhor Presidente,

É Vossa Excelência o primeiro Chefe de Estado europeu a visitar nosso país desde a posse no cargo que assumiu em decorrência da tragédia em que perdemos o fundador da Nova República, Tancredo Neves.

Foi Vossa Excelência Ministro de um governo de união nacional.

Hoje no Brasil também vivemos um momento de união nacional, de reconciliação, de construção.

Cabe-me, pelas mãos do destino, presidir a um governo que busca unir todas as opiniões para a tarefa de reconstruir a democracia. A tarefa é imensa.

Muito já fizemos. Respira-se liberdade em todos os cantos do País, e procura-se discutir e encontrar soluções para os diversos problemas nas áreas institucional, política, econômica e social: eleições, partidos políticos, nova Constituição, reforma agrária, inflação, desenvolvimento econômico; o País vive uma bendita ebulição: a das idéias, dos caminhos, dos futuros.

Temos consciência de que, para alcançar tão grandes objetivos, temos de atingir patamares ainda mais elevados de convivência e cooperação entre os povos, como Vossa Excelência testemunhou ao conversar com Tancredo Neves em Latché, no início deste ano.

Senhor Presidente,

Temas permanentes na paisagem de nossa política externa nos fazem perceber quão profundos são e podem vir a ser nossos laços. Estamos certos de que o constante aperfeiçoamento das relações franco-brasileiras constitui meta de igual prioridade para ambos os países. Reflete, a um só tempo, a força da história e o dinamismo do presente. Responde à amizade e à simpatia que existem entre nossos povos e se traduz no compromisso de diálogo.

A visita de Vossa Excelência revive a esperança de uma retomada florescente e viva da chama francesa nestas paragens.

Um exemplo disso é a nossa decisão de lançar o Projeto França-Brasil, de largo fôlego, que expandirá a nossa cooperação cultural, científica, técnica e tecnológica.

O Projeto ensinará a definição de novos caminhos para o futuro de nossas relações.

Muitos são os exemplos. Menciono apenas a cooperação científica e tecnológica. A cooperação entre a França e o Brasil nessa área não é de hoje. Descortinam-se perspectivas que estão muito acima das realizações do passado. Vemos, por exemplo, com particular interesse, a hipótese de participarmos do Projeto "Eureka". Temos acompanhado, desde o início, a idéia de Vossa Excelência de criar um esquema de cooperação civil, orientado para a pesquisa e para a aplicação industrial da tecnologia. O sucesso da iniciativa é, hoje, inegável e proporciona vasto campo para a execução de atividades conjuntas em setores de ponta. Compartimos a visão política e as considerações de ordem econômica e de desenvolvimento tecnológico que norteiam o Projeto. Que a ciência e a cooperação entre os povos ocupem o espaço exterior.

Gostaria também de referir-me, no contexto de nossas relações, ao nível de intercâmbio comercial, que faz da França um dos principais parceiros do Brasil. Temos comprado menos nos últimos anos, mas tal situação poderá ser corrigida pela retomada do crescimento da economia brasileira. Preocupamo-nos, também, a estrutura das trocas, pois na pauta de nossas exportações, cujos valores têm variado pouco, ainda predominam determinados produtos básicos. O Brasil pode oferecer à França bens industrializados, em condições competitivas de preço e qualidade. Isso constituiria estímulo adicional para que voltássemos a importar em escala condizente com nossas necessidades de desenvolvimento.

Senhor Presidente,

A tradição, a seriedade e a ampla perspectiva de nossas diplomacias serão uma base inspiradora de inovação e criatividade, para o estreitamento de nossas relações e para a tarefa de realizar nosso sonho comum de construção de um mundo mais livre e mais justo, na paz e na democracia.

A tarefa diplomática da atualidade é gigantesca.

Neste mundo de instabilidade e de crise, em que persistem focos de confrontação política e militar, o Brasil busca adotar uma diplomacia de larga visão, fundada numa vocação pacifista.

Nossos princípios de segurança não podem ser condicionados nem pela disputa entre as grandes potências, nem pela sujeição a pequenos conflitos.

Nosso apego ao princípio da autodeterminação tem o mesmo sentido na América Central, na Namíbia, no Afeganistão ou no Oriente Médio. Gostaria de referir-me especialmente à América Central, região que anseia pelo aperfeiçoamento de suas estruturas políticas, sociais e econômicas, sem ingerências ou pressões externas. O Brasil é solidário com os povos centro-americanos. Está firmemente convencido de que somente pelo respeito ao direito internacional se criarão condições para o surgimento de sociedades justas e democráticas na região. Por isso continuará emprestando todo o seu respaldo político e moral ao Grupo de Contadora, agora canalizado institucionalmente através do Grupo de Apoio formado conjuntamente com a Argentina, Peru e Uruguai.

É ainda uma posição de princípio que explica nosso repúdio ao racismo. Esse repúdio é um componente intrínseco, permanente e profundo, de nossa cultura. Por essa razão condenamos, de maneira coerente, firme inequívoca, o **apartheid**, sistema discriminatório que despreza a dignidade humana e constitui ameaça à estabilidade do continente africano.

Senhor Presidente,

A paz mundial está à espera de segurança econômica para os povos, pois a segurança não se alcança com o acúmulo de armas.

O Brasil sabe que seus objetivos econômicos e sociais não poderão ser alcançados sem a realização, em primeiro lugar, de um esforço próprio, dirigido ao crescimento,

ao combate à inflação e à expansão de seus investimentos.

Sabe também que a América Latina pode, até certo ponto, ajudar-se, por um aumento de integração.

Acredita que o trabalho conjunto dos países em desenvolvimento poderá ser peça importante para aliviar o peso de seus problemas comuns.

O Brasil acha que é necessário realizar mudanças no sistema econômico internacional. Ele tem se mostrado injusto e punitivo, discriminatório e espoliativo em relação aos países em desenvolvimento. É urgente a retomada do Diálogo Norte-Sul, única forma de se conseguirem resultados concretos na construção de uma ordem internacional mais justa e equitativa, que leve em conta os múltiplos interesses comuns que aproximam os países ricos e pobres. Lutamos para abrir mercados, eles se fecham, lutamos para acompanhar o desenvolvimento tecnológico e por uma política de garantias de preços dos nossos produtos cada vez mais deteriorada.

A retomada do crescimento da economia mundial só ocorrerá pelo melhor acesso dos países em desenvolvimento aos mercados dos países desenvolvidos e pela maior fluidez das correntes financeiras. Compromisso nesse sentido é essencial para o Brasil, que se encontra na difícil contingência de obter crescentes superávits comerciais apenas para honrar o serviço de sua dívida externa. Para nós, a liberação das trocas é insuperável da reforma do sistema monetário, cuja inadequação explica, em grande parte, as atuais dificuldades encontradas por vários países em desenvolvimento para reequilibrar suas contas externas.

As decisões no setor financeiro internacional são tomadas sem considerações aos reflexos que podem ter em nossas economias. Nossa participação fica sendo uma só: a do sacrifício.

Sacrifício que começa no econômico, passa para o social e nos joga numa área de instabilidade política, que, para particularizar, é mais dramática na América Latina, onde a democracia tem sido trôpega e só agora renasce, despertando esperança de liberdade e crescimento.

Veja-se o problema da dívida: juros elevados, contratos leoninos, protecionismos nos levaram a uma situação que tem de ser meditada e reexaminada com profundidade.

O Brasil deseja a negociação. Não podemos pagar a dívida com os mecanismos de ajustamento da ortodoxia das leis de mercado, porque seria pagá-la com a miséria, com o desemprego, com o atraso. E o Brasil já disse que não aceita tutelas e não à recessão.

Nossa fórmula é crescer. Nossa atitude primeira tem sido a de denúncia da ordem imposta, mas temos fórmulas a oferecer no momento de negociar.

Não desejamos a confrontação, mas tudo faremos para defender nossos interesses.

Fico à vontade em dizer estas coisas a Vossa Excelência. Tem sido o Presidente da França pioneiro na necessidade de uma visão política da dívida externa.

O peso da França será importante para o mundo em desenvolvimento. Quase dois terços da nossa dívida externa está na Europa Ocidental e no Japão. O apoio de seu país é alentador. Temos certeza de que a França, sensível às causas dos mais pobres e injustiçados, nos ajudará a carregar essa bandeira.

Senhor Presidente,

O Brasil não tem pretensões hegemônicas, mas não deseja ser personagem passiva e invisível no cenário internacional.

Creio que temos um espaço que nos foi legado pela História e pelo peso específico de

nossa Pátria. Desejamos ocupá-lo, compartilhar das responsabilidades mundiais.

Senhor Presidente,

Um tempo de grandes modificações nos aguarda. O mundo entra numa nova etapa de conquistas tecnológicas. Velhos problemas, teorias, projeções desabam sob a realidade das descobertas da ciência e tecnologia.

Elas devem ser colocadas, num mundo em que todos temos à graça da vida, a serviço de todos.

A França Inovadora, humana, voltada para os valores do espírito, nos desperta um sentimento de irmandade, de ação solidária,

que passa pelos caminhos das relações objetivas, problemas reais, trocas materiais, mas nos permite também abrir uma janela para olhar a grande França, pátria de grandes idéias, rica de história, homens e heróis, poesia e encanto.

Vossa Excelência, intelectual e grande político, bem representa essa linhagem que não se perde no tempo.

Convencido de que a visita de Vossa Excelência dará novo impulso às relações entre o Brasil e a França, peço a todos que me acompanhem num brinde à felicidade pessoal do Senhor Presidente e da Senhora Mitterrand e à amizade entre os povos franceses e brasileiro.

assinatura de atos entre o brasil e a França

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 14 de outubro de 1985, por ocasião da assinatura
de atos entre o Brasil e a França.

Senhor Ministro,

Acabamos de proceder à assinatura de três importantes documentos: o Protocolo Adicional de Co-produção Cinematográfica de 1969; As Cartas de Intenção sobre a Cooperação no Campo dos Imunobiológicos; e as cartas que definem a moldura do Projeto Brasil-França.

Com o Protocolo Adicional, o Acordo de Co-Produção Cinematográfica de 1969 se renova e atualiza. As indústrias cinematográficas dos dois países ficam dotadas dos elementos que permitirão sua eficaz cooperação. Muito esperamos da criatividade da cinematografia dos nossos dois países.

Quanto à cooperação na pesquisa, desenvolvimento, produção e controle de produtos

imunobiológicos, abrimos perspectivas promissoras de colaboração no campo da saúde pública e criamos condições para uma aproximação ainda maior entre os cientistas brasileiros da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto Butantã e os pesquisadores franceses dos Institutos Pasteur e Merieux. Confiamos que, como seguimento destas Cartas de Intenções venha a ser firmado proximoamente o Convênio Complementar ao Acordo Brasil-França de Cooperação Científica e Tecnológica nas áreas a que me referi.

Quanto ao Projeto Brasil-França, pretende ele emprestar maior relevo e maior amplitude aos laços já existentes entre nossos países e demonstrar a vontade de juntos enfrentarmos os desafios do mundo contemporâneo.

Por intermédio de nossos respectivos Governos e de outras instituições públicas e privadas, brasileiras e francesas, procuraremos estimular um melhor entendimento entre nossos Povos, por meio de iniciativas bilaterais e pluridisciplinares.

Que os próximos anos venham a demonstrar o alcance e a utilidade dos instrumentos que ora subscrevemos no melhor espírito de compreensão mútua, de respeito recíproco e de divisão equilibrada de responsabilidades e benefícios.

Muito obrigado.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 86, o texto dos atos entre o Brasil e a França, assinados por ocasião da visita do Presidente François Mitterrand.

em Brasília, o primeiro-ministro da república popular da china

Discursos do Presidente José Sarney e do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Zhao Ziyang (tradução não-oficial), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 31 de outubro de 1985, por ocasião de jantar oferecido ao Chefe do Governo chinês; e palestra do Primeiro-Ministro Zhao Ziyang (tradução não-oficial), proferida, em Brasília, em 31 de outubro de 1985.

DISCURSO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Senhor Primeiro-Ministro Zhao Ziyang,

Em nome do povo e do governo brasileiros, saúdo vossa excelência nesta primeira visita com que nos honra no Brasil.

A história e a cultura chinesas são glória e afirmação de uma identidade milenar. A China é um dos povos de referência do mundo, onde desempenha um papel cada vez mais expressivo, decisivo e marcante. Na história do homem, cada experiência, cada conquista tem um pouco do conhecimento, da descoberta, da sabedoria da milenar civilização chinesa. A aventura humana está marcada pelo tempo, pela palavra, pela mão da China.

Há mais de dez anos, senador da República, saudei o estabelecimento de relações diplo-

máticas entre o Brasil e a República Popular da China como um acontecimento de extrema importância para nós.

Disse, então, que se tratava de “um passo decisivo pelo qual os dois maiores países do mundo, respeitando as suas soberanias, as suas visões diferentes de como cada um deve conduzir o seu caminho, resolvem estabelecer, com respeito mútuo, relações normais, cada um perseguindo o desenvolvimento, cada um perseguindo os seus objetivos de colaborar para a melhoria das relações entre os povos”.

Com a visita de Vossa Excelência, a aproximação então iniciada dá um vigoroso passo. Sua presença no Brasil é motivo de grande alegria para o nosso povo, que tem uma grande fascinação pela China.

A presença de Vossa Excelência é histórica. Pela primeira vez um Chefe de Governo

desse grande país vem ao continente latino-americano, vem ao Brasil. As distâncias foram estreitadas. Os caminhos dos mares, das terras e dos céus que nos separavam, desapareceram pela força da amizade entre nossos povos.

Nestes onze anos, mudou o mundo e mudaram nossos países. Mudou o mundo cresceram os meios técnicos para erradicar a fome e a miséria, e desenvolveu-se a consciência de preservar a humanidade da tragédia nuclear. Mudou a China, que se abre audaciosamente para o mundo exterior, e caminha para o Terceiro Milênio como uma das nações mais desenvolvidas do mundo.

Mudou o Brasil, que venceu o autoritarismo político, está se democratizando socialmente, está criando condições para um desenvolvimento econômico equilibrado, sem recessão e sem desemprego.

E mudaram as relações entre nossos dois países, que têm hoje um intercâmbio comercial que transforma a China num dos principais mercados brasileiros, e o Brasil num dos principais mercados da China. Essa cooperação crescente tem fundamentos seguros, pois se baseia em afinidades reais.

Afinidades no plano externo, porque nossos dois países se esforçam por promover a paz mundial e o desenvolvimento, com base nos princípios da coexistência pacífica, do respeito à soberania e da não interferência em assuntos internos.

Afinidades, também, resultantes das semelhanças entre o Brasil e a China, em extensão territorial os dois maiores países em desenvolvimento do mundo, que enfrentam desafios comparáveis no plano do progresso social e do desenvolvimento econômico e científico.

Senhor Primeiro-Ministro,

A visita de Vossa Excelência representa um marco fundamental na consolidação e aprofundamento dessas relações.

Estamos tendo oportunidade, em Brasília, em cuidadosas reuniões de trabalho, de passar em revista nossas relações bilaterais, em todas as áreas, e de lançar os fundamentos jurídicos para a ampliação dessas relações, em setores como a cooperação cultural, o intercâmbio comercial e a colaboração científica e tecnológica.

Em São Paulo, Vossa Excelência, inaugurará o Consulado-Geral da China, e, viajando pelo interior do país, terá ocasião de conhecer algumas das mais importantes realizações brasileiras no campo da mineração e do desenvolvimento hidrelétrico.

Senhor Primeiro-Ministro

O Brasil e a China compartilham objetivos de construção de uma ordem internacional mais justa. Têm posições comuns em prol da preservação da paz e do desarmamento, da necessidade de reformas profundas no sistema econômico internacional e do incremento da cooperação entre os países em desenvolvimento — de que nossas relações são um notável exemplo.

Entendem ambos que as relações internacionais não podem ser reduzidas a um conflito ideológico entre as superpotências. No plano interno, o Brasil e a China vêm lutando para realizar projetos nacionais autônomos, capazes de mobilizarem a energia e a criatividade de seus povos.

O Brasil acompanha com profundo interesse o processo pelo qual a China se moderniza e se adapta aos imperativos do tempo. Admiramos e respeitamos a coragem e a determinação do povo chinês, quando traça, com independência, novos rumos para sua história.

Por sua vez, o Brasil deseja também ocupar o espaço a que tem direito na comunidade das nações, tornando-se participante ativo das decisões mundiais, e não apenas destinatário passivo ou vítima de iniciativas de outros.

O Brasil tem uma palavra de conciliação e entendimento a levar aos povos do mundo. Desejamos que nossa voz seja ouvida nas questões da paz, do desarmamento, da superação das hegemonias. Esperamos que o princípio da autodeterminação seja aplicado com coerência, tanto na Namíbia como no Afeganistão.

Membro do Grupo de Apoio, o Brasil busca tornar viável, na América Central, a proposta de solução negociada de Contadora. Repudiamos o racismo e o "apartheid".

E lutamos por um sistema econômico mais justo. Os desequilíbrios da economia mundial penalizam hoje de forma desproporcional os países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina. Não é justo que se queira resolver apenas pelo sacrifício dos devedores uma crise como a da dívida, originada em parte por políticas dos países credores, como a elevação unilateral dos juros e o aumento do protecionismo.

É preciso distribuir o peso do ajustamento, através de uma responsabilidade entre credores e devedores, que possibilite soluções que as forças do mercado apenas se revelaram incapazes de produzir.

Senhor Primeiro-Ministro.

Nossas relações se construíram com base no respeito e na rejeição de toda intenção hegemônica.

Nosso desejo é agora abrir uma nova fase nas relações entre nossos países, sobre a base da já tão frutífera experiência dos últimos anos. A China, em 1984, nosso décimo quinto parceiro comercial, passou, no primeiro semestre do ano, a ser o décimo. Nosso intercâmbio comercial somou em 1984 mais de oitocentos milhões de dólares. Estou certo de que ele tende a diversificar-se e ampliar-se, até alcançar em breve valores superiores a um bilhão de dólares.

A cooperação científica e tecnológica e a cooperação nuclear para fins pacíficos, por

outro lado, são áreas em que o esforço comum de identificação de interesses nos permite prever um futuro promissor.

Senhor Primeiro-Ministro,

Foi uma grande satisfação conhecer e tratar temas de tanta relevância com Vossa Excelência, estadista e homem público de grande descortínio e sob os ombros de quem repousa uma parcela extraordinária de decisões políticas.

Com o pensamento voltado para o profundo significado da visita de Vossa Excelência ao Brasil, convido todos os presentes a brindarem comigo pela grandeza e prosperidade do povo chinês, pela amizade entre nossos países, pela saúde do Presidente Li Xiannian e pela ventura pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO ZHAO ZIYANG

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores,

É enorme a minha alegria de vir, a convite do Sr. Presidente José Sarney, visitar a República Federativa do Brasil. A partir do momento em que pisamos o solo brasileiro, foram-nos atribuídas grandiosas e efusivas acolhidas pelo Governo e povo do seu País. E nesta noite, Vossa Excelência, o Sr. Presidente me obsequia com este faustoso banquete e as palavras calorosas e amigáveis que acaba de pronunciar. Queria exprimir, em nome dos meus colegas e no meu próprio, os sinceros agradecimentos a Vossa Excelência, ao Governo e ao povo brasileiro.

Esta é a minha primeira visita ao seu País. No entanto, o Brasil é muito conhecido, no meu País, pela sua beleza paisagística, pela sua rica e colorida tradição cultural e pela sua sublime destreza de futebol. Para mim,

o mais atraente são os sucessos alcançados pelo Brasil na sua edificação econômica nos últimos decênios. Dotado de espírito pleno de pioneirismo, o povo brasileiro construiu o País, tendo conseguido rápido desenvolvimento e fez dele uma potência econômica da América do Sul, num período relativamente curto. A grandeza dos referidos êxitos constituem suficientemente a expressão de força e sabedoria do povo brasileiro. Por sua vez, o Senhor Presidente José Sarney está envidando admiráveis esforços pelo maior fomento da economia nacional, pela consolidação do regime constitucional democrático e pela implantação da "Nova República". O povo chinês que está lutando pelas modernizações do próprio País, sente-se sinceramente satisfeito com os sucessos do povo brasileiro e lhe deseja novos progressos.

Sendo um grande país em vias de desenvolvimento, o Brasil desempenha um papel cada vez mais importante nos assuntos internacionais. O Brasil aplica uma política externa de independência, autodecisão e paz, luta contra a política de força, defende os princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, apóia ativamente os esforços do Grupo Contadora para a solução pacífica das questões da América Central. O que tem contribuído, valiosamente, para o reforço da unidade e cooperação do Terceiro Mundo e a salvaguarda da paz regional e mundial. A isso, queríamos manifestar os nossos altos apreços.

A paz e o desenvolvimento são os importantes assuntos que não apenas preocupam os povos chinês e brasileiro, como também constituem uma problemática primordial da atualidade. A nosso ver, a única opção racional da nossa época reside na luta pela paz duradoura, pelo desenvolvimento da colaboração internacional e pela promoção da prosperidade conjunta. É lamentável que a injusta ordem econômica internacional continue a obstar ao crescimento dos países do Terceiro Mundo. O pesado ônus das dívidas contraídas pelos países em desenvolvimento é, pois, uma das conse-

quências desastrosas desse obstáculo. O problema que está além do mero âmbito econômico, tornou-se num fator que afeta gravemente e por longo tempo a política internacional.

Nós simpatizamos profundamente com a difícil situação em que se encontram os países devedores latino-americanos e apoiamos a posição manifestada pelos principais países devedores desse continente a respeito de uma solução razoável da questão. Consideramos que ela faz parte do problema global que é o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, e, para resolver tal, deve-se observar o princípio básico do reforço da capacidade de reembolso dos países devedores e do alívio da sua carga de dívidas, ao passo que a reestruturação do injusto sistema financeiro e comercial internacional e a implantação duma nova ordem econômica são a via fundamental para resolver problema das dívidas. Esperamos que os países credores e o Fundo Monetário Internacional, à luz do contexto global e do futuro da economia mundial, bem como do princípio de promover o pagamento com o desenvolvimento, adotem uma atitude sensata e busquem uma solução positiva, através de consultas com os países devedores. Vossa Excelência disse: "o Brasil não pagará suas dívidas nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome". Uma potência econômica como o Brasil, tem consciência dos seus deveres e da sua força." "O Brasil jamais será caudatária de ninguém" e luta "por todos os meios para firmar seus direitos e sua soberania." A China está disposta a lutar, junto com o Brasil e os demais países latino-americanos, pelo contínuo impulso ao diálogo Norte-Sul, à colaboração Sul-Sul e ao estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.

Com dimensões territoriais aproximadas e condições similares, a China e o Brasil são, ambos, grandes países em desenvolvimento. Compartilhamos dos mesmos interesses e reivindicações no que respeita à preservação da paz e ao crescimento econômico. Te-

mos pontos de vista idênticos ou semelhantes numa boa gama de assuntos internacionais. Ao longo dos onze anos, após o estabelecimento das relações diplomáticas, a China e o Brasil viram constantemente o desenvolvimento dos seus laços de cooperação amistosa, não obstante a agitação e a turbulência verificadas na situação mundial. Particularmente nos últimos anos, através dos esforços conjugados de ambas as partes, os dois países estreitaram, cada vez mais, o seu intercâmbio econômico, e fizeram crescer, de ano para ano, em passos seguros, o seu comércio. Atualmente, o Brasil já está figurado nos importantes parceiros comerciais do nosso País. E, vê-se um início aplausível da cooperação econômica, técnica e tecnológica entre os dois países.

A China atribui grande importância ao seu relacionamento com o Brasil, pois trata-se do relacionamento de cooperação de tipo novo entre os países em desenvolvimento, baseado nos cinco princípios que são: o respeito mútuo à soberania e integridade territorial, a não agressão, a não ingerência nos assuntos internos, a igualdade e benefício mútuo e a coexistência pacífica. Tais relações são profícuas tanto aos dois povos como à paz mundial. A minha presente visita almeja, justamente, uma promoção dos referidos laços e em especial, espera-se no futuro, um notável aumento no intercâmbio econômico-comercial. Com a riqueza dos recursos naturais, a amplitude dos mercados e um considerável nível de desenvolvimento, a China e o Brasil, guardam para si, respectivamente, as próprias superioridades, podendo complementar e intercambiar-se reciprocamente, em muitos domínios. Espero trocar idéias com o Governo e personalidades de diversos setores do seu País, explorar as variadas possibilidades e meios para o reforço da compreensão e a cooperação entre nós. Guiada do espírito da igualdade e benefício mútuo e do desenvolvimento em comum, a China deseja dinamizar a ampla cooperação com o Brasil, em base estável e prolongada, por múltiplas vias e formas diversificadas. Os laços de colaboração amistosa sino-brasileira, que

são contemplados por um porvir de perspectivas promissoras, hão de ascender, através do nosso empenho conjunto, a um nível renovado.

Agora, proponho brindar, pelo novo avanço das relações de cooperação e amizade entre a China e o Brasil, pela prosperidade da República Federativa do Brasil e bem-estar do seu povo,

à saúde de Sua Excelência, o Senhor Presidente José Sarney, e
à saúde das senhoras e dos senhores aqui presentes,
Saúde!

PALESTRA DO PRIMEIRO-MINISTRO ZHAO ZIYANG

Senhor Chanceler,

Senhoras e senhores:

A gentil convite do Presidente José Sarney, venho fazer uma visita oficial e amistosa ao seu país. Hoje, sinto-me muito honrado e contente por ter a oportunidade de vê-los e proferir aqui um discurso.

Antes de mais nada, permitam-me transmitir, ao grande povo brasileiro, as carinhosas saudações e melhores votos de um bilhão do povo chinês.

O Brasil é um grande país da América Latina com imensa área territorial e abundantes recursos. O povo brasileiro é um povo aberto, entusiasta e repleto de espírito de pioneirismo. O povo brasileiro, apoiando nos próprios trabalhos diligentes e esforços persistentes e incansáveis, fez com que a economia do seu país obtivesse com sucesso, um rápido crescimento. No plano internacional, o seu país segue uma política externa independente de paz, opõe-se à política de força, defende os princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, dedica os esforços ao estabelecimento de uma nova e justa ordem econômica internacional, desempenhando um papel cada

vez mais importante para a promoção da paz e do desenvolvimento do mundo.

Há uma longa história de intercâmbio amistoso entre os povos da China e do Brasil. O estabelecimento oficial das relações diplomáticas entre a China e o Brasil em agosto de 1974, fez com que o relacionamento entre os dois países entrasse numa nova etapa. Nos últimos anos, com os esforços de ambas as partes, os laços de cooperação amistosa conheceram um desenvolvimento acelerado. Muitos políticos e personalidades de diversos círculos do seu país, empenhados na causa de amizade sino-brasileira, têm dedicado enormes esforços, fazendo valiosas contribuições para o incremento das relações bilaterais. Em nome do Governo e povo chineses expresso a eles os sinceros agradecimentos.

Venho visitar com o objetivo de aumentar a compreensão, desenvolver a amizade, reforçar a cooperação e salvaguardar a paz. A amizade e a cooperação devem ser promovidas mediante o aprofundamento da compreensão mútua. Partindo deste espírito, queria apresentar, aos senhores aqui presentes, a política externa da China.

A China é um país socialista em desenvolvimento, o povo chinês está empenhando-se na realização da modernização do país. É esta condição, que determina à China a política externa de independência, auto-decisão e paz.

A independência e autodecisão constituem um princípio básico da política externa da China. Partindo dos interesses fundamentais dos povos chinês e do mundo, fazemos, independentemente e com auto-decisão, julgamentos e decisões próprias, perante os assuntos internacionais. O critério básico, com que julgamos se é justo ou injusto, é aquilo que se beneficia ou não a preservação da paz mundial, a promoção da prosperidade econômica do mundo e desenvolvimento da amizade entre os povos. A China nunca dependerá em momento algum ou circunstância alguma, de qualquer

grande potência ou grupo de países, nem estabelecerá a aliança ou relações estratégicas com grandes potências, nem se submeterá à pressão delas.

No passado, a China sofreu a invasão e a opressão por parte estrangeira durante longo tempo. O povo chinês só conquistou a independência nacional após lutas sangrentas de várias gerações. Estamos profundamente conscientes de que a independência não veio fácil, por isso, valorizamos-la duplamente. Por essa mesma razão, respeitamos e apoiamos plenamente os direitos de independência e autodeterminação de que gozam os outros países. Sempre consideramos que todos os países do mundo, sejam grandes ou pequenos, ricos ou pobres, fortes ou fracos, são soberanos e devem ser iguais; os grandes não devem ameaçar os pequenos, os ricos, oprimir os pobres, e os fortes, humilhar os fracos. Hoje em dia, o poder nacional da China ainda não é forte, mesmo depois de se tornar forte no futuro, nunca seremos superpotência. Jamais procuramos a hegemonia, ao contrário, combatemos com firmeza, a hegemonia de todo o tipo de política de força. Isto é a nossa orientação firme e inalterável.

A paz é um assunto de primeira importância com que sempre se preocupam na época atual, os povos do mundo. Da paz, o povo chinês necessita, o povo brasileiro necessita e os demais povos do mundo necessitam também. Só nas condições pacíficas é que os povos podem dedicar-se sem perturbações, à construção econômica, procurar o desenvolvimento e melhorar o padrão da vida.

Atualmente, a maior ameaça à paz mundial e segurança dos países não passa da renhida disputa pela hegemonia e pela constante escalada de corrida armamentista entre as superpotências. A China opõe-se firmemente à corrida armamentista, quer convencional, quer nuclear, quer na terra e no mar quer no espaço. A China defende a proibição total e a destruição completa das armas nucleares. O número de armas nucleares

que a China possui é extremamente limitado e seu objetivo exclusivo é a autodefesa e combate ao monopólio e chantagens nucleares das superpotências. O nosso Governo tem declarado solenemente e repetidas vezes, que a China nunca será o primeiro a usar, em qualquer circunstância, armas nucleares, e nunca usá-las contra os países não nucleares e zonas desnuclearizadas. Nós exigimos que todos os países detentores de armas nucleares assumam tal compromisso. Consideramos que as duas superpotências, que possuem o maior arsenal nuclear do mundo, têm a primordial responsabilidade para concretizar o desarmamento nuclear. Elas devem ouvir os apelos justos dos povos do mundo, parar a perigosa corrida armamentista, concluir, através de sérias negociações, acordos sem que prejudiquem os interesses dos outros países, reduzir em grande escala, armamento nuclear, criando assim, as condições necessárias ao desarmamento nuclear generalizado. O Governo chinês decidiu recentemente a redução de um milhão de efetivos, eis a importante ação concreta que a China tomou no sentido de apoiar a causa do desarmamento.

A fim de salvaguardar a paz e estabilidade mundial e impulsionar o sadio desenvolvimento das relações internacionais, propomos, há 30 anos, junto com uns países, cinco princípios: respeito mútuo à soberania e integridade territorial, não-agressão, não-intervenção nos assuntos internos de um dos países por parte do outro, igualdade e vantagens mútuas e coexistência pacífica. Procuramos estabelecer e desenvolver as relações amistosas com todos os países do mundo com base destes princípios, e não tomamos a semelhança ou diferença de sistema social e ideologia como critério para decidir amizade ou inimizade, e aproximação ou afastamento. Sentimo-nos profundamente satisfeitos com que essas normas de relações entre países vêm sendo reconhecidas pelos países de número cada vez maior. As relações entre a China e o Brasil e muitos países latino-americanos têm obtido com base nessas normas um estável e saudável desenvolvimento.

A prática demonstra que, seguindo os cinco princípios da coexistência pacífica, países de sistema social diferente podem conviver em harmonia, e cooperar amistosamente; e infringindo tais princípios, países de sistema social idêntico, também podem tornar-se agudamente antagônicos até conflitantes. Esperamos sinceramente que todos os países, em particular, as superpotências observem estritamente os cinco princípios, favorecendo a estabilidade e o sadio desenvolvimento da situação internacional.

Hoje em dia, existe, ainda, o perigo de guerra mundial, enquanto as forças defensoras da paz mundial, estão crescendo em proporções ainda maiores. Estamos profundamente convictos de que a esperança de uma paz duradoura existe, desde que todos os países e povos amantes da paz se unam, se mantenham vigilantes e conjuguem os seus esforços.

A China é um país em desenvolvimento, pertencente ao Terceiro Mundo. Com o passado semelhante na história, o nosso país e os outros países do Terceiro Mundo enfrentam presentemente tarefas comuns. A China considera o reforço da unidade e cooperação com os países do Terceiro Mundo como o ponto básico de partida dos seus trabalhos diplomáticos.

A emergência e o desenvolvimento de numerosos países do Terceiro Mundo constituem um importante acontecimento histórico ocorrido após a Segunda Guerra Mundial. Eles são o contingente principal para salvaguardar a paz e a força indispensável para a promoção da prosperidade comum da economia mundial. Atualmente, muitos países do Terceiro Mundo entraram na etapa histórica em que o desenvolvimento da economia nacional se tornou a tarefa central. Eles estão ansiosos pela mudança de status quo não desenvolvido e pela alteração da injusta ordem econômica internacional. A China, como um membro do Terceiro Mundo, apóia, com firmeza, a luta dos países em desenvolvimento pela criação da nova ordem econômica internacional, sustentando que a solução dos atuais pro-

blemas urgentes enfrentados pelos países em desenvolvimento deve ser estreitamente ligada ao objetivo fundamental da criação da nova ordem econômica internacional, promovendo o diálogo Norte-Sul e intensificando a cooperação Sul-Sul. A China aprecia altamente os esforços neste sentido feitos pelo Grupo de 77. A China está disposta a fomentar ativamente a cooperação econômica e técnica com todos os países do Terceiro Mundo na base do princípio "igualdade e benefício mútuo, busca da eficácia, diversificação das formas e desenvolvimento comum". No que toca ao problema de dívidas pesadas dos países em desenvolvimento, esperamos que os países desenvolvidos e instituições financeiras internacionais concernentes adotem uma atitude cooperativa, ajudem os países devedores a recuperar e desenvolver a economia, efetuando o pagamento com crescimento e não devam continuar a sacrificar os interesses dos povos dos devedores. A posição apresentada pelos 11 principais devedores latino-americanos, inclusive o Brasil, sobre a solução de dívidas na Conferência de Cartagena e em outras ocasiões é justa e viável, à qual damos o nosso apoio.

Como a ampla maioria dos países latino-americanos, nós estamos profundamente preocupados com a tensão e instabilidade prolongadas na América Central. É certo que essa situação tem sua origem social e econômica, no entanto, as intervenções forâneas tornam a questão mais aguda e complicada ainda. O Governo chinês sustenta que a questão da América Central deve ser resolvida pelos povos da América Central. Opomo-nos à intervenção, de qualquer forma nos assuntos da América Central, por parte de qualquer força estranha. O Grupo Contadora e o Grupo de Lima formado pelo Brasil e outros países, têm feito incansáveis esforços pelo alívio da situação da América Central e pela busca da resolução política de conflitos. Apoiamos esses esforços e desejamos que obtenham êxitos.

A América Latina é um continente cheio de vitalidade e enorme potencialidade, onde há rios caudalosos, florestas luxuriantes, pradarias imensas e terra fértil, abundantes recursos no subsolo, agropecuária desenvolvida e grandes indústrias modernas. Os povos latino-americanos, que são laboriosos, inteligentes, entusiastas e arrojados, estão escrevendo novas páginas nesta rica terra maravilhosa. Presentemente, já são mais de 30 países independentes latino-americanos que estão desempenhando, nos assuntos internacionais, um papel cada vez mais importante. Apesar de se situarem longe, uma da outra, separadas pelos oceanos, a China e a América Latina estão intimamente ligadas pelos interesses comuns e amizade tradicional. Damos grande importância à posição relevante, que os países latino-americanos ocupam no contexto mundial. Valorizamos muito a amizade e cooperação com países e povos latino-americanos. Constatamos com extrema satisfação que as relações sino-latino-americanas se desenvolveram nos últimos anos. Achemos, por outro lado, estas relações devem e têm condições de desenvolver-se mais rapidamente. A China e os países latino-americanos são todos em desenvolvimento, que têm enormes potencialidades a explorar nos domínios econômico, comercial, científico, técnico e cultural, podem fazer o intercâmbio do necessário recíproco e complementar-se um ao outro. Estamos desejosos a aprofundar a compreensão mútua, desenvolver a amizade com o Brasil e os demais países latino-americanos, e, explorar e abrir incessantemente novas vias e meios de cooperação, em base de igualdade e vantagens recíprocas, impulsionando a uma nova altura o relacionamento de amizade e cooperação em todos os campos. Queremos fazer o mesmo empenho, junto com os amigos brasileiros e latino-americanos, para a concretização dessas amplas perspectivas promissoras.

Muito obrigado.

josé sarney e raúl alfonsín inauguram a ponte “presidente tancredo neves”

Discursos dos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín,
na fronteira entre o Brasil e a Argentina, em 29 de
novembro de 1985, por ocasião da inauguração
da Ponte “Presidente Tancredo Neves”.

DISCURSO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Senhor Presidente,

A ponte que acabamos de inaugurar simboliza a união, o entendimento e a amizade entre o Brasil e a Argentina.

Ela é a expressão visível de sentimentos e valores que nos aproximam permanentemente e tornam nossos laços sólidos e duradouros.

Encontramo-nos aqui para marcar um vínculo direto entre nós, com o mesmo propósito de quatro décadas atrás, quando quase no outro extremo da nossa fronteira edificamos a ponte entre Uruguaiana e Paso de Los Libres.

O patrimônio de empreendimentos binacionais já realizados nesta região, a beleza das cataratas, a ampliação dos parques do Igua-

çu e o convívio fraterno entre as populações fronteiriças são traços de um cenário em que cresce dia e noite a cooperação entre os povos que dele compartilham.

Demos à obra o nome de “Ponte Presidente Tancredo Neves”, numa sentida homenagem conjunta ao principal artífice da redemocratização brasileira e estadista comprometido durante toda sua vida pública com os ideais mais elevados que nos congregam com as nações vizinhas.

Como Presidente eleito, na companhia da Excelentíssima senhora Risoleta Tolentino Neves, que nos honra com sua presença Tancredo Neves foi acolhido calorosamente por Vossa Excelência em Buenos Aires no início deste ano.

A profissão de fé democrática em que se transformou aquele encontro permanecerá indelével em nossas memórias.

Senhor Presidente,

Honra-me celebrar este encontro com Vossa Excelência, representando o povo brasileiro.

Nossos caminhos são convergentes. Exigem uma cooperação dinâmica, igualitária e mutuamente benéfica, traduzida em realizações concretas, como esta ponte.

Estamos dando, hoje, outro passo histórico, que irá aprimorar o relacionamento Brasil-Argentina. Refiro-me à criação da Comissão Mista de Alto Nível para a Cooperação e Integração Econômica.

Formada de representantes governamentais e do setor empresarial de ambos os países, a ela caberá examinar e propor programas, projetos e medidas que intensifiquem a integração e a complementação econômica de nossos países.

Nesta oportunidade, expresso o compromisso do governo brasileiro de trabalhar intensamente com as autoridades argentinas, para que esse processo de integração se expanda a um ritmo acelerado e ganhe uma ampla dimensão.

A integração entre o Brasil e a Argentina nasce da vontade política comum e já se traduz em iniciativas conjuntas concretas, com os projetos de represas no rio Uruguai, as interligações elétricas, os estudos sobre a viabilidade de fornecimento de gás e a associação em projetos industriais.

O potencial de expansão do comércio bilateral exige mecanismos novos, capazes de reforçar as duas economias, como defesa contra uma conjuntura internacional adversa.

Ao mesmo tempo que dinamizamos as áreas tradicionais, decidimos dar, em nossa cooperação, atenção prioritária à biotecnologia, à informática, às tecnologias de ponta essenciais para evitar sermos marginalizados da revolução científica da nossa época. Num desses setores, o da tecnologia

do átomo, demonstramos nossa capacidade de, sem desconfianças, preconceitos ou rivalidades colocar a energia nuclear ao serviço exclusivamente pacífico do desenvolvimento dos nossos povos, através de projetos conjuntos.

A "Ponte Presidente Tancredo Neves" testemunha essa disposição de cooperar de forma ativa e solidária.

Foi construída numa época em que inúmeros projetos e obras, tanto no Brasil quanto na Argentina, tinham sua execução adiada ou interrompida. Mesmo assim fizemos todos os esforços para garantir seu término, conscientes do seu papel para a integração de nossos países.

A ponte nasceu de uma reivindicação espontânea das populações de ambos os lados da fronteira. Encerra, portanto, uma mensagem de sentido democrático em que a ação conjunta dos dois países visa ao atendimento de legítimas aspirações populares.

Felicito os representantes brasileiros e argentinos da comissão mista que se encarregou, desde 1980, dos trabalhos relativos à construção. Com dedicação e eficiência, e dentro da atmosfera de congraçamento que sempre marcou suas deliberações, desincumbiram-se competentemente a sua tarefa. Aos operários, engenheiros e supervisores, às empresas construtoras da obra e a todos os que de alguma forma contribuíram para sua execução estendo meu reconhecimento e o de todo o povo brasileiro.

Senhor Presidente,

Celebramos este encontro com o ânimo fortalecido pela consolidação da democracia em nossos países.

O Brasil e a Argentina não faltaram ao mandato da história. Responderam com grandeza aos seus desafios e as aspirações de seus povos.

A democracia restituiu-nos a confiança e o otimismo.

Percorremos um longo caminho de sacrifícios e privações, mas a determinação de nossos povos ajudou a encurtar distâncias.

O espírito de solidariedade na América Latina fortaleceu-se com o êxito dos recentes movimentos de redemocratização.

Brasileiros e argentinos conduziram suas lutas pela restauração do estado de direito em condições e ritmos próprios.

A diversidade de experiências nacionais, dentro de uma unidade básica de aspirações, enriquece a evolução política do continente.

Confiemos no caráter irreversível desse processo.

Vamos construir, em alicerces firmes, a estabilidade de nossas instituições. Não haverá mais espaço entre nós para soluções arquitetadas sem o uso dos instrumentos da legitimidade.

Acabamos de assistir, tanto no Brasil quanto na Argentina, a demonstrações de responsabilidade cívica. As recentes eleições mostram o amadurecimento político de nossos povos e sua consciência democrática. Reafirmamos, uma vez mais, nossa completa adesão a um sistema de vida fundado na paz, na liberdade e na justiça. E disso jamais abdicaremos.

Todos os brasileiros acompanham os esforços com que Vossa Excelência tem procurado, com vigorosa liderança democrática, conduzir os destinos da nação argentina. Admiramos a coragem e determinação de seu governo ao tratar de superar os problemas de seu país. O povo argentino, chamado a participar ativamente do soerguimento da nação, volta a trilhar rumos firmes e a confiar no seu futuro.

No Brasil reencontramos também nosso caminho e nele vamos perseverar.

O compromisso de transformações profundas ajudou a moldar uma nova convivência

entre os brasileiros. A conciliação e o diálogo são os instrumentos principais do nosso esforço coletivo nesta hora de grandes esperanças e tantos desafios, no campo econômico-social como no campo institucional.

A consolidação da democracia na América Latina se vê ameaçada pelas distorções e desequilíbrios da economia internacional. Gerando desesperança e frustração, a crise econômica pode comprometer a estabilidade política e social. O regime democrático é desafiado a dar respostas imediatas a problemas de grande complexidade.

Na América Latina, essa situação levou-nos a adquirir consciência da necessidade de preservarmos, acima de tudo, a democracia, condição indispensável para nos unirmos em torno de soluções eficazes e solidárias para nossos problemas.

Senhor Presidente,

A dívida externa é um desses problemas cujo impacto sobre o continente despertou nossa capacidade de resposta coletiva. Por meio do consenso de Cartagena, propusemos um diálogo entre governos a respeito dos aspectos que dependem basicamente da ação política governamental.

Taxa de juros, protecionismo, deterioração dos termos de intercâmbio.

A partir de setembro e, mais acentuadamente, depois das reuniões do Banco Mundial e do FMI, em Seul, o panorama começou a mudar para melhor.

Admitiu-se que a estratégia anterior era falha e incompleta.

Reconheceu-se tacitamente que, para corrigi-la, não bastava o jogo espontâneo das forças do mercado, pois partiu justamente do governo a decisão de agir sobre os bancos privados e os organismos internacionais. Trata-se de passos iniciais na direção certa que devem ser encorajados.

É preciso, porém, avançar mais e incorporar os países devedores a esse esforço, a fim de evitar que ele permaneça unilateral.

É necessário, em outras palavras, abrir uma janela à negociação para a conciliação, no interesse comum, das justas posições de devedores e credores.

Não me move nesta exortação uma preocupação excessiva ou desproporcional com as implicações brasileiras desta crise.

Sei que dependemos todos de fatores internacionais que, se hoje nos favorecem, amanhã podem voltar-se contra nós.

Sem jactância, pois, constato que, graças à sua envergadura, ao seu dinamismo, à sua baixa dependência de importações, é a economia brasileira uma das que apresentam, em termos relativos, maior grau de resistência ao desafio atual.

A prova é que, tendo recusado as receitas recessivas, o Brasil é hoje um país onde se expandem a economia, os salários reais, a oferta de empregos, sem que isso tenha impedido a acumulação de reservas e de saldo comercial suficiente para cobrir os juros de nossos compromissos.

E esses resultados foram obtidos sem o aporte de recursos financeiros adicionais nem aumento no montante da dívida.

Na consolidação da democracia, da mesma forma que no encaminhamento do problema da dívida, cada país latino-americano há de encontrar fórmulas próprias, adequadas à sua especificidade. Confiemos cada um em nossas próprias forças.

Sabemos, contudo, que a solução definitiva só virá quando, em resposta a nosso apelo conjunto, a economia internacional deixar de desfazer, através dos juros ou da deterioração do comércio, o que conseguimos com nosso ajustamento interno.

Só assim garantiremos que o clarão que ilumina a América Latina, neste instante,

seja o facho da liberdade e da democracia e não o da convulsão.

Senhor Presidente,

Com espírito de participação e responsabilidade, o Brasil, juntamente com a Argentina, tem procurado influir para a eliminação das tensões e conflitos internacionais. Registramos com esperança os sinais recentes de que os líderes das grandes potências procuram consolidar uma nova etapa de diálogo e de negociação, em favor dos objetivos da paz que nos são comuns a todos.

Com esse mesmo espírito aberto à negociação e às soluções pacíficas, o Brasil e a Argentina juntaram-se a outras nações irmãs da América do Sul para criar o grupo de Apoio à Contadora e oferecer seus préstimos para secundar as iniciativas de paz na região centro-americana.

Realizaremos essa tarefa sempre de acordo com os desejos das partes envolvidas nas negociações e dentro da mais estrita observância dos princípios cardeais da não-ingerncia e do respeito a autodeterminação dos povos.

Dentro dessa mesma linha de irrestrito apego ao direito e a justiça, o Brasil apóia desde 1833 a reivindicação argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas e continua a exortar a Argentina e a Grã-Bretanha a encontrarem uma solução pacífica e duradoura para o diferendo que as separa. Ao lado de expressiva parcela da comunidade internacional, o Brasil encarece a pronta retomada das negociações entre os dois países e, como nação protetora dos interesses da Argentina permanece à disposição das partes para colaborar em sua reaproximação. A partir da discussão do litígio.

A paz, a justiça, a democracia e o desenvolvimento caminham juntos. São os objetivos maiores que nossos povos perseguem.

Juntos, identificados por interesses e valores comuns nos planos interno e internacio-

nal, Brasil e Argentina muito podem fazer em benefício dessas que são suas aspirações máximas.

Senhor Presidente,

A ponte “Presidente Tancredo Neves” é mais uma expressão da forma como nossos países transformaram em dinâmica realidade o vaticínio do então presidente-eleito da Argentina, Roque Saens-Peña, que, há setenta e cinco anos, afirmou que “tudo nos une, nada nos separa”.

O diálogo e a confraternização que se desenvolvem neste encontro são uma prova dessa verdade. Empenharmos o melhor de nossos esforços para prosseguir nessa via, senhor Presidente, é sem dúvida a maior contribuição que nossos governos poderão dar às relações entre o Brasil e a Argentina e à construção do seu futuro.

Façamos desta ponte, mais do que uma imagem da nossa união, um passo decisivo em nossa caminhada conjunta.

Muito obrigado.

DISCURSO DO PRESIDENTE RAÚL ALFONSÍN

Como Presidente de La Nación Argentina es una gran satisfacción protagonizar hoy, la inauguración de este puente que viene a estrechar aún más nuestras vinculaciones.

Esta obra, simbólico testimonio, define de modo inequívoco nuestra voluntad de concordia y amistad con la República Federativa de Brasil, a cuyas relaciones mi Gobierno asigna la más alta prioridad.

Y es también con especial emoción que recordamos a nuestro querido Tancredo Neves en este bautizo singularmente augural, en la medida que él pudo resumir en su ideario democrático y latinoamericanista una profesión de fe que hoy hermana de modo promisorio e irrevocable a brasileños y argentinos.

Ambas naciones participamos hoy de un mismo credo en la libertad del hombre, en el pluralismo democrático y en la voluntad de asentar la convivencia de nuestros pueblos sobre la base del respeto a la ley y a la dignidad irrenunciable de cada ser humano.

También compartimos la común y legítima aspiración de nuestros pueblos de alcanzar niveles de vida dignos que aseguren la plena vigencia de la justicia social en nuestras naciones.

Esas coincidencias esenciales se afianzan y enriquecen en otra común determinación: la de articular nuestros esfuerzos con los de los demás países latinoamericanos, y ha sido el conjuro de esa inquebrantable voluntad que en los últimos tiempos hemos llevado a cabo acciones concretas que expresaron con fidelidad aquellas coincidencias y aquellas solidarias convicciones.

Señor Presidente,

En América Latina enfrentamos hoy una dolorosa crisis ante el endeudamiento descomunal de nuestras economías, las altas tasas de interés que hacen aun más penosa su carga sobre nuestras maltrechas finanzas, los precios internacionales decrecientes para nuestras exportaciones tradicionales y la injusta marea proteccionista que se extendió por los principales países industriales.

Todo ello ha servido para otorgar un nuevo dramatismo a nuestras opciones y para que seamos aún más conscientes de que los latinoamericanos necesitamos con perentoria urgencia, reformular sobre nuevas bases nuestra acción internacional.

La dimensión de los problemas que se abaten sobre nuestros pueblos y la similitud de nuestras preocupaciones nos ha hecho conscientes de que se han tornado inadecuadas las estrategias ensayadas en el pasado y que son ilusorios los intentos para procurar en forma aislada la solución de nuestros problemas nacionales.

No ha estado ni está en nuestro ánimo proyectar estériles políticas de enfrentamiento ni tampoco renunciar a nuestras obligaciones internacionales, pero sí procuramos llamar la atención sobre la impracticabilidad de los remedios que se nos pretendían imponer y de proponer, desde una posición firme, constructiva y de diálogo, la superación de una crisis de la que, de una o otra forma somos todos responsables y para cuya solución se requieren nuevos instrumentos y nuevos métodos.

Esta batalla pacífica que se juega hoy en latinoamérica para asegurar la democracia, la libertad y niveles dignos de vida para nuestros pueblos, sin los cuales aquellas no podrán sustentarse, no podrá llevarse a cabo sin el esfuerzo solidario de países poderosos que dicen también defender esos mismos valores y esas mismas convicciones.

Por ello, es importante, que junto a estos reclamos de mayor justicia e libertad para la región empecemos también nuestros mayores esfuerzos para la consolidación de la paz en latinoamérica y para evitar que los dilemas producidos por los enfrentamientos ideológicos de las superpotencias intenten desviarnos de nuestros objetivos, esterilizando nuestras mejores energías y provocando desgarramientos paralizantes en nuestras propias naciones.

La paz y la fortaleza de la región sólo podrá asentarse mediante la consolidación de sociedades libres y de plena participación política y económica, únicas capaces de asegurar el esfuerzo duradero de los pueblos sobre bases estables y predecibles, para ello también es indispensable que las democracias demuestren en los hechos su capacidad para promover el desarrollo y alcanzar niveles de vida dignos para nuestras comunidades.

Porque el crecimiento y la equidad social, solo posibles y duraderas a través de la de-

mocracia, son, a la vez, las que le otorgan a ésta, arraigo y solidez.

No pretendemos negar las exigencias específicas de la seguridad de nuestro continente, pero creemos que sólo la libertad y el bienestar hacen a las sociedades fuertes y seguras, en la medida en que los pueblos se sienten comprometidos de modo irrevocable con la defensa de esos valores y de ese sistema de vida.

La democracia, el desarrollo económico y social, la paz y la seguridad deben ser ensamblados, pues, en esta nueva perspectiva y mediante un esfuerzo solidario y mancomunado de toda la región.

Por otra parte, en la actual interdependencia del mundo y por la natural gravitación que han alcanzado sus naciones, América Latina necesita ser reconocida como interlocutor irrenunciable en el nuevo ordenamiento de las relaciones internacionales. No podrá haber un nuevo orden internacional sin nuestra creciente participación y estamos dispuestos a aceptar las responsabilidades que se derivan de esta nueva situación.

El mundo ha cambiado sustancialmente desde la última postguerra y con él, todo el repertorio de respuestas con las que se imaginó en ese entonces el ordenamiento internacional. Hay nuevos hechos y realidades que deben ser reconocidos y articulados con nuevas fórmulas. Las Pautas monetarias, económicas y comerciales, al igual que los mecanismos ideados para organizar las relaciones internacionales en esos campos han demostrado ya su incapacidad para hacer frente a las exigencias de nuestros días y están urgiendo con perentorio dramatismo soluciones igualmente novedosas y adecuadas a nuestras propias exigencias.

Pero América Latina no puede ni debe detenerse sólo en esos reclamos para un tra-

tamiento más justo de sus pueblos y para que se atiendan sus legítimas aspiraciones de bienestar y dignidad humana, sino que ha de comenzar a articular sus empeños y sus economías desde la perspectiva de un espacio dilatado y común.

Tenemos recursos, inteligencia, coraje y una semejante voluntad para hacer de esta rica geografía latinoamericana un ámbito integrado donde proyectar nuestros afanes. Necesitamos tan sólo atrevernos a mirar más allá de nuestro horizonte inmediato y comenzar a imaginar, como lo hicieron en otras latitudes hombres visionarios y animados de un mismo fervor comunitario, caminos concretos para entrelazar nuestros intereses y nuestras potencialidades.

Y cuando hablamos de geografía no hablamos tan sólo de una geografía física y económica. También pensamos y por sobre todo, en afianzar en este espacio común latinoamericano una no menos poderosa geografía espiritual y cultural. Por sus peculiaridades históricas, al mismo tiempo que por los trazos indelegables de una sensibilidad moldeada por la geografía y las vicisitudes que les tocó protagonizar, los latinoamericanos hemos ido conformando una realidad propia y diferenciada dentro de la gran familia de occidente, a la que hemos enriquecido y singularizado con nuestras creaciones y nuestras necesarias originalidades.

Y esto no sólo es válido para la literatura y el arte, sino también para la producción científica y técnica, decisiva para crear un ámbito común de cooperación que brinde respuestas a veces inéditas a las exigencias de nuestra diferenciada realidad.

De allí que esta convocatoria a la unidad y a la integración no puede agotarse ni sólo entenderse como una tarea de los gobiernos, sino que debe ser acompañada por una dinámica movilización de nuestros intelec-

tuales, artistas, creadores, científicos, técnicos, trabajadores y estudiantes al igual que de nuestros empresarios para que puedan sumar sus aportes y sus propuestas en la conformación de este nuevo y promisorio ámbito.

A esa voluntad solidaria de América Latina y a esos empeños para hacer de ella un área privilegiada para la paz y la concordia en el mundo debemos corresponder, asimismo, con similar determinación, con iniciativas que permitan una mayor integración y complementación de nuestros esfuerzos bilaterales.

Si bien en los últimos años hemos avanzado mucho al superar paralizantes desencuentros y abrir camino a la cooperación en múltiples campos, creemos que es este un tiempo propicio para acrecentar y dilatar esas coincidencias y sobre todo, para soldar mediante fórmulas y acciones esa perentoria necesidad de integrar más a nuestros pueblos, nuestras economías y nuestros anhelos.

No es pequeño el inventario de los logros alcanzados en la relación bilateral, en el que merecen lugar destacado los entendimientos en el Alto Paraná, los progresivos y fructíferos acuerdos en el campo del aprovechamiento pacífico de la energía nuclear a los cuales sumamos hoy un acuerdo al que otorgamos la más alta relevancia, los acuerdos sobre interconexiones eléctricas entre ambos países a los que también daremos un nuevo y decisivo impulso, el avance decisivo del proyecto de aprovechamiento hidroeléctrico conjunto sobre el Río Uruguay, este puente que hoy inauguramos sobre el Río Iguazú y que servirá para vincularnos aún más estrechamente, así como la generosa y digna actitud que el gobierno del Brasil ha asumido sim dobleces frente a la causa por las Islas Malvinas que con su digno respaldo, y el de las demás naciones de la región, se ha transformado ya en una causa latinoamericana comprometiendo de

ese modo y de manera irrevocable la gratitud del pueblo argentino.

Pero también es cierto que nuestra relación comercial no refleja el potencial de nuestras economías y las posibilidades de nuestros mercados, sobre todo ante la necesidad de ir orientando una adecuada sustitución de nuestras importaciones en beneficio de la región. Tampoco se han dado hasta el presente pasos significativos en la complementación e integración industrial y energética, ni en la implementación de empresas conjuntas ante terceros mercados.

Por ello, asignamos decisiva importancia al acuerdo para la participación de una empresa brasileña en una significativa obra de aprovechamiento hidroeléctrico en la Argentina, como así también a los estudios que convocamos para el posible tendido de un gasoducto entre ambos países.

También consideramos determinante la cooperación en el área de la ciencia y la tecnología donde ya estamos recogiendo los primeros y prometedores frutos.

Estos escenarios naturales para la cooperación deberán merecer la atención preferencial de los gobiernos, pero ese desafío deberá también comprometer a nuestros productores, científicos, empresarios, técnicos y agentes de comercio, sin cuyo concurso e imaginación difícilmente podrán concretarse esas tareas pendientes. En igual medida unos y otros deberemos acostumbrarnos a que esta política de integración, cuyos promisorios resultados son fácilmente percibidos, exigirá, asimismo, ciertos sacrificios y, en algunos casos, saludables modificaciones en las tendencias tradicionales de nuestro comercio.

Sin un adecuado equilibrio de nuestro intercambio en el que se vean los beneficios recíprocos, difícilmente podrá asegurarse no sólo el acrecentamiento de nuestro comercio, sino la continuidad misma de una salu-

dable corriente comercial entre ambos países.

Tenemos, pues, frente a nosotros un vasto y estimulante programa de acción a desarrollar por Brasil y la Argentina y al que desde ya convoco con especial entusiasmo, a poner decididamente en práctica.

Señor Presidente:

Hoy el continente está viviendo con alegría la consolidación de regímenes democráticos y observa esperanzado cómo esos nuevos alientos para una mayor libertad y justicia, sobre la base del respeto, la ley y a la soberanía de los pueblos, van ganando terreno en nuestra extensa geografía latinoamericana. También se ha ido afianzando la convicción de que sólo las formas democráticas permitirán alcanzar niveles de desarrollo y bienestar que consulten las aspiraciones de nuestros pueblos y que los sistemas democráticos son los únicos capaces de afianzar la paz, dar perdurabilidad y credibilidad a las políticas de los gobiernos.

Es por ello que celebramos con especial simpatía este encuentro, reafirmado por este simbólico testimonio de amistad y hermandad entre nuestras dos naciones que servirá para acrecentar nuestras relaciones y dar un aliento adicional y convocante a la ya decidida voluntad de nuestros gobiernos y pueblos de otorgar la más alta prioridad a nuestras relaciones.

Es mi convencimiento que brasileños y argentinos tenemos ante nosotros nuevas responsabilidades históricas y que con humildad, con firmeza y con la serena confianza de que somos protagonistas irrenunciables de una empresa común, estamos en condiciones de contribuir con lo mejor de nosotros mismos, para hacer de esta, nuestra América de promesa, un espacio renovado para la libertad, para la fraternidad y, sobre todo, para la esperanza.

brasil e argentina assinam declaração conjunta sobre política nuclear

Declaração Conjunta Brasil-Argentina, assinada, em Foz do
Iguaçu, em 30 de novembro de 1985, pelos
Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor José Sarney e o Presidente da República Argentina, Doutor Raúl Ricardo Alfonsín, em seguida a conversações mantidas em Puerto Iguazú, Argentina, e em Foz do Iguaçu, Brasil, de 29 a 30 de novembro de 1985,

Considerando:

Que a ciência e a tecnologia nucleares revestem-se, na vida de todo país moderno, de valor transcendente para promover significativamente seu desenvolvimento social e econômico;

Que ambos os países empenharam-se com esforço, durante longos anos, na pesquisa e no estudo da aplicação da energia nuclear para fins pacíficos; e que esse esforço tem exigido dos dois países substanciais investimentos a fim de alcançarem um nível significativo de conhecimento que permite hoje a seus respectivos povos a possibilidade de beneficiarem-se dos progressos provenientes do uso pacífico da energia nuclear;

Que a cooperação entre o Brasil e a Argentina terá efeito multiplicador sobre os benefícios recíprocos que os dois países poderão obter do uso pacífico da energia nuclear; e que permitirá aos dois países enfrentarem em melhores condições as dificuldades crescentes encontradas no suprimento internacional de equipamentos e materiais nucleares;

Que a referida cooperação deverá manter-se aberta a todos os países latino-americanos interessados;

Reiteram:

1. Seu compromisso de desenvolver a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos;

2. Seu propósito de cooperar estreitamente em todas as aplicações pacíficas da energia nuclear e de complementarem-se nos aspectos sobre os quais reciprocamente julguem conveniente acordar;

3. Sua aspiração de que esta cooperação seja estendida aos outros países latino-americanos que tenham os mesmos objetivos;

Declaram:

4. Sua decisão de criar um Grupo de Trabalho conjunto sob a responsabilidade das Chancelarias brasileira e argentina, integrado por representantes das respectivas Comissões e empresas nucleares, para o fomento das relações entre os dois países nessa área, a promoção de seu desenvolvimento tecnológico-nuclear e a criação de mecanismos que assegurem os superiores interesses da paz, da segurança e do desenvolvimento da região, sem prejuízo dos aspectos técnicos de cooperação nuclear que continuarão sendo regidos pelos instrumentos vigentes.

Com base nos objetivos acima mencionados, os dois Presidentes instruíram as respectivas Chancelarias para que convoquem uma reunião do Grupo de Trabalho no prazo de 120 dias, para examinar os procedimentos

que conduzam a implementação da presente Declaração.

Foz do Iguaçu, em 30 de novembro de 1985.

declaração de iguaçu

Declaração dos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, assinada, em Foz do Iguaçu, em 30 de novembro de 1985, logo após a inauguração da ponte "Presidente Tancredo Neves".

O Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor José Sarney e o Presidente da República Argentina, Doutor Raúl Ricardo Alfonsín, procederam à inauguração solene, em 29 de novembro de 1985, da Ponte Internacional que liga a cidade de Porto Meira, Brasil, à de Puerto Iguazú, República Argentina.

2. Conforme anunciado oportunamente, os Governos brasileiro e argentino acordaram dar ao empreendimento conjunto o nome de "Ponte Presidente Tancredo Neves", como homenagem ao falecido estadista brasileiro e em reconhecimento a trajetória política, imbuída de valores democráticos, de solidariedade e de cooperação latino-americana.

3. Na oportunidade, os Chefes de Estado realizaram um encontro de trabalho em Puerto Iguazú, Argentina, e Foz do Iguaçu, Brasil, e mantiveram conversações sobre temas de interesse comum, que se estenderam até o dia 30 de novembro.

4. Durante suas conversações, que transcorreram dentro de uma atmosfera de alta cordialidade e simpatia, os Presidentes do Brasil e da Argentina congratularam-se pela inauguração da Ponte Presidente Tancredo Neves e ressaltaram seu expressivo significado como elo de união real e simbólico entre as duas Nações. Realçaram também sua importância para o desenvolvimento da re-

gião, conferindo forma concreta aos legítimos anseios das populações de ambos os lados da fronteira.

5. Sublinharam, em especial, o fato de ser esta a primeira obra do gênero construída entre o Brasil e a Argentina desde a inauguração, em 1947, da Ponte Internacional entre as cidades de Uruguaiana e Paso de los Libres. Nesse sentido, a Ponte Presidente Tancredo Neves representa um marco significativo no processo de integração física entre os dois países, constituindo mais um testemunho da capacidade de cooperação bilateral.

6. Os Chefes de Estado coincidiram em salientar o elevado grau de diversificação, aprofundamento e fluidez alcançados nas relações brasileiro-argentinas, que fortalece a permanente disposição dos dois povos de estreitarem de forma crescente seus laços de amizade e solidariedade.

7. Os Presidentes coincidiram na análise das dificuldades por que atravessa a economia da região, em função dos complexos problemas derivados da dívida externa, do incremento das políticas protecionistas no comércio internacional, da permanente deterioração dos termos de intercâmbio e da drenagem de divisas que sofrem as economias dos países em desenvolvimento.

8. Concordaram, igualmente, quanto à urgente necessidade de que a América La-

tina reforce seu poder de negociação com o resto do mundo, ampliando sua autonomia de decisão e evitando que os países da região continuem vulneráveis aos efeitos de políticas adotadas sem a sua participação. Portanto, resolveram conjugar e coordenar os esforços dos respectivos Governos para a revitalização das políticas de cooperação e integração entre as Nações latino-americanas.

9. Ao examinarem o problema da dívida externa, os dois Presidentes consideraram que a evolução das posições nessa matéria veio confirmar o acerto e a oportunidade do enfoque conceitual formulado pelo Consenso de Cartagena, em junho de 1984. Constataram uma crescente conscientização, por parte dos dirigentes dos países industrializados e da comunidade financeira internacional, acerca da gravidade da situação gerada pela dívida externa da América Latina. Manifestaram, ademais, sua grande satisfação com o fato de que as idéias centrais de Cartagena — a exigência de crescimento da economia dos países devedores, a necessidade de alívio do peso do serviço da dívida e a co-responsabilidade de devedores e credores — estejam começando a ser compreendidas e, expressaram seu desejo de que sirvam de base para novas iniciativas tendentes a solucionar o problema. Os dois Presidentes expressaram sua confiança em que, a partir dessas premissas fundamentais, os países integrantes do Consenso de Cartagena continuarão a explorar todas as possibilidades dessa nova perspectiva de diálogo a fim de encontrar soluções duráveis, que permitam a seus governantes se dedicarem à tarefa primordial de assegurar o bem-estar e o desenvolvimento de seus povos, consolidando o processo democrático da América Latina.

10. Sublinharam o empenho dos seus países na revitalização do Sistema Interamericano e expressaram a disposição comum de contribuir decididamente para a dinamização da Organização dos Estados Americanos e para o fortalecimento dos princípios que regem as relações hemisféricas.

11. Assinalaram a especial importância do Atlântico Sul para os povos sul-americanos e africanos e expressaram sua firme oposição a qualquer tentativa de transferir para a região, que deve ser preservada como zona de paz e cooperação, tensões Leste-Oeste, em particular através de medidas de militarização.

12. Reafirmaram o pleno respaldo de seus Governos às gestões do Grupo de Contadora, que consideram a melhor resposta para alcançar uma solução adequada para a crise centro-americana, contemplando justa e equitativamente os interesses de todos os países da região. Nesse quadro, sendo os Governos do Brasil e da Argentina, juntamente com os do Peru e do Uruguai, membros do Grupo de Apoio a Contadora, manifestaram sua satisfação ao comprovar que os mecanismos de intercâmbio sistemático de informação, consulta e ação diplomática previstos pelos Chanceleres dos Grupos de Contadora e de Apoio, na reunião de agosto último, em Cartagena, funcionaram eficazmente.

13. Ao examinarem a cooperação desenvolvida no âmbito da Bacia do Prata, manifestaram a vontade política das duas Nações de impulsionar ações bilaterais e multilaterais destinadas ao cumprimento dos objetivos do Tratado de Brasília, com renovado dinamismo e em bases pragmáticas.

14. A respeito da questão das Ilhas Malvinas, o Presidente Sarney reiterou histórico apoio do Brasil aos direitos de soberania argentina sobre o arquipélago, sublinhou a importância de uma solução pacífica para a controvérsia e expressou sua confiança em que se reiniciem as conversações entre as Partes, nos termos das resoluções pertinentes aprovadas no âmbito da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos. O Presidente Alfonsín, manifestando sua satisfação por essa posição, externou o reconhecimento de seu governo pela atuação do Brasil em seu caráter de potência protetora dos interesses argentinos junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

15. Manifestaram sua preocupação com os problemas derivados do uso e tráfico de drogas ilícitas e concordaram em desenvolver esforços conjuntos tanto no plano bilateral quanto no multilateral. Coincidiram também em que este tema deve ser abordado desde uma perspectiva integral, uma vez que nele estão envolvidos aspectos morais, políticos, econômicos, financeiros, sociais, de fiscalização e de controle, que exigem um esforço conjugado e que a cooperação deve contemplar a prevenção do uso indevido, a repressão do tráfico e a reabilitação dos usuários.

16. Destacaram que, dentro da tradição de continuidade do relacionamento bilateral, os êxitos recentemente alcançados pelas duas Nações em seus respectivos processos de consolidação democrática criaram condições particularmente propícias para o aprimoramento de seus vínculos nos mais diversos setores, assim como para uma colaboração mais íntima e estreita no plano internacional.

17. Os primeiros Mandatários reconheceram que se torna cada vez mais indispensável o freqüente diálogo de alto nível entre os dois Governos.

18. Dentro desse espírito, expressaram sua firme vontade política de acelerar o processo de integração bilateral, em harmonia com os esforços de cooperação e desenvolvimento regional. Expressaram sua firme convicção de que esta tarefa deve ser aprofundada pelos Governos com a indispensável participação de todos os setores de suas comunidades nacionais, aos quais convocaram a unir-se a este esforço, já que lhes cabe também explorar novos caminhos na busca de um espaço econômico regional latino-americano.

19. Para esse fim, decidiram criar uma Comissão Mista de Alto Nível para Cooperação e Integração Econômica Bilateral, presidida pelos seus Ministros das Relações Exteriores e composta de representantes governamentais e dos setores empresariais dos

dois países, para examinar e propor programas, projetos e modalidades de integração econômica.

20. Esta Comissão, que abarcará todos os setores suscetíveis de uma maior integração entre os dois países, será constituída no primeiro trimestre de 1986 e deverá apresentar, até 30 de junho próximo, um relatório aos dois Presidentes com as prioridades propostas para lograr um rápido aprofundamento dos vínculos de cooperação e integração econômica, especialmente no que se refere às áreas de complementação industrial, energia, transporte e comunicações, desenvolvimento científico-técnico, comércio bilateral e com terceiros mercados.

21. Por canais diplomáticos, serão acordados a composição, data de constituição, mecanismos, procedimentos e demais pormenores relativos ao seu funcionamento. O mandato da Comissão não interferirá nem retardará a cooperação institucional atualmente em vigência nem a que resulte de outras decisões adotadas no presente encontro.

22. Nos setores de energia, transporte e comunicações, os Presidentes manifestaram sua intenção de promover a complementação crescente entre os sistemas dos dois países como forma de integração efetiva que gere benefícios mútuos nos planos técnico, econômico, financeiro e comercial para seus respectivos países. Destacaram a necessária participação das indústrias brasileira e argentina e das respectivas empresas estatais neste esforço de integração.

23. Com a finalidade de continuar com o processo de integração física, bem como dos sistemas de transportes e comunicações entre seus países, ambos os Mandatários resolveram criar, para tanto, no âmbito da Comissão de Alto Nível, uma Subcomissão que analisará as conexões viárias e ferroviárias, as pontes, os portos e vias navegáveis, os problemas relativos ao transporte rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo, assim

como os relativos às comunicações, a qual será coordenada pelos Secretários-Gerais dos Ministérios dos Transportes e das Comunicações do Brasil, e pelos Subsecretários de Planejamento de Transporte e o da Secretaria das Comunicações da Argentina, conforme o caso.

24. Da mesma maneira, para coordenar a realização de projetos conjuntos na área da energia, os dois Presidentes decidiram criar outra Subcomissão presidida pelo Secretário-Geral do Ministério das Minas e Energia do Brasil e pelo Subsecretário de Planejamento Energético da Argentina. A referida Subcomissão analisará especialmente a viabilidade do fornecimento de gás natural argentino ao Brasil, bem como as possibilidades de complementação nas áreas de prospecção e exploração petrolífera e no comércio bilateral de combustíveis líquidos e gasosos.

25. Na área da energia hidrelétrica, os Presidentes manifestaram sua decisão de levar adiante, de forma conjunta, o aproveitamento hidrelétrico binacional de Garabi, tendo como base um cronograma que garanta a conclusão do projeto básico e da documentação pertinente nos próximos doze meses. Nessas condições, poder-se-á considerar sua entrada em serviço, conforme os planos de aparelhamento dos dois países, no período compreendido entre os anos de 1995 e 2000, sujeita à evolução e coordenação dos respectivos sistemas elétricos nacionais.

26. Nesse setor ambos os Mandatários manifestaram seu beneplácito pela firme decisão política da Argentina de realizar, associada ao Brasil, as obras de aproveitamento hidrelétrico de Pichi-Picun-Leufu. Nesse sentido, congratularam-se por se encontrarem encaminhadas as negociações relativas ao convênio de crédito e ao empréstimo oferecidos pelo Governo brasileiro, bem como as referentes ao estabelecimento das bases comerciais e jurídicas do contrato entre a HIDRONOR S.A. e o Consórcio Brasileiro-Argentino.

27. Atentos à vontade de estabelecer uma maior complementação entre os sistemas elétricos dos dois países, ambos os Mandatários expressaram sua satisfação pelo avanço das obras de interconexão que estão sendo realizadas no quadro do convênio oportunamente subscrito, assinalando seu interesse em dar continuidade a esse esforço impulsionando o estabelecimento de novos vínculos.

28. No âmbito da cooperação científica e tecnológica, ambos os Presidentes expressaram sua convicção de que a ciência e a tecnologia desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social e assinalaram a importância do Acordo Básico como quadro adequado para a cooperação bilateral. Sua expressão concreta manifesta-se nos Ajustes Complementares referentes a metrologia, florestamento, atividades espaciais, agricultura, comunicações e o assinado durante o transcurso deste encontro sobre biotecnologia, assim como no acordo de cooperação existente sobre os usos pacíficos da energia nuclear. Ressaltaram, igualmente, a importância da cooperação técnica entre instituições, que se traduziu em projetos nos campos da virologia, da formação profissional e dos transportes. Neste particular, assinalaram sua satisfação pelas negociações em curso entre os Governos com vistas à celebração de um *Memorandum* de Entendimento sobre cooperação nos campos da pesquisa e tecnologia no setor dos transportes.

29. Com a finalidade de intensificar os esforços no campo da cooperação científica e tecnológica, ambos os Mandatários decidiram criar uma Subcomissão, no âmbito da Comissão de Alto Nível, que será presidida pelo Secretário-Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e pelo Subsecretário de Promoção de Ciência e Técnica da Argentina.

30. Enfatizaram, em particular, a importância dos Acordos formalizados pelos dois Governos em julho e agosto do corrente ano, referentes às iniciativas de expansão e equi-

líbrio do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Argentina. A fim de incentivar a cooperação econômica e comercial e diversificar o intercâmbio bilateral e com terceiros mercados, ambos os Mandatários resolveram criar uma Subcomissão de Assuntos Econômicos e Comerciais, presidida pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo Subsecretário das Relações Internacionais Econômicas do Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina.

31. Ambos os Presidentes se felicitaram, ainda, pela assinatura, a que procederam na mesma data, da "Declaração Conjunta sobre Política Nuclear", que consubstancia os propósitos pacíficos dos programas de desenvolvimento de seus países no campo nuclear e que se insere nas melhores tradições

de cooperação e de paz, que inspiram a América Latina.

32. Por último, os Presidentes José Sarney e Raúl Ricardo Alfonsín reafirmaram enfaticamente que o processo de democratização que vive o continente deverá conduzir a uma maior aproximação e integração entre os povos da região. Afirmaram, igualmente, que, para os latino-americanos, a democracia deve necessariamente significar Paz, Liberdade e Justiça Social; comprometeram-se a não poupar esforços para que convivam neste continente sociedades que privilegiem os princípios de dignidade humana, cooperação, solidariedade, paz e bem-estar. Concluíram assinalando que as relações bilaterais brasileiro-argentinas serão exemplo deste ideário.

Foz do Iguaçu, em 30 de novembro de 1985.

comunicado de imprensa brasil – argentina

Comunicado de Imprensa Brasil-Argentina, divulgado em Foz do Iguaçu, em 30 de novembro de 1985, logo após o encontro dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, para inauguração da ponte "Presidente Tancredo Neves".

Em 29 e 30 de novembro de 1985, reuniram-se em Puerto Iguazú e Foz do Iguaçu os Presidentes do Brasil, Dr. José Sarney, e da Argentina, Dr. Raúl Alfonsín.

2. Na ocasião, procederam à inauguração da Ponte Presidente Tancredo Neves, assim denominada em homenagem ao falecido estadista brasileiro como prova de reconhecimento a sua trajetória política imbuída de valores democráticos, de solidariedade e cooperação latino-americana.

3. Os Presidentes e seus colaboradores realizaram encontros de trabalho num clima

de grande cordialidade, que pôs em evidência o elevado grau de diversificação, profundidade e solidez alcançado nas relações bilaterais.

4. Manifestaram a permanente disposição dos dois povos de estreitarem em forma crescente seus laços de amizade e solidariedade. Destacaram o novo impulso que sofreu este processo a partir dos êxitos recentemente alcançados pelas duas Nações em seus caminhos de consolidação democrática, assinalando que isto facilitou uma atitude de maior colaboração e permitiu chegar a profundas coincidências nas posições das duas Nações no plano internacional.

5. Ao analisar a situação global, os Presidentes coincidiram em sua preocupação pelas dificuldades que atravessa a economia da região, em função dos complexos problemas derivados da dívida externa, do incremento das políticas protecionistas no comércio internacional, da permanente deterioração dos termos do intercâmbio e da drenagem de divisas que sofrem as economias dos países em desenvolvimento. Neste sentido, coincidiram na importância do enfoque do problema colocado pelo Consenso de Cartagena e sua esperança de que, do aprofundamento desta política, surjam soluções estruturais que resolvam as dificuldades dos países devedores e contribuam a melhorar o funcionamento do sistema financeiro internacional, dotando-o de maior previsibilidade e segurança.

6. Os dois Presidentes assinalaram seu respaldo às gestões do Grupo de Contadora, através da ação do Grupo de Apoio do qual ambos os países formam parte. Manifestaram a necessidade de dinamizar a Organização dos Estados Americanos, consolidando deste modo o sistema interamericano.

Expressaram igualmente seu firme desejo de que o Atlântico Sul não se converta em cenário da luta Leste-Oeste. O Presidente do Brasil ressaltou o apoio permanente de sua Nação à reivindicação dos direitos argentinos sobre as Ilhas Malvinas.

7. Assinalaram sua coincidência quanto à necessidade de promover, com a audácia e imaginação que requer a superação da crise atual, novas políticas de cooperação e integração entre os dois países no quadro da construção e desenvolvimento do espaço econômico regional. Expressaram sua firme convicção de que esta tarefa deve ser aprofundada pelos Governos com a indispensável participação de todos os setores de suas

comunidades nacionais, aos quais convocaram a unir-se a este esforço, explorando novos caminhos na busca de um espaço econômico regional latino-americano. Com este objetivo, resolveram constituir uma Comissão Mista de Alto Nível para Cooperação e Integração Econômica Bilateral, presidida pelos respectivos Ministros de Relações Exteriores e integrada por altos funcionários dos dois Governos e por representantes dos setores empresariais dos dois países.

8. Esta Comissão deverá apresentar num prazo de seis meses propostas concretas nas áreas de integração tecnológica e industrial, no campo da energia, dos transportes e comunicações, da cooperação científico-tecnológica e do comércio.

9. Ambos os Mandatários coincidiram em assinalar a absoluta prioridade que conferem ao desenvolvimento de programas de Governo que assegurem para seus povos a paz, a liberdade e a justiça social.

10. Neste sentido, congratularam-se pela assinatura da Declaração do Iguaçu e da Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, onde se registram os níveis de coincidências alcançados e se definem as propostas de trabalho concretas para o início desta nova etapa do relacionamento entre as duas Nações.

11. Finalmente, os dois Mandatários comprometeram-se a não poupar esforços para obter sociedades que privilegiem os princípios da dignidade humana, cooperação e solidariedade, comprometendo-se solenemente a que o Brasil e a Argentina sejam expressão deste ideário.

Foz do Iguaçu, em 30 de novembro de 1985 *

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 104, o Acordo que regulamenta o uso da ponte "Presidente Tancredo Neves".

inaugurada a subcomissão para o desenvolvimento de zonas fronteiriças brasil-uruguai

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Otávio Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 21 de outubro de 1985, por ocasião da inauguração
da subcomissão para o desenvolvimento conjunto
das zonas fronteiriças entre o Brasil e o Uruguai.

Excelentíssimo Senhor Doutor Julio Benitez
Saenz,

Chefe da Delegação Uruguaia

É para mim motivo de especial satisfação
dar-lhe as boas-vindas ao Itamaraty, quando
inauguramos os trabalhos da Subcomissão
para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas
Fronteiriças.

Este encontro inicia o cumprimento de
mandato outorgado pelos Presidentes Julio
Maria Sanguinetti e José Sarney, ao ensejo
da visita que o Primeiro Mandatário brasi-
leiro fez ao Uruguai em agosto passado.

A fronteira comum contribuiu para criar o
clima de entendimento e franqueza que
serve de moldura para o relacionamento
bilateral. Com orgulho podemos nós, brasi-
leiros e uruguaio, afirmar que, longe de nos
separar, a fronteira serviu para estreitar e
consolidar os laços de fraternidade que nos
unem.

É firme a minha convicção de que a maior
vocação da fronteira é servir ao ideal latino-
americano da integração entre os povos,
criando condições para que possam ser con-
cretizadas as aspirações de paz, prosperida-
de e democracia, que todos compartilhamos.

Senhores,

Pela primeira vez, o Brasil e o Uruguai reu-
nem-se para considerar, em termos globais,
as questões atinentes ao desenvolvimento
de sua região fronteiriça em toda a sua ex-
tensão. Iniciativa pioneira, será de grande
valia a elaboração e aprovação dos parâme-
tros que regerão as atividades da Subcomis-
são, cobrindo suas diversas áreas de atuação,
como comércio, turismo, serviços, educa-
ção e saúde. Uma vez definidas tais diretri-
zes, disporão os dois Governos de bases só-
lidas para executar programas que contri-
buam, realisticamente, para dar conteúdo
operativo aos propósitos convergentes que
já identificaram.

Temos pela frente trabalho árduo e diversificado, mas amplamente compensador para o bem-estar e integração de nossas populações lindeiras. E o desafio a ser enfrentado aumenta ao pensarmos que nos deparamos com um quadro de crise econômica, onde são escassos os recursos. Sobra-nos, no entanto — acredito — vontade política, pertinácia e imaginação criadora, com as quais, estou seguro, levaremos a feliz termo a tarefa que nos propomos cumprir.

Desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças com a consciência de dar continuidade a um frutífero trabalho de valorização das áreas limítrofes. Foi ele marcado, de forma mais expressiva, em princípios deste sé-

culo, pelo Barão do Rio-Branco; depois, com a decisão sobre o condomínio na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão; prosseguindo, posteriormente, com as expressivas atividades da Comissão da Bacia da Lagoa Mirim. É, portanto, altamente significativo que essa iniciativa seja lançada aqui, no Palácio Itamaraty, onde trabalhamos sob a inspiração permanente do grande estadista brasileiro.

Desejo, pois, a todos uma jornada proveitosa que há de se refletir no contexto mais amplo da aproximação entre o Brasil e o Uruguai.

Muito obrigado.

Itamaraty comemora os 40 anos da organização das nações unidas

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 24 de outubro de 1985, por ocasião das
comemorações do 40º aniversário da
Organização das Nações Unidas.

Senhor Ministro de Estado das Comunicações,
Senhores Embaixadores e Chefes de Missão diplomática,
Senhores Representantes das Nações Unidas
e dos organismos e agências especializadas,

Senhoras e Senhores,

Há quarenta anos entrava em vigor a Carta das Nações Unidas. O Brasil, que participou intensamente dos esforços para a elaboração do instrumento constitutivo da ONU, celebra hoje com sóbrio e sereno contentamento este aniversário que marca a plena maturidade da organização mundial e sua presença permanente no universo das relações internacionais.

Após a significativa homenagem prestada pelo Congresso Nacional esta tarde, cabe ao Ministro das Relações Exteriores não apenas comemorar a efeméride mas também promover uma reflexão sobre as Nações Unidas, seu papel histórico e sua relevância atual.

Marcada em suas origens pelo conflito mundial que se encerrava e pela conjuntura política imediatamente posterior à guerra, as Nações Unidas deveriam servir, na concepção original das potências aliadas, basicamente como instrumento para a manutenção da paz, através da segurança coletiva, para a reconstrução das regiões devastadas e para a estabilidade política do mundo.

O ambiente político e de opinião pública mundial que prevalecia à época da negociação da Carta favoreceu a inserção, entre os propósitos da nova organização, de dispositivos marcados por uma visão bem mais ambiciosa e idealista do papel da organização mundial como ferramenta da cooperação internacional. Os esforços dos países latino-americanos, e, em particular, do Brasil, muito contribuíram para este objetivo.

A Carta representa assim a conciliação entre a defesa do **status quo**, representado essencialmente pelo papel decisivo que mantêm os membros permanentes do Conselho de Segurança nas questões relativas à manuten-

ção da paz, e uma visão dinâmica tendente à transformação da realidade internacional mediante a cooperação entre os Estados. A aparente contradição entre essas duas vertentes permitiu, na verdade, às Nações Unidas, através de uma permanente reinterpretação de seus objetivos e funções, adaptar-se às necessidades do mundo contemporâneo.

Os dois aspectos fundamentais do papel das Nações Unidas: a preservação da paz, que não se deve confundir com a simples ausência de guerra; e a promoção do progresso econômico, social e cultural, são duas faces de um mesmo objetivo, porquanto para manter a paz é indispensável assegurar a justiça e garantir condições materiais condizentes com a dignidade e potencialidade do ser humano.

Se, em grande esforço de síntese e simplificação, pudéssemos dividir a história da ONU em três períodos, de 1946 a 1960; de 1960 a 1974; e de 1974 até o presente, veríamos que a fase inicial foi caracterizada, no plano político, pela impossibilidade prática, face à guerra fria, de fazer atuar com eficácia o mecanismo de segurança coletiva previsto na Carta, o que obrigou a progressivos ajustamentos no funcionamento das Nações Unidas nesta área, ao desenvolvimento de novos instrumentos, em particular as operações de paz, e à ênfase no papel dos mecanismos de conciliação e solução pacífica.

Apesar das vicissitudes da guerra fria e do início da competição nuclear, a organização se consolidou e reforçou. O conceito de autodeterminação, ainda impreciso na Carta, encontrou sua cristalização na Declaração sobre a Outorga da Independência aos Povos e Países Coloniais, um dos instrumentos mais importantes desta fase e cujo 25º aniversário comemoramos também este ano. A descolonização amplia grandemente o número de Estados-membros da Organização, com resultados que não são apenas quantitativos mas se refletem, sobretudo, na orientação e filosofia política do órgão, que se torna progressivamente universal.

No plano social e humanitário são grandes os avanços neste período. As normas e conceitos da Carta são progressivamente precisados e tornados operacionais. É o caso, em especial, da Declaração Universal dos Direitos Humanos que, aprovada em 1948, constitui a base sobre a qual vem sendo construída toda uma sistemática para a promoção e proteção da dignidade e bem-estar dos indivíduos e das sociedades em que estes estão inseridos. Princípios como a não-discriminação transformaram-se em direitos, sobre os quais a comunidade internacional ampliada passou a exigir a eliminação do racismo e da discriminação racial. A enunciação clara de tais postulados pelas Nações Unidas não deixou de produzir impacto sobre as sociedades nacionais, induzindo-as a eliminar de sua legislação e prática social os resquícios da era colonial e escravista. Exceção notória a esta evolução é a África do Sul onde, ao contrário, uma minoria intransigente e radical erigiu o racismo em instrumento de brutal opressão, com os funestos e perigosos resultados que hoje conhecemos.

Assiste-se também, neste período, ao desenvolvimento dos organismos e agências especializadas, que assumem hoje um papel de reconhecida relevância para a coordenação das ações nacionais em campos tão variados como agricultura, saúde, educação, trabalho e comunicações.

No âmbito das relações econômicas e financeiras, entretanto, a evolução seguiu caminho distinto. O fracasso da Carta de Havana, que previa o estabelecimento de uma organização mundial para regular as relações internacionais de caráter econômico, comercial e financeiro, levou à consolidação, em bases permanentes, das instituições de Bretton Woods, e à criação do GATT. Tais instituições, por sua composição e pelos mecanismos decisórios que adotaram, voltaram-se mais para a eficiência e boa coordenação do sistema existente de relações econômicas do que para a adequação deste sistema às necessidades de um mundo grandemente ampliado e diversificado. A

grande expansão econômica e comercial, bem como o desenvolvimento tecnológico verificado no pós-guerra, beneficiaram assim de maneira extremamente desigual aos países, acentuando a debilidade e a instabilidade das regiões menos desenvolvidas. Não é difícil vislumbrar, na falta de uma visão global e universalista destas instituições, uma das causas da grave crise que hoje atravessamos. A reforma do sistema financeiro e monetário internacional é uma necessidade inelutável, e novas bases sólidas e estáveis só poderão ser alcançadas através de negociações de que participem o conjunto dos países que integram o sistema.

Paralelamente, o Conselho Econômico e Social não exerceu com eficácia o mandato político e o papel formulador que lhe deveria caber, e limitou-se ao exame periódico da situação econômica mundial e à coordenação do funcionamento das agências especializadas.

O período subsequente, de 1960 a 1974, é caracterizado, politicamente, por um relativo relaxamento das tensões entre as superpotências. Esta conjuntura propiciou um clima mais positivo nas relações internacionais e permitiu realizar avanços limitados na negociação de instrumentos sobre desarmamento. A confrontação fundamental manteve-se entretanto inalterada, e a criação de mecanismos institucionais eficazes e não-discriminatórios para a cessação da competição armamentista nuclear permaneceu um objetivo distante.

No terreno econômico, o período é marcado pela acentuação da solidariedade entre os países em desenvolvimento, que adquiriram consciência crítica da desigualdade que as estruturas internacionais perpetuam, e reivindicam sua reforma. A criação da UNCTAD, para a qual muito contribuíram os países latino-americanos e, em particular, o Brasil, deixou entrever a esperança de progressos mais efetivos neste campo. Embora discordando quanto aos métodos e formas de atuação, os países desenvolvidos pareciam compartilhar dos mesmos obje-

vos de eliminação das condições que dificultavam o acesso dos países em desenvolvimento aos benefícios do comércio e dos fluxos financeiros e avanços tecnológicos. Poucas entretanto foram as conquistas efetivas alcançadas, e o período se encerra com uma reversão na posição dos países desenvolvidos, com a virtual paralisação das negociações em torno da Nova Ordem Econômica Internacional.

A fase que se estende de 1974 até o presente caracteriza-se por uma aguda intensificação das crises e conflitos internacionais. Nunca talvez, desde a Segunda Guerra Mundial, tenha o futuro da humanidade parecido tão ameaçado por um conjunto de problemas políticos e econômicos que parecem desafiar solução. No entanto, talvez nunca tenham existido tantas instituições e princípios para a solução de conflitos e meios técnicos e financeiros para assegurar condições de vida condignas para o homem.

A crise não decorre pois nem da insuficiência de recursos a nível mundial, nem da ausência de instituições e mecanismos capazes de propiciar o quadro necessário à acomodação de interesses e divergências. Ela repousa, basicamente, tanto em sua face política quanto em seu aspecto econômico, na recusa em abrir mão de vantagens de curto prazo em benefício do progresso geral, na insistência em percepções unilaterais das relações internacionais, que limitam o diálogo e visam manter a hegemonia dos poderosos e a coesão dos blocos.

No âmbito dos organismos multilaterais, e particularmente no das Nações Unidas, a crise se manifesta por uma inquietante tendência a desvalorizar e debilitar as normas básicas de funcionamento de tais organismos e a recorrer, de forma unilateral, a soluções e medidas de força. A Carta das Nações Unidas, convém reafirmar, é um instrumento jurídico de valor universal que contém normas e princípios solenemente contraídos. Tais obrigações, conforme estabelece o artigo 103 da Carta, devem prevalecer sobre quaisquer outras obrigações inter-

nacionais que os Estados porventura assumam.

Apesar de tais tropeços e dificuldades, o sistema multilateral que tem as Nações Unidas como centro não cessou de se ampliar e de reforçar sua presença em todos os aspectos das relações internacionais, de que se tornou fator permanente e insubstituível.

A explicação deste fenômeno reside em que as Nações Unidas e a diplomacia parlamentar respondem efetivamente às necessidades de um sistema de relações internacionais tornado muito mais complexo pelo aumento do número de atores e pela própria natureza das questões políticas, econômicas, sociais, científicas e técnicas que formam o seu tecido.

Este sistema internacional de relações é também marcado, por outro lado, por crescente interdependência. Invocada frequentemente para justificar a renúncia, pelos Estados, de seu direito de participar das decisões internacionais de seu interesse, a interdependência só pode existir como fator genuíno de promoção do interesse coletivo, mediante o respeito, nas negociações e decisões que a todos afetam, de princípios como os da igualdade soberana, não-discriminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias. As Nações Unidas e suas agências especializadas, cuja base de operação repousa sobre os princípios e propósitos da Carta, constituem assim o foro democrático apropriado para promover relações de interdependência que se traduzam em cooperação mutuamente vantajosa.

Outro fator que explica a relevância das Nações Unidas é a sua importância como instrumento para a análise e compreensão em dimensão planetária, dos novos temas e desafios jurídicos, econômicos ou técnicos que a humanidade deve enfrentar cada vez com mais frequência. Refiro-me, por exemplo, às questões ligadas ao novo direito do mar, às normas sobre a utilização pacífica do espaço exterior, sobre a exploração dos

recursos dos fundos marinhos, a proteção do meio ambiente e a adequada formulação de políticas demográficas. O equacionamento a nível global destes temas dificilmente poderia ser levado a termo sem a existência do arcabouço institucional e conceitual que decorre de seu tratamento pelas Nações Unidas e por conferências internacionais especializadas.

Como todo empreendimento humano, as Nações Unidas são um ideal para cuja realização é necessário perene esforço. O balanço destes 40 anos de Nações Unidas é certamente positivo, embora os objetivos mais importantes que levaram à criação da organização estejam ainda por alcançar.

O Brasil esteve ligado às Nações Unidas desde sua origem. Defendemos a valorização do seu papel em todos os planos, particularmente no terreno da segurança internacional, do desarmamento e no da promoção de estruturas econômicas internacionais justas e equilibradas.

A presença do Presidente da República na Assembléia Geral que comemora o quadragésimo aniversário da organização é a demonstração mais cabal da importância que o Brasil atribui às Nações Unidas. Este permanente interesse é agora reiterado com maior vigor por um Brasil renovado em suas instituições democráticas e que encontra, nas Nações Unidas, o correspondente, no plano internacional, de seus ideais democráticos e de convivência harmoniosa.

Senhoras e Senhores,

Como afirmou o Presidente Sarney em seu discurso de abertura da Assembléia-Geral:

“Estamos numa encruzilhada das muitas que marcaram estes 40 anos de existência da ONU. Os povos percebem que as concessões feitas às realidades do poder são uma avenida de uma só mão. Apenas a vontade

conjunta da maioria pode recompor, numa atitude nova, o panorama emoliente criado pela confrontação e pelos mecanismos de poder”.

Expressou também o Presidente da República, de forma inequívoca, que o Brasil deseja ser ouvido internacionalmente e que nossa presença no debate das nações será revigorada através de “uma política externa independente, dinâmica, e voltada para a solução das questões internacionais de conteúdo social”.

Nesse sentido, esforçar-nos-emos, em conjunto com nossos irmãos da América Latina e com os demais países em desenvolvimento, e em nosso diálogo com os países desenvolvidos, para que as Nações Unidas possam desempenhar o papel fundamental que lhe reservou a Carta e que requer o interesse do conjunto da humanidade.

É particularmente importante, assim, que juntemos nossos esforços para persuadir as potências nucleares da necessidade de por termo à escalada armamentista nuclear, que mantém a humanidade inteira sob o espectro da aniquilação. As limitações parciais de armamentos, embora constituam etapa auspiciosa e necessária do processo de desarmamento, não constituem garantia suficiente. É necessário prosseguir pacientemente na negociação de instrumentos internacionais eficazes e não-discriminatórios que ponham termo à corrida armamentista, garantam a segurança não apenas das potências nucleares mas também dos países que não dispõem deste tipo de armamentos, e permitam liberar os vultosos recursos desperdiçados na construção de arsenais para a superação da miséria, do atraso e para a promoção do desenvolvimento econômico e progresso social dos povos.

Devemos, por outro lado, promover a retomada de um diálogo sério, construtivo e equilibrado, no âmbito das Nações Unidas e de outras instituições, para superar a crise

econômica e financeira e erigir uma ordem internacional mais justa e democrática, que permita à massa da população mundial hoje marginalizada traduzir seu trabalho em verdadeiro progresso social e humano. Não é aceitável que, quarenta anos após termos firmado solenemente nossa determinação de resolver através da cooperação os problemas internacionais de caráter econômico e social, esteja a humanidade novamente a braços com uma crise sem precedentes, que solapa os próprios alicerces da ordem internacional.

Entendemos, finalmente, e para isso nos esforçaremos, que as Nações Unidas devem renovar seu empenho na promoção de uma eficaz cooperação científica e tecnológica. Devemos evitar a todo custo que os prodigiosos avanços da ciência e da tecnologia resultem, por sua concentração em poucos países, em novo fator de fragmentação do mundo. Preocupa-nos, também, a tendência a utilizar cada vez mais a ciência e a tecnologia mais avançada como elemento para o estabelecimento de novas linhas de confrontação bélica.

Senhoras e Senhores,

As Nações Unidas constituem um patrimônio valioso de normas e princípios jurídicos e objetivos globais em cuja preservação e aprimoramento a humanidade tem primordial interesse. Cabe-nos, países-membros, mantermo-nos fiéis a seus propósitos e contribuir, de forma serena e construtiva, para que as controvérsias e conflitos que surgem entre as nações sejam resolvidos de conformidade com tais normas. O Brasil tem invariavelmente pautado sua conduta internacional por estrito respeito à Carta das Nações Unidas. A reafirmação desta linha básica de nossa política externa constitui, certamente, a forma mais apropriada de celebrarmos o quadragésimo aniversário das Nações Unidas.

Muito obrigado.

congresso nacional realiza sessão solene em homenagem ao 40º aniversário de fundação da onu

Discursos do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Cid Sampaio, do Deputado Edison Lobão, e do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Fragelli, no Congresso Nacional, em 24 de outubro de 1985, por ocasião de sessão solene em homenagem ao quadragésimo aniversário de fundação da Organização das Nações Unidas.

SENADOR CID SAMPAIO

No cosmos infinito já desvendado pelo conhecimento, a criatura humana é o único ser capaz de criar.

Feito à imagem e à semelhança de Deus, tocado pela centelha divina, partícula, ou momento da força que preside a harmonia universal, o homem foi o único ser que moldou e construiu o seu próprio mundo.

Subordinado às leis físicas e biológicas, preso portanto à natureza da qual não se pode inteiramente independer ele a transcende.

Dependente, vence as primeiras etapas da vida. Cresce, instintivamente congrega-se. Como ser, ou em conjunto como espécie, marcha e luta à busca da sua libertação. Nesse caminho não pode retroceder. Se o fizer, como indivíduo imbeciliza-se, volta à idade infantil, perde a individualidade. Como coletividade retorna à barbárie, perde a liberdade.

No seu caminho, a criatura humana perscruta, utiliza os artifícios da matemática e da lógica, deduz, observa, e induz as leis naturais da astronomia, da física e da química. Ao mesmo tempo na construção do seu mundo, para atender os preceitos de liberdade e justiça inerentes à própria espécie, o

homem concebe as leis sociais, formula códigos e cria a ética.

Adaptando essas normas morais, os códigos e a própria ética aos interesses da horda, da tribo, da cidade, dos impérios, dos países e das Nações, a humanidade de conquista em conquista foi encontrando o caminho, ora reto ora tortuoso, da sua libertação.

Nesse percurso não foram exclusivamente o conhecimento, a pesquisa e o saber que impulsionaram o mundo.

Não foram a capacidade de desenvolver uma série matemática, de integrar uma equação diferencial, de desencadear uma reação química em cadeia, de isolar um isótopo ou desintegrar um átomo que marcaram os momentos decisivos e culminantes na história da humanidade. Foram a fé, o entusiasmo, a força das convicções e das crenças, a verdade, o espírito de justiça e de sacrifício e a coragem que consagraram os santos e os heróis. Foram as pregações de Moisés, de Buda, de Aristóteles, de Sócrates, de Cristo, foram os exemplos de Bruno, de Francisco de Assis, de Joana D'Arc, de Caneca, de Roma, de Tiradentes, de Lincoln, de Gandhi, de Luther King que definiram os rumos da evolução da Terra.

Na ânsia de progredir e de criar, a criatura humana ao transcender a natureza, supe-

rando limites que originariamente o subordinavam, não pode desconhecer os princípios éticos morais de solidariedade e justiça que a vida dos santos e dos heróis simbolizam e encarnam.

A disponibilidade energética e os novos elementos, inanimados, ou com vida, que a desintegração do átomo e a engenharia genética originam são, ao mesmo tempo, um fator de avanço e progresso no mundo criado pelos homens e uma ameaça a ele próprio e a toda espécie que se integra à natureza no contexto harmônico do universo. Da conquista dos espaços interplanetários e intermoleculares e da subordinação da memória genética dos seres, podem resultar mísseis destruidores, à guerra biológica ou nas estrelas, ameaçando a paz e até a sobrevivência da terra.

No decurso das terceira e quarta décadas deste século, na competição hegemônica do poder universal, com o uso das conquistas científicas então recentes, o mundo viveu, talvez, o maior regresso de sua história.

Foram mortas e trucidadas 50 milhões de pessoas.

Nunca o homem foi tão aviltado. Nunca degradaram-se tantos os que violavam e os que foram vítimas ao desrespeito a todos e aos mais elementares direitos humanos.

As tragédias de Hiroshima e Nagazaki completaram o ciclo de barbárie da mais negra noite da história moderna.

Em 1945, como emergindo do delírio da violência e de ódio, a que conduziu a luta hegemônica, disfarçada em guerra ideológica entre as grandes potências, a humanidade despertou.

Em 25 de abril é proposta a Carta da ONU.

Em 26 de junho é assinada a Carta das Nações Unidas.

Em 24 de outubro de 1945, exatamente há quarenta anos, em São Francisco da Califór-

nia, os 46 países signatários da Carta instalam a Conferência das Nações Unidas. Mais 5 países aderem. Estava criado um fórum universal, onde as Nações pudessem se entender para manter a paz e a segurança internacional.

O Congresso Brasileiro que conviveu também no Brasil com uma longa noite de regresso, quer juntar o seu júbilo e a sua voz aos de toda humanidade. Quer festejar e comemorar o momento decisivo e iluminado em que 46 Nações deliberaram substituir a força e a violência pelo entendimento, pela solidariedade, pela justiça e pelo respeito aos direitos fundamentais do ser humano e das Nações soberanas.

Foram 51 os membros fundadores. Hoje já participam da ONU 159 Estados-membros.

Os países que subscreveram a Carta das Nações Unidas em 1945 ao fazê-lo declaravam estar resolvidos: "a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das Nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla".

Três anos mais tarde, a Assembléia das Nações Unidas aprova a "Declaração Universal dos Direitos Humanos". As Nações comprometem-se a respeitá-los. Nesse compromisso histórico assegura-se:

— Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir, em relação uns com os outros, com espírito de fraternidade. (Artigo 1)

— Todos têm direito à vida, liberdade e segurança da pessoa. (Artigo 3)

— Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas. (Artigo 4)

— Todos têm direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis ao trabalho e à proteção contra o desemprego. Todos, sem qualquer discriminação, têm direito a pagamento igual por trabalho igual. Todos que trabalham têm direito à uma remuneração justa e favorável que lhe assegure e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, e suplementado, se necessário, por outros meios de proteção social. Todos têm direito de fundar e associar-se a sindicatos para a proteção de seus interesses. (Artigo 23)

— Todos têm direito a um padrão de vida adequado à saúde e bem-estar de si próprio e de sua família, incluindo alimentação, vestimentas, alojamento, cuidados médicos e os necessários serviços sociais; têm direito à segurança em caso de desemprego, enfermidade, invalidez, viuvez, velhice ou outra falta dos meios de subsistência em circunstâncias além de seu controle. (Artigo 25)

— Todos têm direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos estágios primário e fundamental. A educação primária será compulsória. O ensino técnico e profissional deve ser acessível a todos e a educação superior será igualmente acessível a todos com base no mérito. (Artigo 26)

— Todos têm direito a uma ordem social e internacional na qual os direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração possam ser completamente atingidos. (Artigo 28)

Quarenta anos são passados da fundação da ONU. Nesse período foi possível evitar uma conflagração mundial. Todavia, o trecho dos interesses hegemônicos e o uso da

força para assegurá-los levaram a guerras. Em correlação com a preservação de áreas de influência política econômica e de mercado o mundo assistiu correr sangue na Coreia, no Vietnã, na Hungria, na Tchecoslováquia, em Angola, no Afeganistão, no Camboja, na África, no Oriente Médio, no Líbano e nas Américas Central e do Sul.

A força dos princípios morais, éticos e da verdade que desnudam os pretextos e os sofismas, nas Assembléias onde são postos um diante dos outros homens de todas as partes do mundo não foi ainda suficiente para assegurar uma paz justa.

As prerrogativas de veto assegurado, no Conselho de Segurança, aos cinco membros permanentes do Conselho permitem, justamente às grandes potências, usarem a força sem que seus atos de violência ou de guerra sejam susceptíveis de análise pelo órgão que devia constituir a salvaguarda da paz e do respeito ao direito dos povos.

É o resíduo da experiência adquirida no início do caminho da civilização, anterior à afirmação das culturas que vêm mudando a face da terra, que ainda permite a prevalência da força material sobre a justiça, a moral e a ética, forças do espírito.

É o pragmatismo cínico que leva a conclusões como as de Gilles Lapouge: “Na verdade, todos sabem muito bem que a ONU em nada contribuiu para a paz universal e que o instrumento que nos garantiu uma tão longa paz, não foi o instrumento da paz que é a ONU, mas o instrumento de guerra, a bomba de Hiroshima”.

Na realidade, a ONU tem realizado sua missão no que tange a dirimir conflitos. Não tem podido conter os fortes e os grandes porque, desgraçadamente, no terreno da moral, da ética, do espírito tem sido a fraqueza dos fortes e a pequenez dos grandes que mais tem, pela intransigência na defesa dos seus interesses próprios, violado a justiça e desrespeitado os direitos elementares do ser humano. As palavras de Talleyrand

ao Czar Alexandre I são um modelo histórico e, talvez, hoje igualmente pouco convincentes, como as recomendações da ONU, às grandes potências: "Je suis obligé de suivre les principes, et les principes ne transigent pas".

Todavia, nas relações internacionais há um organismo capaz de falar em princípios.

É de ver-se ainda que não só as guerras constituem um flagelo para a humanidade e ferem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que as Nações soberanas, membros da ONU, comprometeram-se a honrar.

A fome e a miséria em Biafra, na Etiópia, no sertão nordestino do Brasil durante cinco anos de seca, são um quadro de destruição e de degradação das criaturas, que contrasta com a opulência que ostentam as nações ricas.

A miséria nas nações não desenvolvidas e do Terceiro Mundo, endividadas, em recessão, vendendo o que produzem os seus filhos a preços vis e não remuneradores, subordinam ainda milhões de pessoas a trabalho quase escravo.

Após quarenta anos de dedicação à causa da paz, a ONU tem uma missão a cumprir.

Os povos pobres que não lograram ainda galgar o patamar do desenvolvimento crêem na Organização das Nações Unidas. Os povos ricos que a comandam e que pelo poder e a força que detêm a subordinam, devem meditar no que tem custado à humanidade despojar as multidões das suas crenças. Foram elas, a fé e os sentimentos de equidade, de liberdade, de solidariedade e de justiça que permitiram ao ser humano organizar-se e construir o seu mundo. Destruí-las equivale, também, a destruir a matéria; é o inferno da explosão nuclear.

A ONU há de cumprir a sua missão.

Um dia, há de prevalecer na terra a mensa-

gem dos Deuses de todas as religiões: amai-vos uns aos outros.

DEPUTADO EDISON LOBÃO

Sr. Presidente

Srs. Congressistas

Mais alto parlamento do mundo e estuário das manifestações do espírito universal, a ONU representa o quadro mais expressivo de forças do gênero humano na sua significativa heterogeneidade antropológica. Mas o seu poder congregador — em face de verdadeira percussão filosófica — impõe-se perante os foros da História como o símbolo da preservação dos valores da Civilização.

Supremo templo político dos povos, a sua presença no teatro internacional reflete a intenção permanente de neutralizar divergências, de modo a que o lábaro da concórdia possa tremular em toda parte. E arrostando o frio sectarismo dos que não acreditam na paz, a ONU acende brilhos de esperança no caminho dos homens, como se estivesse estimulando a gênese da própria comunhão das raças.

Há exatamente 40 anos, sobre "os estertores da guerra e as ruínas da opressão" e sob o signo da Paz, da Justiça e do Progresso, nascia a Organização das Nações Unidas, amplo e insubstituível foro de harmonização do comportamento externo dos Estados, esperança maior da Humanidade para a implantação de uma ordem internacional mais justa e duradoura.

Efetivamente, quatro meses após o término da Conferência de São Francisco, de que resultou a Carta das Nações Unidas — documento considerado o maior monumento do Direito Internacional contemporâneo — passava a existir a ONU, então com 51 Estados-Membros fundadores, e que hoje congrega 159 países, com mecanismos e

procedimentos voltados para a justiça social e para o desenvolvimento econômico dos povos, num quadro de cooperação e de respeito pela liberdade e pela segurança coletiva.

Desnecessário explicitar a singularidade e a importância da Organização no plano mundial.

A ONU não constitui apenas o passo mais significativo das nações no longo processo evolutivo das organizações internacionais, cujos primeiros passos podemos datar do início do século XIX.

A referida entidade representa, sem dúvida, a única base viável e sólida para a construção de uma ordem internacional que não se fundamente na desigualdade e na força.

Os propósitos, princípios e ideais sobre os quais se ergue, inscrevem-se no próprio futuro da humanidade. Acreditamos mesmo, sem receio de equívocos, que somente a ONU, através do intrincado caminho da composição de diferenças e da busca do relaxamento de tensões, do cumprimento das normas de não-intervenção e de autodeterminação dos povos, da renúncia ao uso da violência para solução das controvérsias, do respeito às diretrizes já consagradas pelo direito internacional, será capaz de prover os parâmetros jurídico-políticos de conciliação entre os lícitos interesses nacionais e as conveniências do interesse coletivo, e de encontrar, como elementos da convivência entre os povos, as causas do entendimento e da cooperação.

É verdade, como já se disse, que não devemos sucumbir à tentação de medir o desempenho das Nações Unidas apenas segundo a aritmética das decisões não implementadas, dos problemas não resolvidos ou dos objetivos não atingidos.

Cabe-nos avaliá-la em função de seus princípios e metas, que a tornam muito mais que um simples mecanismo de consultas sobre a cambiante realidade internacional, de con-

ferências sobre os grandes temas da Paz e da Guerra, da execução de programas sobre questões de cooperação técnica e científica. Devemos julgá-la, enfim, pelas tendências que vem imprimindo e pela direção que tem sabido indicar à comunidade internacional.

É preciso não esquecer, sobretudo, que sua ação se faz sentir através das idéias que defende e que, nestas quatro décadas, têm constituído "um agente mais eficaz de mudanças políticas, de que outros, como o poder".

Com a ONU, única tribuna política de amplitude universal de que dispõem os Estados, iniciou-se uma nova fase nas relações internacionais, tendo em vista seus continuados esforços objetivando a distensão entre os povos, a busca de soluções pacíficas para os conflitos, a adoção de políticas e diretrizes abrangentes para eliminar as condições de penúria em que ainda vivem milhões de seres humanos, quase dois terços da humanidade, em todas as regiões do planeta.

Para julgar seu desempenho, é preciso ter presente o trabalho dos órgãos que a integram, isto é, a Assembléia-Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, a Corte Internacional de Justiça e o Conselho de Tutela, bem como as dezenas de agências a ela vinculadas, as quais convém destacar a UNESCO, o GATT, a Agência Internacional de Energia Atômica, o Alto Comissariado para os Refugiados, a Agência Internacional para o Desenvolvimento, o Banco Mundial, a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a FAO (Organização de Alimentação e Agricultura), a Organização Internacional de Aviação Civil, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a Organização Meteorológica Mundial, a Organização Internacional da Propriedade Industrial, a Organização Mundial da Saúde, a UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvol-

vimento), o PNUD (Programa das Nações para o Desenvolvimento), a União Postal Universal, o Programa Mundial de Alimentação, o Programa de Proteção ao Meio Ambiente, as Missões de Paz no Oriente Médio.

Eloqüentes os exemplos que podem ser retirados da análise do comportamento dessas instituições, numa complexa agenda que inclui atividades na área econômica, política, social, jurídica, comercial, de promoção dos Direitos Humanos, da descolonização, do desarmamento, da cooperação no campo da Educação, da Ciência e Tecnologia, da Cultura, da Agricultura, da defesa dos ecossistemas, e tantos outros temas de interesse do gênero humano.

Ademais, além de cumprir as funções previstas na sua Carta, as Nações Unidas deliberam sobre os problemas, de âmbito internacional que os Estados-Membros lhe trazem, com o intuito de resguardar seus legítimos direitos e preservar a paz.

Recordo, a propósito, que na atual quadragésima Sessão da Assembléia-Geral, 144 itens compõem a agenda dos trabalhos daquele órgão, todos representando questões de relevância para a paz e a segurança mundiais.

Vemos, nesse contexto, debates sobre a situação no Oriente Médio, sobre as Ilhas Malvinas, a América Central, o Sudoeste da Ásia, a África Austral, o desarmamento, o "apartheid", a questão do Afeganistão, em todos a luta daquele organismo para fazer prevalecer o espírito da Carta de São Francisco no sentido do diálogo e da negociação.

Convencidos estamos de que, no encaminhamento satisfatório dessas e de outras delicadas questões que afligem a comunidade internacional, as Nações Unidas representam a única alternativa válida, não somente por serem capazes de oferecer oportunidades sólidas de negociação para as partes envolvidas, mas sobretudo porque a não-utili-

zação da força, ou sequer de sua ameaça, nas relações entre os países — princípios que constituem a espinha dorsal de sua estrutura — conferem à ONU condições reais de desempenhar papel positivo para solução dos mais graves e desafiantes problemas mundiais.

Com base nas diretrizes de sua Carta e na atuação dos órgãos que a integram, a ONU vem cumprindo seus objetivos de Paz e Desenvolvimento, abrindo promissoras perspectivas para a construção de um quadro internacional de relações harmônicas, baseado no Direito e no respeito à soberania das nações, e no qual as desigualdades ainda persistentes serão progressivamente eliminadas.

Mas, na agenda da Assembléia-Geral figuram centenas de questões que, refletindo uma realidade política bem ampla, são discutidas e deliberadas segundo os procedimentos estabelecidos pela Carta e pelo regimento interno, daí decorrendo, por vezes, uma certa atmosfera de desânimo e de tensão, já que tais trabalhos retratam os avanços e os recuos do processo político internacional.

Não podemos esquecer que as Nações Unidas são um corpo político, que depende da vontade política de Estados independentes, donde, por vezes, a frustração acompanha muitas de suas iniciativas e deliberações.

Mesmo assim, se o alargamento das faixas das negociações multilaterais, sob a égide dessa Organização, registra impasses institucionais e operacionais de relevo, oferece, contudo, um panorama de ganhos muito importante a contabilizar e vem desenvolvendo um papel bastante positivo na transformação das estruturas da comunidade das nações.

Consciente de que, neste final de século, o desenvolvimento sócio-econômico é um direito dos povos, a ONU vem, com admirável pertinácia, embora com êxito apenas

relativo, dedicando consideráveis esforços com vistas à integração econômica mundial e ao estreitamento do hiato tecnológico entre países pobres e ricos, por meio “não só da transferência de tecnologias no sentido Norte-Sul, mas também pelo estabelecimento de uma estrutura internacional que facilite aos países em desenvolvimento a produção autóctone da tecnologia de que necessita”.

Tendo feito da igualdade entre os Estados um dos seus pilares, a Organização, em que pese a sua determinação, nem sempre consegue harmonizar os interesses notadamente das superpotências e, assim, os debates da Assembléia-Geral e muitas das resoluções aprovadas no sistema das Nações Unidas, decorrentes de compromissos espontaneamente contraídos pelos países, encontram obstáculos a sua transformação em realidade, sem que a ONU possa ser responsabilizada pelos impasses que vêm cobrindo vasta e essencial temática em áreas tão importantes para o desenvolvimento econômico e social dos países menos desenvolvidos; diante do desafio da corrida armamentista; ou pela tergiversação quanto ao acatamento dos princípios universais da Carta; ou no que se refere à construção da paz em tantas regiões onde se multiplicam as tensões e os conflitos.

Entretanto, mesmo persistindo alguns fatores que contribuem para a frustração dos propósitos da Organização, frustração — insisto — que reflete a problemática da realidade internacional, a ONU continua empenhada na promoção e no aperfeiçoamento da cooperação entre as nações, nas mais variadas áreas da atividade humana, na revitalização e no redirecionamento do diálogo Norte-Sul, em tornar efetivos os princípios da paz, em tudo fazer para evitar o recurso à força na solução das controvérsias, e para ver implantado no cenário mundial o primeiro dos seus princípios: o da igualdade soberana de todos os Estados.

Não poderia deixar de mencionar, entre as grandes realizações da ONU, dois documen-

tos que, embora de abrangência diversa, constituem prova evidente do grande trabalho da entidade em favor do Homem. Refiro-me, em primeiro lugar, à Declaração Universal dos Direitos do Homem, iniciativa que, albergando valores éticos inquestionáveis, nasceu “no berço das Nações Unidas” e, representando o compromisso solene dos povos com a promoção e o respeito pela dignidade humana, é justamente considerado como um dos mais importantes documentos firmados pelo homem em toda a sua trajetória histórica.

Quero, em segundo lugar, mencionar a Convenção sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, documento que, além de interessar particularmente ao Brasil, tendo em vista as potencialidades que se abrem para a economia nacional no espaço marítimo, constitui um notável ordenamento jurídico para fazer do mar um patrimônio comum da Humanidade. Disciplinando a utilização, a exploração e a conservação dos oceanos, o documento da ONU oferece uma estrutura adequada à proteção dos direitos dos povos com relação ao ambiente marinho. Trata-se, como já se disse “da mais ambiciosa, abrangente e complexa negociação internacional da História”.

Ao comemorarmos os quarenta anos de criação da ONU, e renovarmos nosso propósito inquebrantável de continuar o esforço comum em favor da estrita observância e do cumprimento dos princípios da Carta daquela Organização, não podemos deixar de reconhecer a sabedoria inerente aos ideais e princípios que a mesma defende, para a construção de um “futuro de paz, inspirado na justiça e de um futuro de justiça inspirado no progresso e na liberdade”.

É com esse espírito que participamos das comemorações desse quadragésimo aniversário, desejando que a data seja um novo ponto de partida em direção ao bem-estar, à segurança e ao desenvolvimento dos povos, e manifestando nossa irrestrita adesão ao espírito e aos valores que conformam e informam a atuação política das Nações Unidas, em benefício da Humanidade.

Nasceu a ONU para exorcizar o demônio da guerra, que ao longo dos tempos tem sido o fantasma de cada homem, o perturbador incansável das famílias. A cada conflito uma manifestação de horror. A guerra é o nosso tormento de cada dia, uma sentinela macabra a nos advertir que o mundo pode sucumbir sob seus pés de fogo, se não formos capazes de removê-la pela força da inteligência e da razão.

E eis que a guerra, como monstro demolidor das estruturas morais da Humanidade, deixa à nossa reflexão o espectro trágico dos sonhos que se dizimaram sob o fragor das armas genocidas.

Se é, assim, necessário o culto à memória de multidões mortas ou mutiladas, imperioso será também lastimar o absolutismo bélico que um poder político exerce sobre o outro, fechando as portas de um diálogo salvador.

A Organização das Nações Unidas poderia ser uma casa amargurada, diante de intervenções malsucedidas em conflitos setoriais. Mas, é imperioso racionar que este nobre instituto político, deitando suas raízes sobre as cinzas da velha Liga das Nações, reponta, junto à paisagem humana, no fulgor de uma aurora consoladora, fazendo com que os povos aprendam a soletrar as preces da paz.

Por isso, vamos preservá-la.

SENADOR JOSÉ FRAGELLI

Foi um brasileiro ilustre, o Professor Francisco Clementino de San Thiago Dantas, quem primeiro atentou para um novo fenômeno no concerto das nações. Cada uma de *per si* é independente. Mas independência individual subordinou-se à interdependência universal.

A tese defendida pelo nosso então Ministro das Relações Exteriores na inauguração de um período de sessões da ONU revelou-se

correta. Nenhum povo se basta, por mais rico e poderoso que seja. O isolacionismo capitulou. Nações que teimavam em fechar-se em si mesmas abriram-se para o resto do mundo e procuram, no intercâmbio de comércio e de culturas, os caminhos do desenvolvimento interno e as sendas da paz mundial.

Para isso muito contribuiu a Organização das Nações Unidas, nestes últimos 40 anos, quer através de sua Assembléia-Geral, quer por meio dos organismos que lhe estão subordinados.

É certo que o ideal que presidiu sua fundação ainda está longe de ser atingido. O objetivo primordial de manter e consolidar a paz entre os povos, desenvolvendo entre eles relações amistosas, fundadas nos princípios de igualdade, de respeito mútuo, de cooperação multiforme em todos os setores da atividade humana, ainda encontra muitas etapas a vencer.

Se a ONU ainda não é a força dos fracos; se o poder do veto ainda revela utópico o sonho de Ruy Barbosa, de igualar o peso do voto nas Assembléias internacionais; se conflitos de maior ou menor dimensão têm ocorrido e continuam a ocorrer — é de se reconhecer que ela se tornou a grande tribuna, onde cada povo pode alçar sua voz e fazê-la ecoar pelo universo.

Agora mesmo, quando o Brasil precisou de proclamar a injustiça das condições de intercâmbio financeiro e comercial a que, juntamente com outros países do Terceiro Mundo, está submetido, para lá se deslocou o Chefe de Estado. Estava e está convicto o Presidente José Sarney do acerto do conceito de um grande Pontífice, de que “o desenvolvimento é o novo nome da paz”, e que o subdesenvolvimento é o caminho mais curto para os conflitos internos e para a intranquilidade internacional. E foi da tribuna da ONU que nosso Presidente da República fez sentir ao mundo a disposição do Brasil de com ele conviver pacífica e harmonicamente, desde que haja reciprocidade.

de, isto é, desde que o preço não seja a miséria do povo.

Tenho a esperança de que dia chegará em que as Nações Unidas sejam a Assembléia preconizada por Paulo VI, onde "o homem encontre o homem e os povos se encontrem como irmãos".

No momento, por imperiosidade das circunstâncias, elas voltam sua atenção principal para o impedimento da guerra. O grande tema é a redução da corrida armamentista e da limitação dos hecatômbicos arsenais nucleares.

Mas vai chegar o dia em que o mundo, agasalhado e irmanado no seio da Organização

das Nações Unidas, se convencerá de que não basta evitar a guerra, mas que urge provocar a paz.

Agradeço a presença do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, dos Senhores Ministros de Estado, do Senhor Governador do Distrito Federal, dos membros do Corpo Diplomático acreditados em nosso País e demais autoridades civis, militares e eclesiásticas.

A todos convido para assistirem, na Biblioteca do Senado, à inauguração de uma exposição sobre a ONU, pelo Ministro Olavo Setúbal, das Relações Exteriores. Na ocasião será servido um coquetel.

Está encerrada a sessão.*

* Na seção **Mensagens**, página 113 o texto da mensagem do Presidente José Sarney ao Secretário Geral da ONU.

a visita do diretor geral da organização mundial de saúde

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 25 de outubro de 1985, por ocasião de almoço oferecido ao Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde, Halfdan Mahler.

Senhor Diretor Geral,

Profundamente honrado em recebê-lo, apresento a Vossa Excelência as mais sinceras e calorosas boas-vindas.

É com especial satisfação que o recebo no Palácio Itamaraty em companhia do meu ilustre colega, Ministro da Saúde, Doutor Carlos Sant'Anna, com quem Vossa Excelência acaba de se encontrar.

A visita de Vossa Excelência proporciona uma excelente oportunidade para a avaliação da frutífera cooperação desenvolvida, ao longo de todos esses anos, entre a Organização Mundial da Saúde e o Brasil. O meu País, na qualidade de membro-fundador da Organização, vem acompanhando, de forma muito próxima, o esforço gradativo da OMS em prol do bem-estar dos povos e de todas as nações. É com confiança que o Brasil aprecia o eficaz desempenho da OMS na ampla visão traduzida pelos seus programas. Registro também aqui, com satisfação, o profícuo trabalho que, em nossa região, desempenha a Organização Panamericana

de Saúde, sob a eficiente condução do Doutor Carlyle Guerra de Macedo.

A Estratégia de Saúde para Todos até o ano 2000, atingida através dos cuidados primários de saúde, é um plano da OMS arrojado e urgente, e coincide, em suas linhas básicas, com as metas traçadas pelo Governo brasileiro, no Plano Global de Assistência à Saúde da População. O reconhecimento do direito de todos usufruírem do acesso aos cuidados primários de saúde é, antes de tudo, uma postura democrática. Postura que hoje caracteriza a ação do Governo da Nova República, nos mais diversos setores. A democracia, o progresso, a justiça social são palavras que se interligam e conduzem a uma reflexão criteriosa e ampla dos problemas sociais.

O Presidente José Sarney, com quem Vossa Excelência manterá conversações esta tarde, assim referiu-se à questão da saúde, ao instituir o novo programa de Governo: "... é preciso criar condições de saúde, porque um povo com doenças, com perspectivas de vida menores que em muitos países,

com a morte e a fraqueza rondando à porta, não pode sobreviver plenamente...". A Saúde para Todos, dentro do espírito geral da Nova República, é um conceito que se integra à vontade nacional na busca de uma sociedade mais justa e equitativa.

Gostaria de apontar, no âmbito das relações do Brasil com a OMS, os benefícios trazidos pelo Programa Especial de Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais, que tem contribuído, de forma significativa, para o auxílio ao combate e prevenção das doenças endêmicas, programa, aliás, que muito apreciaria ver ampliado. De especial interesse para o Brasil situam-se, igualmente, os Programas de Prevenção e Controle de Doenças, de produção e controle de qualidade de vacinas, de gestão, bem como aqueles voltados para a promoção da cooperação entre países em desenvolvimento.

Senhor Diretor Geral,

Apesar das diferenças de sistemas políticos, sociais e econômicos que levam os países a posições por vezes divergentes, reconhece-

mos que a saúde é indivisível, é ponto de convergência que supera quaisquer diversidades, ao projetar a imagem do homem como agente primordial e objeto final do desenvolvimento sócio-econômico.

Num sentido mais amplo, a Estratégia da Saúde para Todos, sua grande iniciativa frente à Organização Mundial da Saúde, projeta a esperança de abolirmos a imagem dramática de tantos seres humanos identificados com a dor, a miséria, e a doença. A Estratégia de Saúde para Todos obriga à ação e retoma a reflexão sobre as condições globais de vida do homem.

Aceite, Senhor Diretor, em nome do Governo brasileiro, os melhores votos de uma estada agradável e proveitosa no Brasil.

Convido a todos os presentes a erguerem um brinde à obra do Doutor Halfdan Mahler e à atuação competente e inovadora da Organização Mundial da Saúde, à qual renovamos o nosso apoio.

Muito obrigado.

primeiro-ministro do suriname visita o brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 5 de novembro de 1985, por ocasião de almoço
oferecido ao Primeiro-Ministro do Suriname,
Wim Udenhout.

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro,

Ao dar as boas-vindas a Vossa Excelência e aos ilustres membros de sua comitiva, de-sejo expressar a viva satisfação com que acolhemos, nesta Casa, o Chefe do Governo do Suriname.

A presença de Vossa Excelência em Brasília, que já teve a honra de recebê-lo nas circunstâncias dolorosas que cercaram as exéquias do Presidente Tancredo Neves, contribui para estreitar, ainda mais, os vínculos de amizade e de entendimento construtivo existentes entre nossos dois países. Ao aceitar o convite para vir ao Brasil, quis Vossa Excelência reafirmar nossa disposição de dar continuidade ao processo de crescente aproximação e troca de experiências entre o Suriname e o Brasil. Pretendemos que essa disposição recíproca, consubstanciada em firme determinação política de nossos Governos, continue a traduzir-se em atos concretos e em efetivo esforço conjunto, de maneira a possibilitar o aprofundamento, em bases igualitárias e em benefício recíproco, da ampla gama de atividades de cooperação entre o Brasil e o Suriname.

Senhor Primeiro-Ministro,

Vivemos momento difícil, marcado pela crise e por dificuldades crescentes que nos constroem a maior seletividade na escolha das áreas de colaboração. No domínio econômico-comercial, preocupa-nos o declínio observado nas taxas de crescimento das correntes de comércio bilateral, reflexo da própria redução do ritmo de desenvolvimento de nossos países e, em parte, da falta de maior complementariedade das respectivas pautas de exportação. Estamos seguros, contudo, de que, com imaginação e perseverança, haveremos de encontrar fórmulas que permitam contornar os obstáculos da hora presente.

Cabe a nós, a brasileiros e surinamenses, um exercício criativo de identificação e desenvolvimento dos setores em que o aumento da cooperação bilateral apresente maiores probabilidades de produzir, em futuro próximo, resultados práticos. Nosso esforço de hoje, vale lembrar, é a garantia de realizações maiores no futuro.

Animado dessa convicção, o Brasil estará sempre disposto a prestar à jovem nação vizi-

nha sua colaboração a fim de que o Suriname, sem constrangimentos ou injunções externas, possa lançar as bases de um processo contínuo de crescimento econômico. O notável fortalecimento verificado recentemente na cooperação entre nossos países constitui, nesse sentido, exemplo expressivo da contribuição que o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre países em desenvolvimento pode oferecer para o progresso e o bem-estar de seus povos.

No plano político, a intensificação dos contatos bilaterais tem facultado a harmonização de posições sobre diversos pontos de interesse comum. Nesse contexto, valeria recordar as visitas de alto nível que têm sido trocadas no passado recente, inclusive de

seu ilustre antecessor e atual Embaixador em nosso país Errol Alibux. A presente visita de Vossa Excelência dá seqüência, portanto, a um período auspicioso das relações entre nossos países, vindo a fortalecer ainda mais o processo de aproximação entre os povos surinamense e brasileiro.

Imbuído desses sentimentos e animado do propósito de fazer avançar nossa crescente e fraterna cooperação, convido todos os presentes a comigo brindarem pelo desenvolvimento das relações entre o Brasil e o Suriname, pela prosperidade da nobre nação surinamense e pela saúde e ventura pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

comunicado conjunto brasil-suriname

**Comunicado Conjunto Brasil-Suriname, divulgado
pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 7 de novembro de 1985, ao final da visita do
Primeiro-Ministro daquele País, Wim Udenhout.**

Nos dias 5 e 6 de novembro de 1985, atendendo a convite do Governo brasileiro, o Dr. Willem A. Udenhout, Primeiro-Ministro da República do Suriname, efetuou visita de trabalho ao Brasil.

2. A comitiva do Primeiro-Ministro surinamense foi composta dos Senhores Dr. Eric L. Tjon Kie Sim, Ministro dos Negócios Estrangeiros; Dr. Kenneth Koole, Ministro de Recursos Naturais e Energia; Dr. Radjkoemar Randjietsingh, Ministro da Agricultura, Pesca e Pecuária; Dr. Henk Goedschalk, Presidente do Banco Central do Suriname; Dr. Liakat Ali Errol Alibux, Embaixador da República do Suriname em Brasília e do Embaixador Charles Defares, Assessor Especial do Ministério dos Transportes, Comércio e Indústria, além de representantes de diversos organismos governamentais surinamenses. O Primeiro-Ministro do

Suriname foi recebido por Sua Excelência o Senhor José Sarney, Presidente da República Federativa do Brasil, e manteve dois encontros de trabalho com Sua Excelência o Senhor Olavo Egydio Setúbal, Ministro das Relações Exteriores. O Primeiro-Ministro do Suriname foi ainda recebido por Sua Excelência o Senhor Dilson Funaro, Ministro da Fazenda.

3. Nas conversações mantidas em Brasília, foram examinados, em primeiro lugar, os temas da agenda internacional, tanto a nível regional quanto global.

4. Foram detida e demoradamente analisadas, durante os encontros de trabalho, as relações bilaterais e ressaltou-se, nesse contexto, o empenho de ambos os Governos em intensificar, de forma mutuamente proveitosa, os vínculos de cooperação entre os

dois países. O significativo crescimento da cooperação bilateral, estimulado pelos frequentes contatos de alto nível mantidos, no passado recente, entre autoridades brasileiras e surinamenses, foi especificamente assinalado.

5. No tocante ao intercâmbio comercial, decidiu-se procurar incrementar, em bases mais equilibradas, as correntes bilaterais de comércio. Nesse sentido, acordou-se que o Brasil ampliará suas importações de alumina do Suriname — inclusive mediante a aquisição direta de suas necessidades adicionais desse produto — tendo em vista, entre outros fatores, os requisitos brasileiros de importação já identificados para os anos de 1987 e 1988. Paralelamente, o Governo brasileiro envidará esforços no sentido de proceder a uma verificação permanente da possibilidade de importar outros produtos relevantes da pauta de exportações surinamenses. Foi estabelecido que os dois Governos deverão identificar outros mecanismos suscetíveis de impulsionar as trocas comerciais, tais como o estabelecimento de **joint-ventures** e o estímulo ao comércio triangular.

6. Examinaram-se as modalidades e os instrumentos financeiros que poderão lastrear o incremento do comércio bilateral. O Governo brasileiro manifestou, na ocasião, sua disposição de conceder uma linha de crédito, no montante de até US\$ 20 milhões, para financiar a importação pelo Suriname de bens e serviços brasileiros a serem indicados pelo Suriname, bem como de bens e serviços brasileiros requeridos para a execução de projetos a serem mutuamente acordados.

7. Nesse sentido, o Governo surinamense apresentou, para efeito de análise para possível financiamento a projetos produtivos e prestação de cooperação técnica por parte do Brasil, relação de projetos nas seguintes áreas: fabricação de tijolos, azulejos, vidro, sabonete, têxteis, papel feito de bagaço de cana e palha de arroz, fósforos, cimento e PVC; beneficiamento de pedras

graníticas, areias sílicas, carvão vegetal, cauim e café; processamento de vegetais e frutas; curtumes; produção e refino de açúcar e destilarias de álcool; abastecimento (supermercados); treinamento e pesquisa em cerâmica; atividades florestais, construção naval e termo-eletricidade.

8. Em matéria de cooperação técnica, os dois Governos estabelecerão de comum acordo, as respectivas prioridades. O escopo do “Protocolo sobre Cooperação Técnica e Científica nos Campos da Agricultura, Agro-Indústria, Pesca, Recursos Florestais e Fontes Renováveis de Energia”, de 1983, fica ampliado para incluir, em seu âmbito, o setor de mineração e as indústrias de transformação de produtos minerais. O Governo brasileiro examinará, caso a caso, as propostas que vierem a ser submetidas pelo Suriname.

9. Nesse contexto, ficou acertado que o Governo brasileiro enviará, no futuro imediato, missão técnica a Paramaribo para proceder à avaliação final dos projetos apresentados pelo Governo surinamense. Em síntese, reconheceu-se a urgência e relevância dos programas de cooperação técnica e econômica acima delineados como forma de dinamizar e estabelecer bases mais duradouras para o relacionamento econômico bilateral.

10. Ainda no campo da cooperação bilateral, e considerados a “Ata Final de Cooperação Técnica e Econômica no Setor de Telecomunicações”, assinada em 4 de janeiro de 1984, e o estágio de desenvolvimento do programa de telecomunicações negociado dentro do espírito da referida ata, reconheceu-se a necessidade de inserir aquele programa dentro do objetivo de incrementar o relacionamento bilateral. Nesse contexto, deverão ser examinadas as medidas requeridas para o início da execução do programa.

11. Foi decidido, por fim, que os dois Governos supervisionarão atentamente a implementação das iniciativas empreendidas

com vistas a imprimir ímpeto renovado à cooperação econômica e técnica bilateral.

12. O Chefe de Governo do Suriname formulou, por intermédio do Primeiro-Ministro surinamense, convite para que o Presi-

dente José Sarney efetue visita oficial ao Suriname. O convite foi aceito pelo primeiro mandatário brasileiro para data a ser acertada posteriormente.

Brasília, em 06 de novembro de 1985.

no brasil, o vice-primeiro-ministro da turquia

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 18 de novembro de 1985, por ocasião do jantar oferecido ao Vice-Primeiro-Ministro da Turquia, Ismet Kaya Erdem.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado e Vice-Presidente do Conselho de Ministros da República da Turquia,

É com grande contentamento que recebo, nesta Casa, Vossa Excelência e a Senhora Kaya Erdem, assim como sua ilustre comitiva. Estou honrado em exprimir-lhe com os votos de boas-vindas, a alegria com que todos os acolhemos esta noite entre nós.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

A missão de Vossa Excelência reveste-se de especial importância para as relações entre o Brasil e a Turquia. Os laços entre nossos dois países têm sido caracterizados por uma longa tradição de respeito, compreensão e amizade. Por diferentes razões, entretanto, exploramos até o presente apenas pequena parte das possibilidades que se abrem à cooperação bilateral em todos os níveis. Antevejo, pois, a perspectiva de um período de maior aproximação e intensificação do relacionamento entre nossos dois povos.

Tivemos hoje a oportunidade de manter proveitosas conversações sobre assuntos de interesse mútuo e examinar novas possibi-

lidades de desenvolvimento das relações bilaterais. De nossos encontros ficou-me a certeza de que convergimos em muitos pontos na avaliação dos problemas do mundo de hoje.

O sistema internacional encontra-se em momento de preocupante instabilidade. A persistência de focos de tensão política e militar, alia-se a frustração das expectativas de desenvolvimento do Terceiro Mundo. No plano estratégico, embora haja sinais promissores, ainda não foi possível às superpotências encontrar meios adequados de convivência que permitam evitar tanto a escalada armamentista, quanto a reafirmação de práticas hegemônicas de poder.

Acreditamos que o aprimoramento da cooperação internacional é condição primeira para a paz. O respeito ao pluralismo deve sobrepor-se às políticas de poder. As dificuldades atuais reclamam a alteração de visões imediatistas e exigem o estabelecimento de novos vínculos de confiança entre os Estados. Nesse sentido, o Brasil se preocupa com as principais questões que afligem a América Central e apóia decididamente os esforços que vêm sendo desenvol-

vidos pelo Grupo de Contadora. No incentivo aos propósitos de fortalecer a atuação empreendida pelo México, Venezuela, Colômbia e Panamá, o Brasil decidiu recentemente criar, em conjunto com a Argentina, Peru e Uruguai, um Grupo de Apoio político que se propõe contribuir para a consecução dos princípios anunciados na Ata de Contadora.

Não poderia deixar de assinalar também a situação da África Austral. Repudiamos com firmeza a prática da segregação racial consubstanciada no "apartheid". A condenação do Brasil a tal sistema discriminatório é coerente com suas tradições, crenças e anseios. Diante do agravamento das tensões na África do Sul, decidimos adotar uma série de sanções, que esperamos possam contribuir para erradicar a prática institucionalizada do racismo, bem como para acelerar o processo de independência do território namibiano.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Os objetivos de paz e desenvolvimento são para nós indissolúveis. Empenhamo-nos, assim, na promoção do diálogo com vistas a encontrar soluções para os problemas que se antepõem à causa da justiça e à reforma das estruturas do sistema econômico. Hoje, já não é mais possível ignorar a existência de desequilíbrios e impasses, que só poderão ser superados pela expansão dos vínculos de um relacionamento Norte-Sul mutuamente vantajoso. A crise que nos afeta apresenta dimensão estrutural que muitos insistem em subestimar. Para sua superação, são necessários ingredientes políticos que viabilizem arranjos eqüitativos e estáveis em prol da diminuição do hiato entre os países ricos e pobres. Urge eliminar o protecionismo, de que se valem muitas nações desenvolvidas para preservar artificialmente indústrias obsoletas. No entanto, não desejamos com isso provocar uma nova divisão internacional do trabalho pela qual os setores mais dinâmicos da economia sejam atribuídos ao Norte. Os países em desenvolvimento não podem ser chamados a limitar

seus legítimos anseios de progresso e a restringir suas atividades produtivas aos setores tradicionais e de baixo crescimento no comércio mundial.

O Brasil só entende como válida a crescente interdependência econômica se baseada em relações de igualdade e fundamentada na conciliação de interesses diversos. A retomada do crescimento sustentado da economia mundial só será possível através de um esforço conjunto que permita revogar barreiras comerciais e conceda maior fluidez às correntes financeiras. Desde 1982, quando se reuniram as Partes Contratantes do GATT a nível ministerial, há uma clara consciência da séria crise por que passa o sistema multilateral de comércio. Embora na ocasião tivessem sido adotadas medidas com vistas a superar tal crise, a verdade é que os compromissos então assumidos deixaram de ser cumpridos e a crise do sistema continuou a agravar-se, com a multiplicação de medidas protecionistas adotadas, em sua maioria, à margem das regras do GATT. Nesse sentido, seguiremos explorando, com vistas a um amplo consenso, alternativas para a retomada do processo de liberalização comercial e de fortalecimento do sistema multilateral de comércio. No exame de tais alternativas, teremos sempre presentes os interesses nacionais brasileiros e a competência do GATT, que se restringe ao comércio de mercadorias.

As medidas de liberalização comercial devem ser acompanhadas por ampla reformulação do sistema de Bretton Woods, com substancial incremento dos recursos financeiros das instituições multilaterais, em particular no tocante aos Direitos Especiais de Saque e ao capital do Banco Mundial.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Frente aos desafios que se acumulam no cenário internacional, intensificamos as áreas de entendimento bilateral com imaginação e capacidade de iniciativa. Acredito que, nos planos comercial e econômico, entre outros, poderemos em breve registrar resul-

tados significativos em nosso intercâmbio e estou seguro de que esta opinião é partilhada pelos numerosos empresários aqui reunidos.

A iniciativa privada tem uma presença fundamental nas relações externas. Os Governos abrem as fronteiras políticas e estabelecem condições institucionais para o comércio entre as nações. São contudo os homens de negócio que, com criatividade e espírito prático, imprimem dinâmica própria ao relacionamento entre países nos quais cabe à empresa privada um papel e um espaço na sociedade. Confio em que os empresários brasileiros e turcos saberão tornar reais as possibilidades que se abrem para a diversificação do intercâmbio de bens, serviços e experiências entre nossas economias.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

O Governo brasileiro admira a vitalidade

econômica e os resultados que a determinação e o trabalho do povo turco conseguiram conquistar. A visita de Vossa Excelência ao Brasil é mais uma demonstração do interesse de nossos Governos em estreitar a tradicional amizade entre nossos países. Recordo com satisfação o encontro que mantive a vinte e seis de setembro último nas Nações Unidas com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Vahit Halefoglu, ocasião em que pudemos examinar as possibilidades de crescimento de nosso intercâmbio comercial.

Nessa perspectiva, convido todos os presentes a erguerem suas taças à prosperidade crescente da Turquia, ao futuro de nosso relacionamento e à felicidade de Vossa Excelência e da Senhora Kaya Erdem.

Muito obrigado.

chanceler brasileiro na xiv assembléia geral extraordinária da oea

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Olavo Setúbal, em Cartagena das Índias, em 3 de
dezembro de 1985, por ocasião da abertura da
XIV Assembléia Geral Extraordinária da Organização
dos Estados Americanos (OEA).

Senhor Presidente,

Senhores Chanceleres,

Senhores Chefes de Delegação,

Senhor Secretário Geral,

Desejo, em primeiro lugar, renovar a solidariedade do povo e do Governo do Brasil com o povo e o Governo da Colômbia diante da catástrofe provocada pela erupção do Nevado del Ruiz. Juntamente com nossos irmãos colombianos, elevamos nossas preces pelas vítimas dessa tragédia. Colaboramos na medida de nossas possibilidades, para levar conforto material às populações atingidas e mitigar as conseqüências desse terrível desastre. Permanecemos prontos a continuar contribuindo para o grande esforço internacional em auxílio aos flagelados. Que a nação colombiana possa recuperar-se o mais breve possível, são os nossos votos mais fraternos.

Senhor Presidente,

Estamos iniciando a Assembléia Geral Extraordinária convocada para examinar a estrutura e funcionamento da organização, os meios e as formas de aperfeiçoá-la.

Aqui estamos reunidos em um momento em que — todos reconhecem — o mundo vive uma situação de crise, que se reflete de maneira dramática em nossa região. No campo político, persistem graves dificuldades na região centro-americana, não obstante os ingentes esforços do Grupo de Contadora, a quem emprestamos nosso decidido apoio. Na esfera econômica, a crise do endividamento externo da América Latina continua a sufocar as perspectivas de desenvolvimento de nossos países, impondo-nos as graves conseqüências do desemprego e da miséria.

Este é, em poucas palavras, o pano de fundo de nossas deliberações. Devemos trabalhar orientados pelo objetivo cardeal do sis-

tema interamericano: a solidariedade hemisférica.

Ao examinarmos a atuação da OEA no campo político, como foro de debate e encaminhamento de problemas e controvérsias entre seus membros, verificamos que nossa organização tem desempenhado papel relevante na promoção do diálogo e do entendimento.

Se favorecemos o fortalecimento da organização nesse campo, inclusive através da atribuição de maiores poderes às funções do Secretário Geral, acreditamos que o fundamental para a convivência harmoniosa entre as nações do hemisfério é a estrita observância e o respeito escrupuloso dos princípios básicos incorporados na Carta da OEA.

Muito se tem dito sobre a omissão desta organização diante da presente crise centro-americana. Creio, porém, que somente uma visão estreita do que seja o Sistema Interamericano e do que deve ser a solidariedade continental justificaria uma crítica contundente. Ao contrário dessa visão convencional, creio válido afirmar que o esforço incansavelmente desenvolvido pelo Grupo de Contadora inscreve-se no quadro das soluções pacíficas de controvérsias, previstas no capítulo 5 da Carta da OEA, e representa manifestação concreta da operatividade dos princípios que orientam a organização. Foi a partir desse enfoque que o Brasil formalizou seu permanente respaldo à ação de Contadora, ao unir-se à Argentina, Peru e Uruguai com o fito de intensificar o apoio àquele Grupo. Contadora e seu Grupo de Apoio são exemplos marcantes da validade do sistema interamericano, da importância de seus princípios, da elevação de seus ideais.

O espírito de solidariedade interamericana evidencia-se sobretudo nas atitudes individuais de cada um dos países do continente, no desenvolvimento de suas relações bilaterais, e nos acordos sub-regionais de cooperação. É aí que esse espírito se vivifica e

assim fortalece a própria OEA, sua expressão maior e seu principal instrumento.

O Governo da Nova República brasileira vem atribuindo todo relevo ao respeito e à promoção dos direitos humanos — na sua concepção mais ampla possível. Nesse quadro, o Governo brasileiro empresta especial significado ao Pacto de São José, instrumento desenvolvido no seio da Organização e que consubstancia o esforço da região em prol dos direitos da Pessoa Humana.

Ao assinar, no último dia 28 de novembro, mensagem pela qual submeteu à alta apreciação do Congresso Nacional a proposta de adesão à Convenção Americana de Direitos Humanos, o Presidente José Sarney deu também mostra inequívoca da atenção que o tema dos direitos humanos vem merecendo no meu país e o especial destaque que concedemos à atuação do Sistema Interamericano nessa área.

No plano econômico, reconhecemos a necessidade de dinamizar as atividades da Organização, dando-lhes caráter eminentemente político. Ressalto a necessidade de agilizar a Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON), um valioso mecanismo institucional do sistema interamericano e foro natural de negociação e diálogo sobre temas econômico-financeiros e comerciais.

Na área da cooperação, devemos admitir os nítidos sinais de redução do papel desempenhado pela Organização, explicável, em parte, pelas graves limitações financeiras que se fazem sentir. Permanecem, contudo, válidas as expectativas dos Estados-membros, quanto às possibilidades de se elevarem e aprimorarem as atividades de cooperação, a partir de uma perspectiva integrada da problemática do desenvolvimento.

O Brasil acompanha com grande interesse os trabalhos de cooperação da OEA. Muito valorizamos os esforços pela cooperação técnica horizontal, sem esquecer contudo a importância crucial da cooperação vertical,

em particular na medida em que propicie efetiva transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Senhor Presidente,

Senhores Chanceleres,

Embora passíveis de aperfeiçoamento, a Carta da OEA e os demais instrumentos básicos do Sistema Interamericano são satisfatórios para o Brasil tal como hoje se encontram. Ao considerar a questão de sua reforma, procuramos adotar um enfoque que se concentrasse nas questões prioritárias da valorização da Organização, como foro político-diplomático, na dinamização de suas atividades e na simplificação e racionalização de seus procedimentos.

Inspirado por esses objetivos e beneficiado por importantes contribuições de outros Estados-membros, o Brasil apresentou ao Conselho Permanente proposta de reforma em que procurou conjugar o realismo à brevidade. Essa proposta não tem outros méritos senão o de procurar selecionar, entre todas as valiosas sugestões apresentadas, aquelas que recolheram maior número de apoios

e se dirigem aos problemas mais prementes. Como tal, creio que se recomenda à consideração dos colegas aqui reunidos.

Desejo expressar nosso agradecimento ao Secretário Geral da OEA, Embaixador Baena Soares, pelo apoio que vem prestando a todos aqueles que participam desse esforço pelo aprimoramento do Sistema Interamericano. Sua fidelidade e devoção a esta causa comum constituem fonte de encorajamento para todos nós.

Senhor Presidente,

É com uma atitude construtiva que o Brasil comparece a esta Assembléia Geral, convencido da alta significação da solidariedade continental e da importância de preservá-la e reforçá-la.

Estou certo de que não é outra a postura das demais delegações presentes a Cartagena. Sobre essa base poderemos, com certeza, desenvolver trabalho profícuo em favor dos ideais maiores do nosso Continente.

Muito obrigado.

Olavo Setúbal homenageia os chanceleres dos países-membros do tratado de cooperação amazônica

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, em Cartagena das Índias, em 03 de dezembro de 1985, por ocasião de almoço oferecido aos chanceleres dos países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica.

Senhores Chanceleres,

É com satisfação que me encontro com Vossas Excelências, por ocasião desta Assembléia Geral Extraordinária da Organiza-

ção dos Estados Americanos. Nesta oportunidade, gostaria de refletir sobre as realizações e as perspectivas da nossa cooperação amazônica.

O Tratado de Cooperação Amazônica nasceu no momento em que os nossos países começaram a defrontar-se com a mais severa crise econômico-financeira na história do Continente. Não obstante, mediante iniciativas concretas e pragmáticas, o Tratado sobreviveu a esta dura prova, mostrando, em última instância, ser não só valioso instrumento de cooperação, mas também, e acima de tudo, mecanismo fundamental para o desenvolvimento de nossas regiões.

As Reuniões de Chanceleres forneceram orientações políticas, para fazer face à conjuntura recessiva internacional. Assim, a organização de seminários e encontros técnicos, possibilitando o intercâmbio de informações e o aproveitamento, em âmbito regional, de experiências bem sucedidas no trato da determinação brasileira de não permitir que dificuldades conjunturais esmoreçam a disposição com que vimos paulatinamente concretizando os objetivos que inspiram o Tratado.

Estou convencido de que já se vislumbra o momento de passarmos para um estágio mais operativo, implementando as conclusões, resoluções e recomendações emanadas dos vários foros em que nos temos encontrado no âmbito deste Tratado.

Desejo registrar, por último, a importância da cooperação emprestada pela Organiza-

ção dos Estados Americanos às iniciativas do Tratado. A cooperação de organismos internacionais, como prevista no artigo nono, constitui importante instrumento para a sua implementação. Nesse sentido, é natural imaginarmos também a participação do organismo financeiro latino-americano por excelência, que é o Banco Interamericano de Desenvolvimento

Senhores Chanceleres,

Esta é a tarefa que se nos coloca agora. A magnitude do desafio corresponde, porém, à grandeza da vocação de povos destinados a fazer com que a realidade amazônica sirva não mais à separação, mas ao convívio. Não à indiferença, mas à colaboração mutuamente proveitosa.

Com este voto de fé e de esperança no futuro do Tratado de Cooperação Amazônica, peço a todos que me acompanhem no brinde que ergo aos eminentes Chanceleres presentes, em intenção da grandeza e prosperidade da Bolívia, da Colômbia, do Equador, do Peru, do Suriname e da Venezuela, assim como em prol da felicidade pessoal de seus respectivos Chefes de Estado.

Muito obrigado.

a homenagem de olavo setúbal aos chanceleres da bacia do prata

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, em Cartagena das Índias, em 4 de dezembro de 1985, por ocasião de almoço oferecido aos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

Excelentíssimos Senhores Chanceleres.

Desejei aproveitar nossa presença aqui em Cartagena das Índias, durante os trabalhos

da Assembléia Geral da OEA, para organizar este encontro com meus colegas dos países signatários do Tratado da Bacia do Prata.

Honram-me sobremaneira Vossas Excelências ao comparecerem a este almoço.

Aqui estão representados países aos quais o Brasil dedica fraterna amizade. Esse sentimento traduz-se em iniciativas expressivas nos campos bilateral e multilateral. Contribuem elas para realçar a importância de somarmos esforços para o pleno desenvolvimento da região que nos congrega. Estamos associados na Bacia do Prata para a consecução dos altos objetivos do Tratado de 1969.

Senhores Chanceleres,

O Tratado da Bacia do Prata orienta um processo sintonizado com os anseios de desenvolvimento e integração da América Latina. Sua gênese vincula-se à consciência profunda das afinidades entre nossas nações. Respeitando as identidades e as peculiaridades de cada povo, o sistema sub-regional nunca esteve orientado para sobrepor-se às vontades individuais dos países. Sua razão de ser é a da cooperação livremente decidida, condição essencial para o progresso recíproco de todos. Visa, por isso, a definir nossas convergências num amplo espectro de setores e atividades, contribuindo para uma aproximação sempre mais intensa.

Não esperemos do sistema da Bacia do Prata nem mais nem menos do que propiciam as nossas realidades. Dentro dessa visão objetiva, e diante da carência de recursos que enfrentamos na região, nossos Governos têm-se dedicado permanentemente a encontrar fórmulas que revitalizem a cooperação platina.

No recente encontro de Representantes Especiais, realizado em Buenos Aires, fizemos uma avaliação política e institucional do sistema da Bacia do Prata, com vistas a propor critérios pragmáticos para orientar seu futuro funcionamento. Os resultados desse

trabalho dão-nos a certeza do importante potencial de cooperação que o Tratado incorpora e animam-nos a perseverar nos esforços de integração.

Vivemos hoje numa região onde, a par de reconhecidas dificuldades, também se registram índices alentadores de progresso. Disponemos de uma rede de infra-estrutura de transportes que se aprimora dia a dia, como bem o demonstra a inauguração, há poucos dias, da Ponte Presidente Tancredo Neves entre o Brasil e a Argentina. Tornam-se cada vez mais fluidas as comunicações entre os grandes centros de nossos países. Empreendimentos como os de Itaipu, Salto Grande e Jacireté refletem a riqueza energética de que é dotada a área.

Na América Latina, a Bacia do Prata já se destaca pela importância dos setores agropecuário, industrial e terciário, bem como pela qualidade e nível de capacitação de amplas faixas de sua população.

Senhores Chanceleres,

Estou muito feliz por haver, em menos de um ano de gestão à frente do Itamaraty, tido a oportunidade de visitar Vossas Excelências em seus próprios países ou recebê-los em Brasília. A vida de um político não está, porém, à mercê de seus desejos e essa convivência, que teria querido continuar e aprofundar, dentro de algum tempo terá que se deslocar para fora do quadro dos encontros diplomáticos. Minha vida pública, porém, continuará fortemente marcada pela dedicação ao desenvolvimento das relações entre nossos países.

Convido-os a comigo brindarem pelo sempre maior entendimento entre todas as nações aqui representadas, desejando-lhes pleno êxito e felicidade futura.

Muito obrigado.

a xi reunião do conselho latino-americano do sela

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, em Caracas, em 6 de dezembro de 1985, por ocasião da XI Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).

Senhor Presidente,

Senhores Chanceleres,

Senhor Secretário Permanente,

Senhores Delegados,

É com grande satisfação que venho a Caracas — berço de Simón Bolívar, um dos mais tenazes propugnadores da união dos povos da América Latina — para participar desta histórica reunião do Conselho Latino-Americano do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), que marca o décimo aniversário da assinatura do Convênio do Panamá.

Herdeiro da boa tradição de busca de coordenação de posições que caracteriza a América Latina, de que foram exemplo, no passado, os esforços da Comissão Especial de Consulta e Coordenação Latino-Americana (CECLA) e o são, ainda hoje, os Grupos latino-americanos em funcionamento ante várias organizações internacionais, o Sistema Econômico Latino-Americano, tornado realidade graças à generosa visão americanista dos ex-Presidentes Luiz Echeverría, do México, e Carlos Andrés Pérez,

da Venezuela, pode hoje, aos dez anos de existência, orgulhar-se pelo sólido trabalho realizado em prol da intensificação da cooperação e dos esforços de coordenação na região.

Assinalo com prazer o trabalho que vem desenvolvendo o Embaixador Sebastián Alegré na condução da Secretaria Permanente do SELA. Ao felicitar Vossa Excelência pelos êxitos alcançados, reitero o propósito de meu país no sentido de envidar todos os esforços possíveis com vistas ao fortalecimento do único foro precipuamente voltado para as tarefas de coordenação de posições e cooperação econômica de que dispõem os países latino-americanos.

O transcurso do décimo aniversário do Sistema Econômico Latino-Americano enseja, por um lado, uma visão retrospectiva de suas realizações no período, bem como, por outro, uma reflexão sobre o caminho a trilhar no futuro.

Ao nos voltarmos para o caminho já percorrido, precisamos ter presente que os últimos dez anos representaram um dos períodos mais cruciais, se não o de maior dramaticidade em termos de mudanças

vividas em nossa região. Assim, enquanto os países industrializados experimentavam baixas taxas de crescimento em grande parte dos anos 70, a América Latina prosseguiu seus esforços de industrialização procurando fazer com que sua expansão deixasse de se constituir mero reflexo do crescimento do Norte industrializado.

Após ter apresentado ao longo dos anos 70, importantes taxas de crescimento, que refletiam maior abertura e entrosamento com o sistema internacional, foi a América Latina, a partir do limiar da década de 80, profundamente atingida pela conjunção perversa de fatores negativos tais como a elevação significativa das taxas de juros, o incremento do protecionismo nos países industrializados e a significativa deterioração dos seus termos de troca com aqueles países.

Diante de radical mudança no cenário externo, em razão de fatores fora de seu controle, os países latino-americanos viram-se defrontados, nesta década, com a mais aguda crise econômica de sua história, tendo sido levados a aplicar duras políticas de ajustamento de caráter recessivo que implicaram para a maioria sacrifícios sociais difíceis de suportar e retrocesso nos ganhos acumulados até então.

A despeito da recuperação, ainda tímida e incerta, que se verifica nas economias dos países industrializados, as seqüelas da crise colocam a região diante de um quadro nada animador. Com efeito, persiste a contração dos fluxos financeiros para os países endividados, situação que levou a América Latina à condição de exportadora líquida de capital para o mundo industrializado. Por outro lado, revela-se cada vez mais sofisticado o arsenal de medidas protecionistas adotadas nos principais mercados desenvolvidos — inclusive já agora com o objetivo de obter concessões comerciais dos países em desenvolvimento em bases de reciprocidade estrita.

Senhor Presidente,

A América Latina precisa retomar seu crescimento. O desenvolvimento econômico se afigura tanto mais necessário neste momento em que muitos países latino-americanos estão procurando consolidar seus processos democráticos internos. Regimes políticos abertos e democráticos são os alicerces de um processo de desenvolvimento voltado para o atendimento das necessidades básicas de nossas populações, um desenvolvimento verdadeiro em que o social esteja acima dos indicadores frios do crescimento. É também inegável que a consolidação democrática no Continente é aspiração de todos os nossos povos e na medida em que ela se afirme e expanda veremos facilitados os nossos vínculos e reforçados os nossos próprios processos políticos nacionais.

Por outro lado, a democracia requer o crescimento econômico. Conforme assinou o Presidente José Sarney perante o plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas, "não podemos ficar apenas na retórica do ajustamento da economia, supondo que o sacrifício é tudo que deve fazer um devedor do Terceiro Mundo para equacionar suas contas externas. Esta visão estreita esquece estarmos tratando de populações que têm direito a um padrão sério de sobrevivência e de países com legítimas aspirações nacionais. Ou conscientizamo-nos de que a solução da dívida externa é uma tarefa conjunta de credores e devedores, ou arriscamo-nos a atear fogo no barril de pólvora que ameaça o Continente."

Nas palavras de nosso Presidente, "a posição do Brasil está tomada. A dívida não nos leva à dúvida. Optamos por crescer sem recessão, sem nos submetemos a ajustamentos que signifiquem renúncia ao desenvolvimento.

O Brasil não pagará a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego,

nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque o débito pago com a miséria é conta paga com a democracia.”

Senhor Presidente,

O Brasil comparece a esta celebração do décimo aniversário do SELA com o firme propósito de reiterar sua profunda vocação latino-americanista, voltada para a cooperação e integração com os países-irmãos da América Latina.

Uma das forças do nosso Continente e do SELA está na diversidade de culturas e etnias de nossos povos. Nossas origens, línguas e culturas diversas devem ser vistas como um elemento de vigor pois no pluralismo é que se centra a verdadeira cooperação. Grandes e pequenos compartilhamos os mesmos ideais de democracia e desenvolvimento. América Latina e Caribe estão irmanados por uma história de luta contra o colonialismo, busca de identidade nacional e desenvolvimento.

Reiteramos nosso apoio e confiança no SELA como expressão de um esforço multilateral, concertado livre e voluntariamente, de forma contínua, com o objetivo de dar novo conteúdo às relações de nossos países. Meu país reconhece a praticidade e a flexibilidade do mecanismo operacional do SELA, que o converte num instrumento dinâmico e útil para as relações latino-americanas e caribenhas.

É aspiração de nossos povos uma crescente integração latino-americana e caribenha. Essa aspiração encontra expressão não só nos mecanismos que vimos criando ao longo dos anos para incentivar nossa integração econômica, mas também nos esforços que vimos desenvolvendo para aproximar nossos povos pela cultura e pela arte. Mais do que nunca, é importante que demos um novo ímpeto aos movimentos integracionistas de nossos povos. Mergulhados na crise,

dela sairemos não isoladamente, mas sim pela comunhão de nossos esforços.

Acreditamos que a América Latina encontra-se diante do desafio histórico de procurar desenvolver mecanismos criativos e eficazes para, através da intensificação da cooperação horizontal regional, minorar os efeitos de uma crise que a todos afeta em profundidade. Nesse contexto, ao Sistema Econômico Latino-Americano está reservada a tarefa maior de refletir criticamente sobre nossas limitações estruturais e planejar molduras de relacionamento que permitam aos países-membros alcançar novos patamares em matéria de cooperação e mais estreita coordenação de posições sobre questões de interesse da região.

A constatação de que a cooperação Norte-Sul enfrenta hoje graves dificuldades em virtude da posição imobilista dos países desenvolvidos, aferrados a posições de poder garantidas por relações econômicas internacionais injustas e desiguais, deve constituir um acicate a nossos esforços de cooperação e auto-ajuda.

Saudamos a realização de Reuniões de Peritos Governamentais de Alto Nível para a identificação de projetos e ações de interesse comum em matéria de cooperação regional, nas áreas consideradas prioritárias pelos Estados-Membros.

É também com satisfação que registramos o andamento do Segundo Programa Bial de Cooperação Regional.

Devemos dedicar especial atenção à questão tecnológica na América Latina. Ao influir sobre as mudanças nos paradigmas de industrialização a partir da última década, o progresso tecnológico se constitui na condição **sine qua** deste salto. Sendo a tecnologia um processo inexorável de transformação sócio-econômica, se não acompanharmos sua evolução, estaremos condenados à permanência no subdesenvolvimento. Nesse sentido, poderá dispor o SELA, através da rede de Informação Tecno-

lógica Latino-Americana (RITLA), de importante mecanismo, cuja implementação deveria ser objetivo de todos os países-membros, em razão das imensas possibilidades que se abrem no campo do intercâmbio horizontal de conhecimentos tecnológicos.

A atenção à questão tecnológica transparece na documentação preparada pelo Secretariado para a presente reunião. Temos diante de nós propostas destinadas a implementar a cooperação regional em campos novos, tais como os de informática, biotecnologia, energia solar, novos materiais e eletrônica.

O problema central do nosso continente é o da repartição mais equitativa dos frutos do crescimento econômico, da plena integração das camadas menos favorecidas de nossas populações em nosso esforço de desenvolvimento. Não somos e não seremos palco de conflitos de poder entre Superpotências. Rejeitamos a lógica fria do poder e afirmamos a nossa identidade própria, centrada na solução pacífica para nossos conflitos e na busca de instrumentos de cooperação que se dirijam a superar os graves problemas sociais de nossos povos e assim garantir a paz no Continente. Em tal sentido, consideramos que o Comitê de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Central (CADESCA) constitui exemplo de esforço regional pioneiro, embora insuficiente, e, portanto, passível de aperfeiçoamento, com vistas à promoção da auto-ajuda no plano regional.

Senhor Presidente,

Senhores Chanceleres,

Senhores Chefes de Delegação,

As atividades de consulta e coordenação regional constituem uma das vertentes mais relevantes da atuação do SELA. A multiplicação de reuniões internacionais passou a requerer da região atividade cada vez

mais intensa com vistas à coordenação de posições e busca de estratégias comuns.

O Brasil vem sustentando em diferentes foros internacionais a necessidade de profunda reformulação do ordenamento econômico montado em Bretton Woods. Vemos agora com preocupação o fato de que, no plano financeiro, iniciativas insuficientes dos países desenvolvidos pretendem substituir a necessária reforma do sistema monetário. No plano comercial assistimos, de um lado, à proliferação de medidas protecionistas, bem como o crescente recurso ao bilateralismo e, de outro lado, a insistência, por parte de alguns países desenvolvidos, em promover uma rodada comercial multilateral ampla que abranja áreas que estão fora da competência do GATT, tais como serviços, investimentos e propriedade intelectual.

Desde 1982, quando se realizou a Reunião Ministerial das Partes Contratantes do GATT, vem o Brasil defendendo a necessidade de serem tomadas medidas efetivas com vistas ao fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Em tal sentido, propugnamos a execução plena do Programa de Trabalho acordado na ocasião.

Os países desenvolvidos, entretanto, vêm-se recusando a assumir compromissos firmes de não-aplicação de novas medidas comerciais restritivas e de desmantelamento de todas aquelas irregulares à luz do GATT.

Com o início do processo preparatório de uma nova rodada de negociações comerciais, adquire maior urgência a questão da coordenação de posições da América Latina para aquele processo. Em tal sentido, tem o SELA a responsabilidade intransferível, como foro regional de consulta e coordenação, de contribuir para que os países-membros tenham uma visão clara do que está em jogo nesta próxima rodada e possamos nos coordenar para a defesa de nossos interesses.

As relações econômicas da América Latina tanto com seus tradicionais parceiros comerciais, quanto com novos mercados constituem outro campo de interesse para a atividade de consulta e coordenação. Em tal sentido, e em prosseguimento das atividades que já vêm sendo desenvolvidas neste campo, caberia realizar análise em profundidade do impacto que terá o alargamento da Comunidade Econômica Européia para as exportações da América Latina para aquele mercado.

Senhor Presidente,

Ao atender ao chamado do então Presidente Hurtado, do Equador, para a realização da Conferência Econômica Latino-Americana, realizada em Quito, em janeiro de 1984, a América Latina assumiu seu dever histórico de contribuir com propostas realistas, a nível regional e internacional, destinadas a fazer frente à crise econômica.

Cabe ao Sistema Econômico Latino-Americano, sem prejuízo da competência dos demais organismos de cooperação e inte-

gração regional e sub-regional, a importante tarefa de proceder à avaliação e seguimento das ações acordadas pelos países da região na Declaração e no Plano de Ação de Quito. Temos o compromisso de não permitir qualquer esmorecimento na implementação do conjunto de ações a que se propôs a América Latina naquela ocasião, bem como de insistir na reformulação, em bases mais eqüitativas, da ordem econômica internacional.

Senhores,

Temos diante de nós a grande tarefa de demonstrar com eficácia que a cooperação regional pode transcender o plano da retórica e se transformar em resposta concreta da região à crise externa. E o SELA tem papel crucial a desempenhar nesse processo. Se demonstrarmos vontade política e conjugarmos nossos esforços, estou seguro de que poderemos trilhar de novo o caminho do desenvolvimento econômico e social em benefício do bem-estar de nossos povos.

Muito obrigado.

a visita do chanceler olavo setúbal a moscou

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Eduard Chevarnadze, (tradução não-oficial) em Moscou, em 9 de dezembro de 1985, durante o almoço oferecido ao representante brasileiro pelo Governo soviético.

DISCURSO DO CHANCELER BRASILEIRO

Senhor Ministro,

Desejo exprimir, inicialmente, meus agradecimentos pela hospitalidade atenciosa com que o Governo da União Soviética tem distinguido a mim e a minha comitiva. Ficamos também muito sensibilizados com as palavras de Vossa Excelência, que refletiram seu conhecimento pessoal do meu país e das suas realidades físicas e humanas. Estamos certos de que esse conhecimento representará um fator adicional de aproximação entre o Brasil e a União Soviética.

Senhor Ministro,

Os contatos entre nossos povos têm uma longa história. A obra do Barão de Langsdorff, atualmente exposta em Moscou, atesta a contribuição desse eminente diplomata e naturalista russo para o desenvolvimento das ciências naturais no Brasil, nos primeiros decênios do século dezenove.

O patrono da diplomacia brasileira, Rio Branco, quando ainda ocupava as funções

de Cônsul na cidade britânica de Liverpool, visitou a bela São Petersburgo — hoje Leningrado — e ali participou ativamente da Exposição Internacional de 1884. Não escaparam à visão antecipadora do diplomata brasileiro as potencialidades do relacionamento entre as duas grandes Nações. Ao cabo da sua viagem, realizada há mais de um século, foi ele o primeiro a propor a criação de uma linha regular e direta de comércio entre os distantes impérios do Brasil e da Rússia.

As vicissitudes da história contemporânea influenciaram inevitavelmente e continuarão a influenciar o curso das nossas relações. O importante, no nosso entender, é que aceitemos com naturalidade as limitações decorrentes da história e da geografia, e nos proponhamos a consolidar um relacionamento estável, denso e maduro.

Vive hoje o Brasil, Senhor Ministro, um processo auspicioso de democratização da sua vida política e social. A participação popular se faz intensa em todos os campos, reivindicando instituições representativas e justiça social. A Nova República brasilei-

ra, fundada sobre uma ampla aliança de forças políticas comprometidas com a democracia e o progresso, propõe-se realizar a transição para um regime de instituições soberanas e encaminhar os graves problemas sociais e econômicos com que se defronta o país.

Um povo que busca reorganizar seu projeto nacional sobre as bases da democracia e da justiça social não pode deixar de identificar-se de maneira autêntica com os padrões de conduta que traduzem aquelas aspirações no terreno das relações interestatais. Fortaleceu-se, dessa maneira, o compromisso brasileiro com o princípio da igualdade soberana das nações, seu acatamento dos postulados da autodeterminação e da não-ingerência, sua adesão à causa da paz e do desarmamento.

Concebemo-nos como uma sociedade pluralista que, mercê da sua formação histórica e de sua composição étnica e cultural, volta-se naturalmente para o contato com todos os povos. O universalismo, horizonte aberto pela ciência moderna e definido como espaço de convívio pacífico pela Carta de São Francisco, representa um dos fundamentos da nossa ação externa. Não nos prendemos a visões parciais nem a opções excludentes de relacionamento. Nosso anseio é de cooperação franca e igualitária com todos os países, sobre a base da não-ingerência nos negócios internos, do respeito mútuo e da reciprocidade dos benefícios.

Senhor Ministro,

Foi com esperança e alívio que a comunidade internacional tomou conhecimento da declaração conjunta União Soviética-Estados Unidos da América, em seguida à reunião de cúpula realizada em Genebra, em novembro passado. Nela se leu que uma guerra nuclear não pode ter vitoriosos nem deve ser empreendida, e que nenhum dos dois lados tentará obter superioridade nuclear sobre o outro.

Essas palavras dão alento às expectativas de paz que animam o conjunto da humanidade. O Brasil, em particular, vem reiterando sua posição de condenação à corrida armamentista, e emprestando seu apoio decidido à promoção de negociações que conduzam ao desarmamento nuclear. Consideramos que as potências nuclearmente armadas, em particular os Estados Unidos da América e a União Soviética, detêm responsabilidade especial no processo de desarmamento, o qual deve progredir mediante uma articulação efetiva entre negociações bilaterais e multilaterais, principalmente na Conferência de Desarmamento das Nações Unidas.

Enxergamos também um nexos muito claro entre o desarmamento e o desenvolvimento econômico e social. Os recursos hoje consagrados à manutenção e aperfeiçoamento de instrumentos de destruição devem ser destinados a tarefas mais nobres, como a superação das condições de miséria que afetam tantos habitantes do nosso planeta.

Sobre esse último aspecto, permito-me recordar que o Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney, endereçou carta ao Secretário Geral do PCUS, Mikhail Gorbachev, antes do encontro de Genebra, manifestando a esperança de que a melhoria do clima de entendimento nas relações Leste-Oeste e a retomada das negociações sobre desarmamento nuclear viessem a ensejar a esperada transferência de recursos humanos e materiais para as tarefas urgentes e construtivas do desenvolvimento sócio-econômico.

Acolhemos, por outro lado, com grande interesse e otimismo as palavras do Secretário-Geral do PCUS em Genebra, em sua importante entrevista à imprensa mundial. Disse Sua Excelência que todos os Estados, capitalistas desenvolvidos, socialistas e em desenvolvimento, têm problemas econômicos, sociais e ecológicos que devem ser resolvidos pela cooperação. Acrescentou que não poderia a União Soviética iso-

lar-se do mundo em desenvolvimento, uma vez que a nova política, baseada em realidades concretas, obriga a todos a procurarem respostas para os problemas dos países que lutam por uma vida melhor.

O Brasil, Senhor Ministro, situa-se entre esses tantos países que lutam por eliminar o atraso econômico e proporcionar a sua população melhores condições de vida. Circunstâncias particularmente adversas da conjuntura econômica internacional engendraram, para o meu país e muitos outros da América Latina e do Terceiro Mundo, um quadro de graves dificuldades. Buscamos neste momento, em meio a ingentes sacrifícios internos, superar tais dificuldades e retomar o caminho do desenvolvimento econômico e social. A ordem econômica internacional deve ser revista em muitos de seus aspectos, de modo a permitir uma convivência mais justa e mais harmoniosa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Senhor Ministro,

É esta a primeira visita de um Ministro brasileiro das Relações Exteriores à União Soviética. Representa ela, como já disse, a expressão de uma realidade emergente no Brasil. Coincide também com o início de uma fase renovadora da vida política na União Soviética, que acompanhamos com interesse.

Nossas relações no período republicano completam este ano seu quadragésimo aniversário. Espero que os encontros com Vossa Excelência e outras altas autoridades soviéticas, bem como as decisões e atos bilaterais deles decorrentes, possam assinalar o cumprimento de uma etapa percorrida, e abrir ao mesmo tempo novas perspectivas para o futuro.

Em carta que enviei em abril último ao seu ilustre predecessor, o hoje Presidente do Presidium do Soviete Supremo, Andrei Gromiko, expressei a disposição de empretermos maior dinamismo ao relacionamen-

to brasileiro-soviético, através da troca de visitas em nível governamental, da prática de consultas políticas, da retomada da expansão das trocas comerciais e econômicas, do intercâmbio cultural equilibrado e da dinamização da cooperação científica e tecnológica.

O intercâmbio econômico-comercial, apoiado desde 1975 no Acordo de Fornecimento de Máquinas e Equipamentos Soviéticos ao Brasil e de Produtos Brasileiros à URSS, e superando dificuldades antepostas pela distância geográfica e por um forte grau de desconhecimento mútuo, é hoje uma realidade consolidada. Necessitamos entretanto, dedicar atenção especial a esse domínio. Reconheço que, em tal esforço, toca à parte brasileira uma participação especial, pois precisa ela importar mais, e com maior regularidade, de modo a aumentar o volume global do comércio bilateral e assim permitir o crescimento das suas próprias exportações. No passado, adquirimos da União Soviética equipamentos para hidrelétricas e outros materiais produzidos pela sua indústria pesada. Necessitamos agora identificar alternativas de substituição para itens como aqueles, que passaram a ser produzidos no Brasil, e que não são mais comprados no exterior. Dessa forma, poderemos dar uso mais efetivo ao Acordo bilateral de 1975, cuja vigência será prorrogada mediante ato a ser formalizado durante a minha estada em Moscou.

Verifico também com satisfação que progridem os entendimentos entre a Companhia Vale do Rio Doce e a V/O Tiajpromexport, do Comitê Estatal de Relações Econômicas com o Exterior, e que foi assinado entre as duas empresas protocolo de intenções sobre diversos assuntos de interesse comum. São de assinalar-se, nesse contexto, os projetos de colaboração no setor siderúrgico, no campo do fornecimento de carvão e na transferência de tecnologia para recuperação de minérios nobres. Aguarda no momento a parte brasileira manifestação da parte soviética sobre condições financeiras e comerciais decisivas para a via-

bilização desses empreendimentos, os quais, se concretizados, poderão constituir-se em exemplos significativos da capacidade tecnológica e industrial soviética, e abrir caminho a novas iniciativas conjuntas com empresas brasileiras.

Esforços coordenados em terceiros mercados — de que já temos alguma experiência — poderão também gerar oportunidades de atividade reciprocamente vantajosa. Em suma, Senhor Ministro, desejo registrar o ânimo brasileiro de ampliar o espaço de ação econômica comum com a União Soviética, de forma a suplementar os desequilíbrios observados nas trocas de mercadorias entre os dois países. O Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, que assinarei com o Presidente do Comitê Estatal de Relações Econômicas com o Exterior, dará certamente novo impulso às iniciativas com esse objetivo.

A colaboração científica e tecnológica oferece-nos também amplas possibilidades, sobretudo em vista do vasto acervo de pessoal, conhecimentos e técnicas acumulado pela URSS nesse terreno. Por outro lado, o Brasil, pelos avanços já alcançados, também prestará sua contribuição a esse intercâmbio. Adquirimos, em data recente, tecnologia soviética para a produção de álcool a partir da madeira. Outros campos poderão certamente ser explorados, tanto ao nível das tecnologias aplicadas quanto da ciência pura, com base no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica que assinamos em 1981.

Senhor Ministro,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil, em 1980, à frente de representação do Parlamento soviético, abriu um importante capítulo no desenvolvimento das nossas relações políticas. Desde então, após as conversações iniciadas pela delegação chefiada por Vossa Excelência em Brasília, o intercâmbio de grupos parlamentares tornou-se uma tradição que muito tem contribuído para o maior conhecimento recíproco. Os parla-

mentares brasileiros conservam uma grata lembrança da cordial acolhida que receberam de Vossa Excelência em sua terra natal, a Geórgia.

O encontro de Vossa Excelência com o Presidente José Sarney, em Nova York, durante os trabalhos da quadragésima Assembléia Geral das Nações Unidas, pela cordialidade em que transcorreu, indicou mais uma vez o desejo brasileiro e soviético de intensificar o diálogo em todos os níveis, num clima de respeito e confiança mútuos.

As consultas mantidas anualmente entre delegações brasileiras e soviéticas, sobre tópicos da agenda da Assembléia Geral das Nações Unidas, também vêm representando um valioso canal de comunicação. Reconhecendo a utilidade e interesse recíprocos que revestem essa experiência, formalizaremos amanhã, através de *Memorandum* de Entendimento, um mecanismo de consultas políticas, por cujo intermédio nossas Chancelarias se manterão informadas sobre questões da atualidade mundial relevantes para as duas partes.

As conversações mantidas nesta manhã forneceram a oportunidade para reafirmarmos nossa adesão aos princípios de convivência internacional consagrados na Carta das Nações Unidas. Preocupa-nos profundamente, Senhor Ministro, a situação de tensão internacional, e foi com viva satisfação que ouvi de Vossa Excelência idênticas palavras de condenação da corrida armamentista. Estivemos de acordo em salientar o nexo existente entre o desarmamento e o desenvolvimento econômico e social, conceito de grande importância para os países em desenvolvimento.

Verificamos, portanto, que existe entre o Brasil e a União Soviética, apesar das diferenças de regime social e econômico, um território de concepções compartilhadas, sobre o qual poderemos expandir e diversificar nossas relações bilaterais. Venho a Moscou trazendo uma mensagem de boa-vontade, e com o ânimo de explorar as pos-

sibilidades de cooperação que possam ser mutuamente benéficas, contribuindo assim para o progresso dos nossos povos e para um maior entendimento entre as nações.

Com esses objetivos em mente, quero convidar todos os presentes a levantarem um brinde à prosperidade do povo soviético e à saúde e felicidade pessoal do Ministro Eduard Chevardnadze.

Muito obrigado.

DISCURSO DO CHANCELER SOVIÉTICO

Excelentíssimo Senhor Ministro!

Senhores!

Camaradas!

Nós sentimos alegria de saudar em Moscou a Vossa Excelência, Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil Olavo Setúbal e os visitantes brasileiros aqui presentes.

Temos iniciado recém as negociações e julho que se pode dizer: as nossas conversas têm um caráter rico de conteúdo e útil, contribui para melhor compreensão das posições de um e outro, revela as aspirações da URSS e do Brasil ao saneamento da situação internacional.

No decorrer das negociações se tem revelado a disposição de nossos dois países de atribuir um caráter regular ao diálogo político bilateral, de seguir o caminho de fortalecimento das relações em diversos domínios.

A visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à União Soviética é a primeira na história das nossas relações. Reforça a prática dos contatos políticos e intercâmbio de opiniões existente entre os nossos Governos.

Lembramos com satisfação a conversa, no decurso da 40ª sessão da Assembléia Geral da ONU, com a Sua Excelência o Presiden-

te do Brasil, Senhor Doutor José Sarney, e com a Vossa Excelência, Senhor Ministro, que se tornou um evento importante nas relações soviético-brasileiras. Não posso deixar de recordar também a minha deslocação a Vosso país, chefiando a delegação do Soviete Supremo da URSS. A nossa estada no Brasil, os encontros com representantes do seu povo jubiloso e talentoso deixaram na nossa memória as impressões profundas.

Aqui vale a pena dizer também que as relações entre os nossos países tem uma história longa. O nosso compatriota — o diplomata e investigador Grigori Ivanovitch Langsdorff nos anos vinte do século passado tinha feito não pouco para investigação do Brasil. Hoje o Senhor Ministro vai participar na inauguração da exposição dedicada a suas expedições. Langsdorff tinha sido cativado tão profundamente pela beleza do vosso país que tinha dito uma frase notável: "Quem tem saudades de estado de ânimo poético que vá para o Brasil, pois lá a natureza poética corresponderá aos seus anseios".

Desde tempos remotos o povo brasileiro sentia atração pela cultura e literatura russa. Disso se pode julgar pelo fato de que o Imperador do Brasil o Pedro II tinha traduzido ao idioma do seu país obras de grande fabulista russo Krilov e do escritor famoso Karamzim.

Este ano juntamente com Vós assinalamos a passagem do 40º aniversário de estabelecimento das relações diplomáticas entre a União Soviética e o Brasil. Nós apreciamos o fato de que o Brasil juntamente com os participantes de coligação anti-hitleriana tinha participado diretamente nas operações de combate contra as forças do fascismo.

No período passado as relações entre os nossos países que baseiam-se nos princípios de não-ingerência, de respeito, de proveito mútuo, obtiveram o desenvolvimento notável. Elas começaram a ser caracterizadas pela confiança maior, tornaram-se cheias de conteúdo concreto. Se desenvolvem os

vínculos culturais, o comércio atingiu as dimensões consideráveis. Porém, evidentemente, isso não é um limite.

No nosso ver, levando em conta grande potencial criativo e econômico de que dispõem os nossos países, seu peso nos assuntos mundiais, existem ainda consideráveis possibilidades inaproveitadas para o alargamento e aprofundamento ulterior da cooperação soviético-brasileira em diversas áreas. Julgo que os documentos conjuntos que serão assinados na consequência da Vossa visita sigam este rumo.

Naturalmente, temos discutido antes de tudo as questões da prevenção da guerra nuclear e cessação da corrida armamentista que preocupam todo o mundo. Todos os povos procuram a paz e o progresso. Nenhum dos povos quer a guerra. Porém no mundo existem as forças que não desejam tomar em conta as realidades políticas do mundo de hoje e os interesses legítimos dos outros Estados. Na procura de miragem da superioridade militar elas levaram o mundo à linha, quando tem surgido ameaça real de início de ciclo, sem precedentes pelas suas dimensões, da corrida armamentista com consequências imprevistas para toda a humanidade. E patente para qualquer pessoa sensata: se agora não erigir uma barreira para que a corrida armamentista não seja transferida da Terra para o Cosmos, o espaço cósmico será preenchido das armas de choque não menos mortíferas que as armas nucleares.

Tendo a consciência da nossa responsabilidade perante os povos da URSS e dos países do mundo pelo futuro da paz, nós participamos no encontro norte-americano-soviético em Genebra. Esse encontro foi útil e necessário. Consideramos muito importante o entendimento mútuo alcançado de que a guerra nuclear nunca deve ser desencadeada, que nela não pode haver vencedores, assim como o reconhecimento pelas partes, da relevância de prevenção de qualquer guerra entre elas, a afirmação de que elas não procurarão alcançar a superioridade mi-

litar. Confirmação, feita no encontro, do entendimento mútuo norte-americano-soviético sobre o assunto e objetivos das negociações a respeito dos armamentos cósmicos e nucleares tem o significado de princípio.

Agora todos os povos amantes da paz devem pronunciar-se em voz alta contra o perigo ameaçador enquanto não assuma o caráter irreversível.

Assinalamos com satisfação o crescimento do papel dos estados da América Latina nos assuntos internacionais. Foram primeiros no mundo em declarar a criação de uma zona desnuclearizada no continente e assinaram o Tratado correspondente. A União Soviética, sendo o país que aderiu a este Tratado, apóia tais aspirações dos estados latino-americanos e manifesta-se em favor de que o estatuto desnuclearizado da zona seja observado plenamente. Apoiamos também suas aspirações de não permitir a militarização do Atlântico Sul mas transformá-lo numa zona de paz e cooperação.

Agora os países da América Latina se dão conta das consequências perigosas de um deslize à guerra e fazem frente a tal desenrolar dos acontecimentos. Para nós é compreensível tal postura dos latino-americanos.

Não se pode deixar de ver que perigo grave no mundo atual representam os conflitos em diversas regiões do mundo. A este respeito causa apreensão a situação na América Central. Consideramos que a solução dos problemas desta região deve ser encaminhada pela regularização política sem ingerências externas, levando em conta os interesses legítimos e respeitando plenamente a soberania de todos os países da região. Saudamos os esforços de todos os estados, que visam à solução do conflito nesta região por via pacífica, excluindo pressões e intervenções.

Gostaria de referir-me ainda a um problema que assume cada vez maior relevância política. Isto é o problema da discriminação

nas relações econômicas internacionais e da dívida externa. No da dívida externa apresenta cada vez mais forte os países em desenvolvimento.

Percebemos que cada um dos países em desenvolvimento é soberano no que diz respeito a sua abordagem da regularização da dívida externa. Ao mesmo tempo julgamos que as questões de estabelecimento das relações econômicas internacionais verdadeiramente em pé de igualdade, da nova ordem econômica mundial, inclusive também o problema do endividamento, devem tornar-se objeto da discussão internacional ampla.

Certamente no decurso das negociações revelaram-se também diferentes atitudes com respeito a certos problemas. Isso é plenamen-

te natural. O principal, porém, consiste em que as nossas conversas decorrem num ambiente construtivo e prático. Confirmam o desejo da União Soviética e do Brasil de alargar o diálogo político, de reforçar as relações bilaterais, de contribuir para o esforço da paz, o saneamento da situação internacional. Creio que temos toda a razão para exprimir a satisfação pela tonalidade das nossas conversas.

Permita-me propor o brinde pela saúde da Sua Excelência Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Senhor Olavo Setúbal e de todos os nossos visitantes brasileiros, pela prosperidade e felicidade do povo brasileiro, pela consolidação das relações de amizade entre a URSS e o Brasil, pela paz duradoura na Terra.

comunicado de imprensa brasileiro-soviético

**Comunicado de Imprensa Brasil-URSS, divulgado
em Moscou, em 11 de dezembro de 1985,
ao final da visita do Chanceler Olavo Setúbal a Moscou.**

A convite do Governo soviético, estive na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em visita oficial, de 08 a 11 de dezembro de 1985, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Olavo Egydio Setúbal. O ilustre convidado brasileiro e sua comitiva foram recebidos de forma calorosa que refletiu o caráter amistoso das relações entre os dois países.

O Ministro Setúbal depositou uma coroa de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, ao pé do muro do Kremlin.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Olavo Egydio Setúbal, foi recebido pelo Membro do Bureau Político do Comitê Central do PCUS e Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, Andrei Gromiko.

O Ministro Setúbal manteve conversações com o membro do Bureau Político do CC do PCUS, Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard A. Chevardnadze, sobre a situação atual e perspectivas do relacionamento brasileiro-soviético, bem como sobre questões de política internacional.

Os dois Ministros expressaram satisfação pelo desenvolvimento e diversificação crescentes das relações entre o Brasil e a URSS e sublinharam o empenho dos seus Governos em continuar a ampliar a cooperação mutuamente benéfica com base nos princípios da igualdade, do respeito, da soberania e da não-ingerência nos assuntos internos.

Reconhecendo o significado especial do diálogo político no momento atual, e a

conveniência de ampliar as consultas bilaterais, os Ministros assinaram um *Memorandum* de Entendimento pelo qual foi estabelecido um mecanismo de consultas sobre temas de política internacional que detinham interesse para as duas partes.

Expressaram também a intenção de desenvolver as possibilidades existentes no campo da cooperação econômica e de aperfeiçoar a estrutura do intercâmbio comercial bilateral. Com esse objetivo, foi assinado um Acordo entre os Governos do Brasil e da URSS sobre Cooperação Econômica e Técnica, e realizada troca de notas sobre a prorrogação do prazo para a conclusão de contratos no quadro do Acordo sobre Fornecimento de Máquinas e Equipamentos da URSS para o Brasil e de Produtos Brasileiros para a URSS, de 24 de março de 1975.

Foi na mesma ocasião alcançado um entendimento sobre a edição conjunta de uma coletânea de documentos referentes à história das relações entre os dois países.

Reafirmaram os dois Ministros a adesão do Brasil e da União Soviética aos princípios da Carta da ONU, e sua determinação de trabalhar para que esses princípios, lançados como a base do convívio universal há quarenta anos, se afirmem solidamente na prática das relações internacionais.

Ao examinarem os atuais problemas internacionais, os dois Ministros expressaram profunda preocupação face à tensão internacional e à corrida armamentista, em particular no campo nuclear, e pronunciaram-se em favor de que todos os Estados, independentemente dos respectivos regimes sócio-econômicos, devem contribuir para o fortalecimento da paz e da segurança internacionais. Sublinharam o vínculo existente entre o desarmamento e o desenvolvimento econômico e social, e a conveniência de se canalizarem para fins pacíficos os recursos atualmente dispendidos em armamentos. Nesse sentido, o Ministro Setúbal lembrou os termos de mensagem enviada recentemente pelo Presidente da República, José

Sarney, ao Secretário Geral do PCUS, Mikhail Gorbachev, em que manifestou a esperança de que as conversações mantidas de 19 a 21 de novembro passado com o Presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos da América, venham a contribuir decisivamente para a melhoria do clima de entendimento nas relações Leste-Oeste, e formulou votos para o êxito das negociações sobre desarmamento, que ensejariam a esperada transferência de recursos humanos e materiais para as tarefas urgentes e construtivas do desenvolvimento sócio-econômico.

O Ministro Chevardnadze sublinhou que o encontro entre o Secretário-Geral do PCUS, Mikhail Gorbachev, com o Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, em Genebra, cria condições para a transição do atual estado de perigosa confrontação para a busca construtiva de meios de normalizar as relações soviético-norte-americanas, para a melhoria da situação internacional em geral, com base na cessação da corrida armamentista, e para o início do desarmamento real. Acrescentou que, de sua parte, a URSS fará todo o necessário para alcançar esse objetivo.

O Ministro Chevardnadze expôs o conjunto de propostas apresentado pela União Soviética para não permitir a militarização do espaço e ao mesmo tempo reduzir os armamentos nucleares existentes. Foi por ele enfatizada a disposição da União Soviética de chegar a acordos concretos que contribuam para a diminuição substancial da ameaça nuclear, para a consolidação da paz e para a criação de um clima de confiança mútua entre todos os países. Pediu também a atenção da parte brasileira para a proposta apresentada pela União Soviética nas Nações Unidas "sobre cooperação internacional para a exploração pacífica do espaço exterior em condições de não-militarização".

Os Ministros manifestaram preocupação com a existência de conflitos e focos de tensão em várias regiões do globo e destacaram a necessidade de solucionar tais pro-

blemas pela via pacífica, com base na observância dos princípios da não-ingêrência de um Estado nos assuntos internos do outro e da autodeterminação dos povos. Nesse contexto, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil fez uma exposição sobre a questão da América Central, ressaltando o papel do Brasil e de outros países latino-americanos na busca de uma solução justa e política através dos esforços do Grupo de Contadora e de seu Grupo de Apoio. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética expressou preocupação face ao aumento crescente da tensão na América Central, especialmente em torno da Nicarágua. Reafirmou a posição da União Soviética em favor de uma solução pacífica e política para os problemas da região, e seu apoio aos esforços construtivos desenvolvidos com esse objetivo.

Manifestaram também seu repúdio às formas de colonialismo que sobrevivem na África Austral e reiteraram sua condenação da prática do **apartheid**, que consideram uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Pronunciaram-se também em favor da outorga imediata de independência à Namíbia, de acordo com as Resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Os dois Ministros expressaram que é necessária a reestruturação das relações econômicas internacionais sobre bases justas e democráticas, que permitam a todos os países desfrutarem, plenamente, do seu direito ao desenvolvimento econômico e social. O Ministro Setúbal referiu-se às graves dificuldades vividas atualmente pelos países em desenvolvimento, particularmente na Amé-

rica Latina, face ao problema do endividamento externo, e expôs a posição brasileira, favorável a uma abordagem política dessa questão.

Durante sua estada em Moscou, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil manteve também conversações com o Vice-Presidente do Conselho de Ministros da URSS e Presidente do Comitê Estatal da URSS de Ciência e Tecnologia, G. I. Martchuk, com o Ministro do Comércio Exterior, Boris Aristov e com o Presidente do Comitê Estatal da URSS de Relações Econômicas com o Exterior, K. F. Katuchev, no decorrer das quais foram revistos diversos aspectos da cooperação entre os dois países nos domínios econômico, comercial, científico e tecnológico, e as perspectivas da cooperação bilateral. Foi acordado que o exame desses temas deveria prosseguir durante os trabalhos da X Sessão da Comissão Intergovernamental Soviético-Brasileira para a Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica, a realizar-se em Brasília no início de 1986.

Os Ministros expressaram satisfação com as conversações, realizadas em ambiente cordial e construtivo, que contribuíram para a ampliação das relações entre o Brasil e a URSS, para um melhor entendimento entre as Nações e para o fortalecimento da paz. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Olavo Setúbal, convidou o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, Eduard Chevardnadze, a visitar oficialmente o Brasil. O convite foi aceito com satisfação, para data a ser oportunamente acertada entre as duas partes. *

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros

Antônio Fantinato Neto, para Embaixador na **Bulgária**; Ivan Velloso da Silveira Batalha, para Embaixador do **Egito**; Rodolfo Godoy de Souza Dantas, para Embaixador em **Barbados**; Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso, para Embaixador em **Honduras**; Álvaro da Costa Franco Filho, para Embaixador na **Colômbia**; Celso Diniz, para Embaixador na **Hungria**; Francisco de Assis Grieco, para Embaixador na **Holanda** e Oswaldo Biato, para Embaixador na **República de Gana**, em 29 de novembro de 1985.

Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, para Embaixador em **Portugal**; Alcides da Costa Guimarães Filho, para Embaixador na **Polônia**; José Ferreira Lopes, para Embaixador na **Tanzânia** e Luiz Orlando Carone Gélío, para Embaixador na **Bolívia**, em 9 de dezembro de 1985.

Tarcísio Marciano da Rocha, para Embaixador na **Líbia**, em 11 de dezembro de 1985.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Samir Hobeica, do **Líbano**, Dato'Ajit Singh, da **Malásia**, e Nikolaus Horn, da **Áustria**, em 1º de outubro de 1985.

Samba N'Diaye, do **Senegal**, Talal O. Hikmat, da **Jordânia**, e Roberto Vivo Bonomi, do **Uruguai**, em 22 de outubro de 1985.

Mohammed Larbi Messari, do **Marrocos**, e Pierre Van Coppenolle, da **Bélgica**, em 26 de novembro de 1985.

Pradeep Sochiaratna, da **Tailândia**, Metin Kustaloglu, da **Turquia**, e Nalumino Munda (não-residente), de **Zâmbia**, em 3 de dezembro de 1985.

Eduardo Arze Quiroga, da **Bolívia**, em 10 de dezembro de 1985.

Branko Trpenovski, da **Iugoslávia**, em 17 de dezembro de 1985.

o acordo brasil-canadá sobre o trigo

Acordo de longo prazo entre o Brasil e o Canadá, sobre o trigo, assinado, no dia 10 de outubro de 1985, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Egydio Setúbal, e pelo Ministro de Estado responsável pela Comissão Canadense do Trigo, Charles James Mayer.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Canadá,

Desejosos de concluir um Acordo de Longo Prazo sobre trigo,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O Governo da República Federativa do Brasil adquirirá, no Canadá, através da Junta Deliberativa do Trigo da Superintendência Nacional do Abastecimento (daqui por diante denominada "JUNTA") e do Banco do Brasil S.A. — Departamento de Comercialização do Trigo (CIRIN), e o Governo do Canadá fornecerá ao Brasil, através da "Canadian Wheat Board" (daqui por diante denominada "BOARD"), a quantidade mínima de 750.000 (setecentas e cinquenta mil) toneladas até a quantidade máxima de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) toneladas, anualmente, de trigo produzido no Oeste do Canadá, durante os três anos — calendário de 1986 a 1988 inclusive.

ARTIGO II

As modalidades de pagamento aplicáveis a todos os embarques, feitos de acordo com o Artigo I, serão as seguintes:

- a) pagamento à vista contra a apresentação dos documentos de embarque, mediante uma carta de crédito irrevogável aberta pelo Banco do Brasil em favor do Vendedor e a ser encaminhada através de um Banco canadense de primeira linha em Montreal, Canadá,
- b) ou, à opção do Comprador, declarável antes do início de cada mês de embarque:

Pagamento sob condições de crédito seguintes:

- i) Um pagamento à vista de 10% (dez por cento) do valor FOB de cada embarque, na data do Conhecimento Marítimo e o saldo pagável:

1/3 do valor FOB 18 (dezoito) meses da data do Conhecimento Marítimo;

1/3 do valor FOB 30 (trinta) meses da data do Conhecimento Marítimo;

1/3 do valor FOB 36 (trinta e seis) meses da data do Conhecimento Marítimo.

- ii) os juros que incidirão sobre os valores remanescentes de cada embarque serão pagáveis semestralmente, a partir da data de cada Conhecimento Marítimo. Para os primeiros seis meses, os juros serão calculados à taxa pagável pelo "BOARD" em seus empréstimos feitos a bancos canadenses de primeira linha, na data do Conhecimento Marítimo de cada carregamento. Nos subseqüentes períodos de seis meses, os juros serão calculados à base da taxa pagável pelo "BOARD" em seus empréstimos de bancos canadenses de primeira linha, no início de cada período subseqüente de seis meses.
- c) na eventualidade de que o Comprador utilize a opção do crédito, os seguintes procedimentos de pagamento serão adotados:
 - i) à apresentação de cada navio transportador, o Comprador abrirá uma carta de crédito irrevogável, através do Banco do Brasil S.A., em favor do "BOARD", a ser encaminhada através de um Banco de primeira linha em Montreal, Canadá, no valor equivalente a 10% (dez por cento) da fatura do valor FOB do trigo.
 - ii) após o carregamento do trigo, Letras de Câmbio cobrindo 90% (noventa por cento) do valor FOB da fatura citada no subparágrafo (b) (i) acima, serão emitidas e enviadas ao Banco do Brasil para aceite e garantia.

As Letras aceitas e garantidas, relativas ao principal e aos juros, deverão ser restituídas ao "BOARD", dentro de 15 dias após sua aceitação pelo Banco do Brasil, de acordo com procedimento estabelecido no subparágrafo (b) (ii) acima.

ARTIGO III

A JUNTA e o "BOARD" manterão negociações para determinar os períodos de embarque, os tipos de trigo, preços e outras condições comerciais, para as quantidades anuais estipuladas no Artigo 1. As referidas negociações serão realizadas trimestralmente, aproximadamente 30 (trinta) dias antes do início do primeiro mês do período de embarque da quantidade a ser negociada. Em decorrência das referidas negociações, as compras de trigo serão feitas pelo Banco do Brasil S.A. — Departamento de Comercialização do Trigo (CIRIN) ao "BOARD", através de contratos específicos. A JUNTA e o "BOARD", até o dia 30 de novembro de cada ano, discutirão e estabelecerão um programa tentativo de embarques para o ano-calendário seguinte.

ARTIGO IV

Fica entendido que todas as compras com base neste Acordo serão para consumo no Brasil e que nenhum carregamento será desviado para outros destinos sem prévio consentimento do "BOARD".

ARTIGO V

Este Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeito a partir de 01 de janeiro de 1986 e terá uma duração de três anos, até 31 de dezembro de 1988.

Em fé do que, os signatários, devidamente autorizados para este fim por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo, nele apondo seus respectivos selos.

Feito em Brasília, em duas cópias, no dia 10 de outubro de 1985, em português, inglês e francês, sendo cada versão igualmente autêntica.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

Olavo Egydio Setubal

PELO GOVERNO DO
CANADÁ:

Charles James Mayer

brasil e França assinam acordo para co-produção cinematográfica.

Protocolo adicional ao Acordo de Co-produção Cinematográfica entre Brasil e França, assinado em Brasília, no Palácio do Itamaraty, em 14 de outubro de 1985, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal e pelo Ministro das Relações Exteriores da França, Roland Dumas.

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Francesa,

Interessados em promover o desenvolvimento da cooperação entre o Brasil e a França no campo cinematográfico mediante ações concretas que resultem em obras de qualidade, respeitadas as especificidades de cada uma das culturas nacionais,

Concordam com o seguinte:

ARTIGO I

1. Os projetos de obras cinematográficas de longa-metragem, selecionados para co-produção nos termos do Acor-

do de Co-produção Cinematográfica entre o Brasil e a França, de 6 de fevereiro de 1969, podem se beneficiar, nas condições definidas abaixo, de uma ajuda seletiva em cada um dos dois países.

Essa ajuda é reembolsável exclusivamente mediante os rendimentos de qualquer natureza que resultem da exploração da obra.

2. Os projetos de obras cinematográficas devem apresentar interesse comum para ambos os países, devendo igualmente contribuir para o aprimoramento da qualidade da produção cinematográfica.

3. Em princípio, cada um dos países patrocinará, durante o período de vigência do presente Protocolo, um número idêntico de projetos com participação majoritária.

A ajuda seletiva acordada em cada um dos dois países representará uma percentagem idêntica a suas contribuições respectivas em cada projeto de co-produção que dela se beneficie. Essa percentagem não poderá ser superior a 20% (vinte por cento).

Um projeto de co-produção minoritário, na conformidade do direito nacional, será assimilado a um projeto majoritário se as duas seguintes condições forem observadas:

- se o realizador tiver a nacionalidade do país com participação minoritária; e
- quando a condição acima prevista não puder ser concretizada de outra maneira.

4. Um equilíbrio genérico deverá ser assegurado entre as participações de cada um dos dois países nas co-produções contempladas pela ajuda seletiva prevista nas disposições do presente Protocolo.

5. O montante da contribuição à co-produção de obras cinematográficas, em virtude do presente Protocolo, é estabelecido da seguinte maneira:

- para cada projeto, quantia máxima de 1.500.000 francos franceses pela parte francesa, no caso de co-produção majoritariamente francesa, e seu equivalente em cruzeiros calculado em função da taxa de câmbio em vigor no início das filmagens, para a parte brasileira, no caso de uma co-produção majoritariamente brasileira. A ajuda seletiva feita pelo país minoritário, calculada em proporção à sua participação na co-produção, representa percentagem idêntica àquela ajuda seletiva feita pelo país majoritário, calculada nas mesmas condições.

6. O número máximo de obras cinematográficas que poderão se beneficiar da ajuda, de conformidade com o presente Protocolo, será determinado anualmente pelas autoridades competentes dos dois países.

ARTIGO II

1. Uma comissão franco-brasileira será instituída para o exame dos projetos suscetíveis de receberem a ajuda re-

ferida no Artigo I acima aludido. A comissão será composta de representantes designados da seguinte maneira:

- do lado francês: três representantes designados pelo Ministro da Cultura, dentre os quais um diretor e um produtor de obras cinematográficas de longa-metragem;
- do lado brasileiro: três representantes designados pelo Ministro da Cultura, dentre os quais um diretor e um produtor de obras cinematográficas de longa-metragem.

Os membros da comissão não deverão, a qualquer título que seja, fazer parte dos projetos submetidos a exame.

A comissão formulará recomendações tendo em vista as decisões a serem tomadas em benefício dos projetos, para melhor orientação das Partes Contratantes.

2. A Comissão de Exame dos projetos poderá se reunir alternativamente na França e no Brasil, no caso da reunião ser considerada necessária pela maioria dos membros da Comissão. Normalmente, a parte brasileira e a parte francesa da Comissão manterão contato no que se refere às respectivas avaliações de projetos suscetíveis de se beneficiarem da ajuda prevista no artigo anterior. O acerto final sobre essas avaliações far-se-á por troca de correspondência.

As decisões relativas à concessão da ajuda prevista pelo presente Protocolo serão tomadas pelas autoridades competentes segundo as disposições em vigor em cada país. As autoridades competentes de ambos os países trocarão informações em tempo hábil sobre as condições de concessão da ajuda, sobretudo no que se refere às modalidades de reembolso.

3. O presente Protocolo entrará em vigor trinta dias após a data de sua assinatura.

O presente Protocolo terá vigência inicial de um ano a partir de sua entrada em vigor e será renovado por recondução tácita por períodos sucessivos de um ano.

Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Protocolo notificando a outra Parte, por via diplomática, de sua decisão, pelo menos três (3) meses antes da expiração do período anual.

Feito em Brasília, aos 14 dias do mês de outubro de 1985, em dois exemplares nas línguas portuguesa e francesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

Olavo Egydio Setubal

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FRANCESA:

Roland Dumas

troca de cartas de intenção entre brasil e França

Carta de Intenção sobre projeto no campo da Saúde Pública, assinada no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 14 de outubro de 1985, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Olavo Setúbal e pelo Ministro das Relações Exteriores da França, Roland Dumas.

CARTA DO CHANCELER OLAVO SETÚBAL

A Sua Excelência o Senhor
Roland Dumas,
Ministro das Relações Exteriores
da República Francesa.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento da Carta de Intenção que Vossa Excelência me encaminhou, em 14 de outubro de 1985, cujo texto é o seguinte:

“Monsieur le Ministre,

Il est notoire que nos deux pays ont une ancienne tradition d'amitié et de coopération.

Ces liens se traduisent par de nombreux accords économiques, culturels, techniques et scientifiques. C'est le souhait de la France de maintenir, et même de renforcer ces relations communes.

C'est pourquoi il m'est agréable de saisir l'occasion du voyage du Président de la République pour intensifier nos relations et nos projets communs dans le domaine de la santé publique, en associant les modes d'actions les plus divers de la recherche au développement.

Je pense en effet qu'il est bénéfique pour nos deux pays de marquer un intérêt pour la recherche et les échanges biomédicaux et biotechnologiques: seront plus particulièrement concernés la formation et la spécialisation des hommes, le développement, la production et le contrôle des vaccins et réactifs de diagnostics, comme de tous autres produits immunobiologiques.

Bien entendu, je m'efforcerai, grâce à une concertation suivie, permettant de concrétiser cette lettre d'intention, de faire aboutir ces projets.

Je souhaite, en effet, que nos efforts communs nous conduisent, dans un proche avenir, à l'élaboration d'un accord complémentaire à l'accord franco-brésilien de coopération scientifique et technique dans le domaine des produits immunobiologiques.

Je vous prie d'accepter, Monsieur le Ministre, l'assurance de ma haute considération."

2. Ao agradecer a manifestação de Vossa Excelência no sentido de buscar a intensificação das relações entre os nossos dois países na área de saúde pública, tenho a honra de deixar constância, em nome do Governo brasileiro, do pleno acordo com os termos da Carta de Vossa Excelência, acima transcrita.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

Olavo Egydio Setubal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

CARTA DO CHANCELER ROLAND DUMAS

Monsieur le Ministre,

Il est notoire que nos deux pays ont une ancienne tradition d'amitié et de coopération.

Ces lignes se traduisent par de nombreux accords économiques, culturels, techniques et scientifiques. C'est le souhait de la France de maintenir, et même de renforcer ces relations communes.

C'est pourquoi il m'est agréable de saisir l'occasion du voyage du Président de la République pour intensifier nos relations et nos projets communs dans le domaine de la santé publique, en associant les modes d'action les plus divers de la recherche au développement.

Je pense en effet qu'il est bénéfique pour nos deux pays de marquer un intérêt pour la recherche et les échanges biomédicaux et biotechnologiques: seront plus particulièrement concernés la formation et la spécialisation des hommes, le développement, la production et le contrôle des vaccins et réactifs de diagnostics, comme de tous autres produits immunobiologiques.

Bien entendu, je m'efforcerai, grâce à une concertation suivie, permettant de concrétiser cette lettre d'intention, de faire aboutir ces projets.

Je souhaite, en effet, que nos efforts communs nous conduisent, dans un proche avenir, à l'élaboration d'un accord complémentaire à l'Accord Franco-Brésilien de Coopération Scientifique et Technique dans le Domaine des Produits Immunobiologiques.

Je vous prie d'accepter, Monsieur le Ministre, l'assurance de ma haute considération.

Roland DUMAS
Ministro das Relações Exteriores da República Francesa

proposta do projeto brasil – França.

Carta do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, ao Ministro das Relações Exteriores da República Francesa, Roland Dumas, datada de 14 de outubro de 1985, propondo acordo para o desenvolvimento de atividades culturais com a França.

Excelentíssimo Senhor
Roland Dumas,
Ministro das Relações Exteriores da
República Francesa.

Convencido de que o intercâmbio entre o Brasil e a França tem contribuído ao longo da história à evolução dos dois países e consciente da necessidade de tornar mais conhecido aos povos brasileiro e francês o que constitui hoje seu patrimônio comum, acredito ser esta a oportunidade para reforçar e ampliar nossas relações bilaterais.

2. Proponho, pois, estabelecermos de comum acordo um Projeto Brasil-França, de caráter durável, cuja primeira fase será iniciada oficialmente a partir do segundo semestre de 1986. Esse projeto se destina a lançar nova luz sobre a herança do passado e explorar novas perspectivas de cooperação.

3. O Projeto Brasil-França terá as seguintes características:

I. será constituído de um conjunto de eventos equilibrados e paritários, que poderão englobar atividades culturais, educacionais, universitárias, esportivas, promocionais e de cooperação científica, tecnológica e industrial. Descentralizado por sua vocação e no seu desempenho, o Projeto deverá atender a iniciativas dos dois Governos, estaduais e municipais, e paralelamente a manifestações de caráter não-governamental;

II. será complementar aos programas de cooperação e intercâmbio existentes entre os dois países;

III. favorecerá iniciativas que respondam aos objetivos seguintes:

- a) ilustrar as convergências do passado e do presente que unem o Brasil e a França;
- b) tornar reciprocamente melhor conhecidas as potencialidades e realidades das duas comunidades nacionais;
- c) promover uma reflexão conjunta sobre os grandes problemas do mundo de hoje.

4. Consultados os Ministérios das Relações Exteriores e obtida sua anuência, os Comissários-Gerais, designados por cada Governo, terão a incumbência de organizar conjuntamente a implementação do Projeto Brasil-França em cada uma de suas etapas, assim como coordenar e selecionar as diversas iniciativas nele englobadas.

Cada atividade específica prevista no âmbito do Projeto Brasil-França será previamente aprovada por troca de notas diplomáticas.

5. Caso Vossa Excelência concorde com o que precede, tenho a honra de propor que a presente Carta e sua resposta constituam entendimento entre nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta consideração com que me subscrevo, de Vossa Excelência,

Olavo Egydio Setubal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

brasil e república popular da china assinam protocolos de cooperação técnica e memorandos de entendimentos

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, **Olavo Setúbal**, e o Embaixador, no Brasil, da República Popular da China, **Tao Dazhao**, assinaram, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 19 de novembro de 1985, dois protocolos de Cooperação Técnica — um em matéria de Siderurgia e outro em matéria de Geociências — e um Memorandum de Entendimento relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum; na mesma data e local, o Chanceler **Olavo Setúbal** e a Conselheira de Estado **Chen Muhua** assinaram um Protocolo de Entendimentos entre o Brasil e República Popular da China.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE SIDERURGIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da China,
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Com base nos princípios de igualdade, reciprocidade e complementaridade;

Considerando o Acordo Comercial e o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China; e

Com vistas a fortalecer a cooperação entre ambos os países no campo da indústria siderúrgica,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes promoverão a cooperação entre si no campo da indústria siderúrgica, no tocante aos seus as-

pectos econômicos e tecnológicos, com base nos princípios de benefício mútuo, igualdade e reciprocidade.

ARTIGO II

As Partes Contratantes se comprometem a promover entre si a cooperação nas seguintes áreas, entre outras:

- pesquisa científica e tecnológica;
- mineração e beneficiamento de matérias-primas para uso em siderurgia;
- pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e suas aplicações;
- racionalização do consumo de energia e outros insumos;
- normas técnicas e controle de qualidade;
- desenvolvimento de tecnologia de processo;
- treinamento de pessoal;
- projeto e operação de sistemas de manuseio e transporte de matérias-primas, semi-acabados e produtos finais.

ARTIGO III

As Partes Contratantes designam, como entidades responsáveis pela execução do presente Protocolo, pelo lado brasileiro, a Siderurgia Brasileira S.A. — SIDERBRÁS —, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio e a Companhia Vale do Rio Doce, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, e pelo lado chinês, o Ministério da Indústria Metalúrgica da República Popular da China e a "China Metallurgical Import and Export Corporation", a ele vinculada.

ARTIGO IV

A cooperação entre as entidades executoras se realizará através de intercâmbio de informações e documentação, missões técnicas e estágios de especialistas, além de outras formas de cooperação a serem acordadas entre si.

ARTIGO V

As Partes Contratantes estimularão a prestação, por parte das entidades executoras do presente protocolo e das entidades a elas vinculadas, de serviços de consultoria e engenharia em projetos siderúrgicos a serem implementados em seus territórios, de acordo com a legislação nacional respectiva e mediante contratos específicos.

ARTIGO VI

1. As informações intercambiadas entre as entidades executoras ou entre as entidades a elas vinculadas só poderão ser transferidas a terceiros mediante consentimento por escrito da entidade provedora da informação. Entre as entidades executoras e as entidades a elas vinculadas é livre a utilização das informações e documentação trocadas.

2. O intercâmbio de informações previsto no presente Protocolo não incluirá a concessão ou transferência de licença ou quaisquer patentes, mesmo aquelas em utilização, e não afetará qualquer outro direito de propriedade de patente da entidade executora que detém a informação.

ARTIGO VII

Para a implementação do presente Protocolo, será estabelecido um Grupo Conjunto de Trabalho que se reunirá al-

ternadamente no Brasil e na China, com vistas à definição dos programas de cooperação e avaliação das respectivas atividades. As decisões do Grupo Conjunto de Trabalho serão registradas respectivamente pela Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica e pela Comissão Mista de Comércio estabelecidas entre os dois Governos. A data e o local das reuniões serão combinados pelos presidentes do Grupo Conjunto.

ARTIGO VIII

Os técnicos e especialistas intercambiados entre as Partes Contratantes para efeito da implementação do presente Protocolo deverão ter seus nomes e currículos submetidos pela entidade remetente à aprovação prévia da entidade receptora.

ARTIGO IX

As despesas resultantes da implementação do presente Protocolo serão pagas da seguinte maneira:

1. As despesas de viagem internacional dos especialistas intercambiados para fins de execução do presente Protocolo estarão à cargo da entidade executora que os enviar, enquanto a entidade receptora deverá responsabilizar-se pelas despesas de transporte, alimentação e alojamento durante a estada dos especialistas em seu território.
2. O pagamento de outras despesas será objeto de entendimento entre as autoridades executoras.

ARTIGO X

1. O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá duração de cinco anos, sendo automaticamente renovável por iguais períodos, a menos que uma das Partes Contratantes comunique à outra, por escrito e com antecipação mínima de seis meses, sua decisão de denunciá-lo.
2. O término do presente Protocolo não afetará o desenvolvimento de programas, projetos e contratos em execução nele previstos, salvo se as entidades executoras convierem de forma diversa.

Feito em Brasília, ao 19º dia do mês de novembro de 1985, em dois exemplares originais, nos idiomas português e chinês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

Olavo Egydio Setubal

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA:

Tao Dazhao

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE GEOCIÊNCIAS

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Popular da China,
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando o interesse recíproco em incrementar a cooperação na área das geociências, para desenvolver o seu estudo e o intercâmbio científico e cooperação em projetos de interesse para ambas as Partes e com base no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em Pequim, em 25 de março de 1982,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Protocolo tem por objetivo facilitar o intercâmbio e a cooperação científica e tecnológica e aumentar a capacitação técnica das Partes Contratantes na área das geociências, com base na igualdade, benefício mútuo e reciprocidade, de acordo com as Leis e Regulamentos de seus respectivos países.

ARTIGO II

As áreas de cooperação previstas por este Protocolo incluirão:

- a) Geologia regional e geotectônica, especialmente de áreas pré-cambrianas;
- b) Estudos de recursos minerais e energéticos, inclusive avaliação destes recursos;
- c) Prospeção geoquímica e geofísica, inclusive aerogeofísica e sensoriamento remoto;
- d) Estudos isotópicos e geocronológicos;
- e) Geologia marinha;
- f) Hidrogeologia;
- g) Técnicas, políticas e administração da mineração;
- h) Técnicas de coleta e processamento de dados geológicos; e
- i) Técnicas de publicação.

ARTIGO III

A cooperação nas áreas citadas no Artigo II do presente Protocolo poderá ser desenvolvida nas formas a seguir indicadas:

- a) Intercâmbio de informações científicas e técnicas, incluindo amostras e publicações;
- b) Intercâmbio de cientistas e técnicos;
- c) Organização conjunta de seminários, simpósios e conferências;
- d) Treinamento de pesquisadores e técnicos em ambos os países;
- e) Colaboração em projetos de pesquisa de mútuo interesse; e
- f) Outras formas de cooperação, acordadas por ambas as Partes.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes designam, para coordenar e organizar a execução do presente Protocolo, respectivamente, o Ministério das Minas e Energia do Brasil, através do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), e o Ministério da Geologia e Recursos Minerais da China, através do Departamento de Assuntos Exteriores (DAE).

ARTIGO V

Para executar a cooperação prevista no Artigo II do presente Protocolo, as Partes Contratantes reunir-se-ão, alternadamente no Brasil e na China, para avaliar os trabalhos executados e planejar projetos futuros. A data das reuniões será determinada por via diplomática. No intervalo das reuniões as providências de execução do presente Protocolo serão decididas por correspondência entre as entidades executoras.

ARTIGO VI

1. A cooperação prevista no presente Protocolo, que envolva a participação de técnicos especializados e/ou gastos financeiros, deverá ser objeto de projetos específicos, com a indicação da origem dos recursos necessários e de quaisquer condições especiais não previstas neste Protocolo, a serem estabelecidos pela via oficial ou pela Comissão Mista Brasil-China de Cooperação Científica e Tecnológica.

2. Os projetos específicos acima referidos deverão definir a duração, as datas de execução, o número de especialistas a serem intercambiados e demais aspectos concernentes à sua implementação.

ARTIGO VII

1. Em conformidade com os princípios de igualdade e benefícios mútuos, as Partes Contratantes definirão, de comum acordo, a responsabilidade pelos encargos financeiros com os projetos de cooperação levando em conta os seguintes pontos:

No caso de intercâmbio de técnicos:

- a) A parte que enviar os técnicos se responsabilizará por seus salários e gastos com viagens internacionais. A Parte que receber os técnicos pagará os gastos de alimentação, habitação, viagens no seu território e despesas médicas de emergência durante sua estada no território do país receptor;
- b) As despesas de comunicação ficarão a cargo dos próprios técnicos;
- c) As despesas relativas aos familiares dos técnicos participantes de cada projeto correrão por conta dos referidos técnicos.

2. No caso de envio de documentação, aparelhos e instalações e amostras, as despesas no território do país receptor serão pagas por este último e as despesas de trânsito internacional serão pagas pelo país que os enviar.

ARTIGO VIII

1. Quando conveniente para ambas as Partes Contratantes, e em conformidade com as políticas e regulamentos da República Federativa do Brasil e da República Popular da China, as Partes poderão empreender atividades conjuntas em cooperação com outros países.

2. Os projetos específicos e/ou investigações conjuntas serão organizados de maneira a utilizar os recursos humanos e técnicos das Partes Contratantes, definindo tais recursos e o plano de execução dos projetos.

ARTIGO IX

1. As Partes Contratantes manterão a confidencialidade das informações, dados e relatórios provenientes dos projetos conjuntos, assegurando que todas as entidades envolvidas mantenham tal confidencialidade.

2. Os resultados dos projetos conjuntos pertencem a ambas as Partes e somente poderão ser divulgados mediante consentimento mútuo, por escrito.

ARTIGO X

1. Este Protocolo entrará em vigor na data de assinatura e terá a duração de 5 (cinco) anos. Será automaticamente renovado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes comunique à outra, por escrito e com antecedência mínima de noventa (90) dias, sua decisão de denunciá-lo.

2. Em caso de denúncia, os projetos de cooperação em andamento à época da mesma prosseguirão de acordo com os termos de seus planos de implementação até completarem-se inteiramente, salvo se as Partes Contratantes convierem de maneira diversa.

Feito em Brasília, ao 19 dia do mês de novembro de 1985, em dois exemplares originais, nos idiomas português e chinês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

Olavo Egydio Setubal

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA:

Tao Dazhao

MEMORANDUM DE ENTENDIMENTO SOBRE ASSUNTO DE INTERESSE COMUM

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Popular da China,

Reconhecendo a responsabilidade que corresponde a ambos os países, como membros da comunidade internacional, na tarefa de contribuir para o encaminhamento de soluções justas e duradouras aos problemas internacionais contemporâneos;

Côscios da conveniência da consideração conjunta da evolução da situação internacional, no âmbito das relações globais e no que concerne mais diretamente aos interesses dos países em desenvolvimento;

Persuadidos da importância de estabelecer um mecanismo flexível e ágil de consulta de alto nível sobre assuntos de interesse comum,

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. Sem prejuízo da constante utilização dos canais diplomáticos ordinários, os dois Governos realizarão consultas

de alto nível, em princípio anualmente, para o exame da situação internacional e do conjunto das relações dos dois países.

2. As delegações às reuniões de consulta serão normalmente chefiadas pelos Ministros de Relações Exteriores ou outros altos funcionários.

3. Tais consultas poderão realizar-se, alternadamente, no Brasil e na China, em datas e com agendas que serão determinadas de comum acordo pelos canais diplomáticos normais.

4. Por decisão conjunta, poderão ser criados grupos de estudo ou de trabalho para examinar questões específicas. Cada Delegação poderá incluir outras autoridades, quando apropriado, tendo em conta a agenda das reuniões.

5. Este Memorandum entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Brasília, ao 1º dia do mês de novembro de 1985, em dois exemplares originais, nos idiomas português e chinês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

Olavo Egydio Setubal

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA:

Tao Dazhao

PROTOCOLO DE ENTENDIMENTOS

Os Governos da República Federativa do Brasil e da República Popular da China reconhecem, com grande satisfação, o excelente nível das relações entre os dois países, tanto em sua dimensão política quanto em seus aspectos econômico-comerciais e científico-tecnológicos.

2. Para o desenvolvimento dessas estreitas relações, ambos os Governos, com base nos princípios da coexistência pacífica e inspirados pelo ideal de promover a cooperação sul-sul, souberam identificar amplas áreas de convergência e coincidência de interesses e estabeleceram um arcabouço jurídico integrado por atos internacionais nos campos do comércio, dos transportes, da cooperação científica, tecnológica e nuclear, relações consulares e criação de adidências militares. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China manifestam sua vontade política revigorada de ampliar com dinamismo crescente seu intercâmbio comercial, científico e tecnológico e de dar implementação cabal aos instrumentos jurídicos que regulamentam as relações bilaterais.

3. O Governo brasileiro e o Governo chinês, vêm com alto apreço a realização da visita do Senhor Zhao Ziyang, Primeiro-Ministro da República Popular da China, um

marco de fundamental importância no processo de estreitamento dos laços de amizade entre os dois países.

4. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China expressam sua satisfação pela ampliação de seu relacionamento em três novas áreas: consular, cultural e militar.

5. A instalação do Consulado-Geral da República Popular da China em São Paulo, durante a visita do Sr. Zhao Ziyang, com base no Acordo Consular assinado no ano passado, permitirá um estreitamento de relações da República Popular da China com a comunidade empresarial e com a comunidade de origem chinesa estabelecida nos Estados de São Paulo e do Paraná. O Governo da República Federativa do Brasil envidará todos os esforços para instalar em Xangai, proximamente, o Consulado-Geral previsto no Acordo Consular.

6. Os dois Governos expressam sua profunda satisfação pela assinatura, durante a visita do Sr. Zhao Ziyang, do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, que ensejará a execução de programas amplos de divulgação da cultura dos dois países, promovendo maior conhecimento recíproco de ambos os povos.

7. Os dois Governos expressam ainda sua satisfação pela implementação do Acordo sobre adidências militares e pela incorporação, ao corpo de funcionários da Embaixada da República Popular da China em Brasília, do primeiro adido militar chinês no Brasil. O Governo brasileiro se empenhará em designar, com a possível brevidade, o primeiro adido militar junto à Embaixada do Brasil em Pequim.

8. Ambos os Governos decidiram ampliar seu relacionamento político através de consultas políticas sobre a situação internacional e o conjunto das relações bilaterais, que se realizarão, periodicamente, em bases alternadas, em Brasília e em Pequim.

9. Com relação ao intercâmbio bilateral e à cooperação econômica entre os dois países, os Governos da República Federativa do Brasil e da República Popular da China registram a significativa expansão do intercâmbio comercial nos últimos anos, que evoluiu de US\$ 19,4 milhões, em 1974, para US\$ 830 milhões, em 1984. Nesta ocasião, os dois Governos manifestam o interesse de conjugar esforços em favor da expansão e diversificação das trocas bilaterais, de maneira tanto quanto possível equilibrada, numa perspectiva de longo prazo.

10. Dentro desse espírito, e com vistas a contribuir positivamente para o pleno aproveitamento das perspectivas de expansão do intercâmbio, em nível compatível com as potencialidades e complementaridades das economias dos dois países, o Governo brasileiro:

a) concorda em elevar suas compras de petróleo bruto da República Popular da China para o nível de 3 milhões de toneladas em 1986 e, se possível, manter essa meta para 1987 e 1988.

As duas empresas operadoras, Petrobrás e Sinochen, manterão entendimentos a respeito dos tipos de petróleo a se-

rem fornecidos em 1986, assegurada à Petrobrás a importação de uma quantidade mínima de petróleo leves, igual à recebida em 1985.

A Parte brasileira tem o direito de, através de entendimentos prévios entre a Petrobrás e a Sinochen, reexportar para terceiros mercados a quantidade adicional adquirida em 1986.

- b) manifesta o interesse em adquirir carvão metalúrgico da República Popular da China, em quantidades a serem negociadas, e de acordo com especificações técnicas a serem definidas. Neste contexto, as empresas operadoras brasileiras registram a intenção de receber desde já, missões técnicas, amostras e "trial cargoes", para aprofundar a discussão sobre o assunto;
- c) toma nota do interesse do Governo da República Popular da China em exportar arroz, milho e algodão e, a esse respeito, assegura que, na hipótese de o Brasil vir a importar esses produtos, para complementar parcialmente o abastecimento doméstico, as ofertas chinesas serão estudadas com todo o interesse, no melhor espírito de contribuir para a diversificação do comércio. Nesse sentido, o Governo da República Federativa do Brasil expressa sua satisfação em ver concretizadas as primeiras operações de compra de arroz chinês, no volume de 32.000 toneladas;
- d) em apoio ao esforço de promoção do intercâmbio bilateral, propõe o aprofundamento das discussões em torno da questão do frete marítimo, de modo a favorecer, tanto quanto possível, o barateamento dos produtos comercializados entre os dois países;
- e) manifesta o interesse no desenvolvimento de um programa de cooperação tecnológica e econômica, no setor de transportes, com ênfase, numa fase inicial, nas modalidades portuária e rodoviária. Com esse objetivo, os Governos da República Federativa do Brasil e da República Popular da China comprometem-se a tomar as providências cabíveis, com vista à troca de missões técnicas, para dar seguimento às discussões sobre o assunto.

11. O Governo da República Popular da China expressa sua disposição em colaborar com o Governo da República Federativa do Brasil, com vistas à implementação dos propósitos enunciados no parágrafo anterior e:

- a) concorda em que suas compras de produtos siderúrgicos brasileiros para 1986 — incluídas neste total as compras de ferro-gusa — sejam superiores às de 1985, e, se possível, manter esse novo volume em 1987 e 1988;
- b) concorda em elevar suas compras de minério de ferro brasileiro ao nível de 2,5 milhões de toneladas em 1986, e, se possível, manter ou ampliar esse volume em 1987 e 1988;
- c) toma nota do interesse brasileiro em exportar 50 mil toneladas de celulose para a República Popular da China em 1986 e, a esse respeito, assegura que as propostas brasileiras serão estudadas com todo o interesse;
- d) concorda em importar, com esforços, em 1986, 50 mil toneladas de alumínio de lingote ao Brasil;
- e) manifesta o interesse em continuar a adquirir toras de madeira brasileira, em quantidades a serem definidas. O Governo brasileiro toma nota do interesse chinês por esse produto e assegura que serão concedidas faci-

lidades às empresas brasileiras, para que vendam o produto à República Popular da China, enquanto permanecer a autorização temporária de exportação pelo Brasil;

- f) toma nota do interesse brasileiro em exportar diversos tipos de veículos e bens de consumo brasileiros; e
- g) manifesta a intenção de continuar a adquirir, em 1986, produtos petroquímicos brasileiros, se possível em quantidades equivalentes à média dos dois últimos anos.

12. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China registram com satisfação o amplo intercâmbio de missões científicas e técnicas que identificaram áreas precisas de cooperação científica e tecnológica em matéria de agricultura, pecuária, piscicultura, silvicultura, saúde, hidreletricidade, microeletrônica e informática, espaço, metrologia e normalização. Os dois Governos manifestam seu empenho cabal em promover, com base nesse trabalho de identificação e nas decisões da 1ª Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica, medidas de ação concretas com vista a executar os projetos de cooperação já definidos.

13. Os dois Governos manifestam seu especial interesse na cooperação científica e tecnológica em matéria de hidreletricidade, em recursos minerais para fins siderúrgicos, geociências e exploração petrolífera, pela importância de que se reveste o aproveitamento ótimo dos recursos naturais dos dois países para os respectivos processos de desenvolvimento. Os dois Governos expressam, ademais, a intenção de ampliar, no campo específico da energia hidrelétrica, o atual nível de cooperação tecnológica, em especial no que se refere às pequenas centrais hidrelétricas. Ambos os Governos registram, ainda, seu propósito de desenvolver laços de cooperação em matéria de tecnologia de transportes e siderurgia. Para regular essa cooperação, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China assinam, nesta ocasião em que se registra a visita oficial ao Brasil do Senhor Zhao Ziyang, Primeiro-Ministro da República Popular da China, o Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia e o Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências.

14. Os dois Governos incentivarão os órgãos competentes de ambos os países a assinar, em data a ser definida de comum acordo, protocolos de cooperação nas outras áreas acima mencionadas.

Feito em Brasília, ao 19 dia do mês de novembro de 1985, em dois exemplares originais, nos idiomas português e chinês sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

Olavo Egydio Setubal

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA:

Chen Muhua

brasil e rfa assinam nove ajustes complementares para cooperação técnica

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Egydio Setúbal, e o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, Walter Gorenflos, assinaram, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, os seguintes Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica: Ajuste sobre o prosseguimento, por três anos, do projeto "Supervisor de primeira linha e preparação de multiplicadores"; Ajuste sobre o projeto "Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina"; Ajuste sobre o projeto "Desenvolvimento de Técnicas Administrativas e Recursos Humanos"; Ajuste sobre o prosseguimento do projeto "Manejo e Conservação do Solo na Amazônia Oriental"; Ajuste sobre o projeto "Pós-Graduação em Ciências Geodésicas"; Ajuste com vistas à promoção da cooperação industrial no Estado de Minas Geodésicas"; assinado em 22 de novembro de 1985; Ajuste sobre o projeto "Desenvolvimento Cooperativista nos Perímetros Irrigados do DNOCS", assinado em 29 de novembro; Ajuste sobre o projeto de Cooperação Técnica "Formação de Técnicos Florestais a Nível de 2º Grau no Colégio Presidente Costa e Silva, de Irati - PR"; e Ajuste sobre o prosseguimento do projeto de cooperação técnica entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Albert-Ludwig, intitulado "Desenvolvimento do Ensino Superior de Engenharia Florestal", assinado em 27 de dezembro de 1985.

AJUSTE SOBRE O PROJETO "SUPERVISOR DE PRIMEIRA LINHA E PREPARAÇÃO DE MULTIPLICADORES"

A Sua Excelência o Senhor
Walter Gorenflos,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento de sua Nota EZ/820, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota DCOPT/DE-I/261/644 (B46) (F36), de 15 de outubro de 1984, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o prosseguimento, por três anos, do projeto "Supervisor de 1ª Linha e Preparação de Multiplicadores".

I

O Governo da República Federal da Alemanha, através de contribuições do Estado de Baden-Württemberg, e o Governo da República Federativa do Brasil promoverão esse projeto, que tem por objetivo formar:

- a) supervisores de 1ª linha em São Paulo e
- b) docentes e especialistas do SENAI, nos setores da pneumática e hidráulica.

II

Ao Governo da República Federal da Alemanha, através de contribuições do Estado de Baden-Württemberg, caberá:

- a) Para o sub-projeto "Formação de Supervisores de 1ª linha em São Paulo":

1. Enviar a São Paulo, por um período máximo total de 86 homens/mês,

- a) um especialista em formação de supervisores (chefe e coordenador da equipe alemã),
- b) um instrutor para ensino teórico (engenheiro metalúrgico),
- c) peritos a curto prazo;

2. fornecer o necessário material didático;

3. facultar a técnicos brasileiros, pelo período total de 24 homens/mês, cursos de formação e aperfeiçoamento na República Federal da Alemanha;

4. encarregar-se do transporte e seguro do material referido no parágrafo 2, até o local do projeto.

- b) Para o sub-projeto "Formação de docentes e especialistas do SENAI nos setores da pneumática e hidráulica":

1. Designar um coordenador na República Federal da Alemanha;

2. enviar, por seminário, dois técnicos para colaborarem no desenvolvimento e na execução do programa de 4 seminários com a duração máxima de 08 semanas, cada um;

3. custear as despesas com viagens e honorários dos especialistas alemães;

4. facultar a técnicos brasileiros, pelo período total de 4 homens/mês, cursos de formação e aperfeiçoamento na República Federal da Alemanha;

5. custear, até o local do projeto, aquisição, transporte e seguro dos equipamentos, a serem ainda definidos pormenorizadamente, destinados a completar as salas de aula para a formação em comando hidráulico e pneumático.

III

Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

- a) Para o sub-projeto "Formação de supervisores de 1ª linha em São Paulo":

1. Designar, para atuar no projeto, o necessário pessoal técnico, auxiliar e administrativo;

2. colocar à disposição do projeto as instalações necessárias;

3. custear as despesas de funcionamento e manutenção para os equipamentos à disposição do projeto;

4. arcar com as despesas de viagem dos bolsistas, mantendo-lhes os salários;

5. tomar providências para o pagamento, por cada homem/mês de atuação dos peritos, das contribuições para o aluguel e as viagens a serviço dos técnicos alemães, à conta do escritório para a administração dos projetos da GTZ em Brasília, num montante global equivalente a 25 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN);

6. assegurar, na formação de supervisores de 1ª linha, a colaboração entre os Departamentos Regionais do SENAI, responsáveis pelos projetos, em São Paulo e em São Leopoldo.

b) Para o sub-projeto "Formação de docentes e especialistas do SENAI nos setores da pneumática e hidráulica":

1. Designar um coordenador e dois técnicos que prepararão os programas dos seminários e os executarão com os especialistas alemães;

2. providenciar o pagamento dos salários dos técnicos brasileiros, bem como as despesas com viagens dentro e fora do país;

3. cobrar do SENAI o custeio e as despesas com alojamento, alimentação e viagens dentro do Brasil para o coordenador e os dois técnicos alemães;

4. arcar com as despesas relativas aos equipamentos necessários e o material didático, que não possam ser importados para os seminários;

5. custear as despesas com tradução e impressão de material didático, necessários para a realização dos seminários.

IV

Dos executores do projeto

1. O Governo do Estado de Baden-Württemberg encarregará da execução de suas contribuições ao projeto "Formação de supervisores de 1ª linha em São Paulo" a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH", Eschborn, e na implementação do projeto "Formação de docentes e especialistas do SENAI nos setores da pneumática e hidráulica" a "Deutsche Stiftung für Internationale Entwicklung — Zentralstelle für gewerbliche Berufsbildung (DSE/ZGB)", Mannheim.

2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), através do seu Departamento Regional de São Paulo.

O SENAI (Departamento Nacional) comprometer-se-á a realizar a coordenação global dos projetos e a facultar os

recursos financeiros necessários com vistas à sua implantação a nível nacional. Para este fim, o SENAI-Nacional (DN) constituirá uma comissão mista, encarregada de definir as condições desta implantação. A comissão será integrada por representantes do DN, Diretoria Técnica, da Assessoria de Cooperação Técnica Internacional (ASCOTI), dos Departamentos Regionais envolvidos e pelo Coordenador alemão do projeto.

3. O projeto será executado em estreita colaboração com a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha em São Paulo, bem como com empresas e indústrias locais.

4. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item estabelecerão conjuntamente, através de um plano operacional ou de outra forma adequada, os pormenores da implementação do projeto, adaptando-os, caso necessário, ao andamento do projeto.

V

De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10). O texto de 3 de novembro de 1980 tornar-se-á nulo com a entrada em vigor deste Ajuste.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens I a V, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

AJUSTE SOBRE O PROJETO "PRODUÇÃO DE FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA"

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflos,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ 445/132/668/85, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal DCOPT/DE-I/312/644 (B46) (F36), e ao Ajuste de 2 de abril de 1981, bem como em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os dois Governos, a Embaixada da República Federal da Alemanha tem a honra de propor ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto “Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina” (PN 79.2151.3) Fase II;

I. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil darão prosseguimento à cooperação destinada à introdução de novas tecnologias no cultivo de frutas de clima temperado no Estado de Santa Catarina, até 30 de junho de 1987.

O projeto visa a qualificar a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. — EMBASC para a realização autônoma de pesquisas e ensaios em determinados setores do cultivo de macieiras, a fim de que os métodos de assessoramento recomendados possam ser aplicados com proveito econômico por agricultores habilitados.

II. Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. Enviar os seguintes técnicos na qualidade de assessores:

- 1 técnico em fitopatologia de fruticultura, como chefe de equipe, pelo período de 36 homens/mês,
- 1 técnico em nutrição e adubagem de fruticulturas, pelo período máximo de 36 homens/mês,
- 1 técnico em fisiologia de árvores frutíferas, especializado em técnicas de cultivo de frutas, pelo período máximo de 36 homens/mês,
- especialistas a curto prazo e peritos para o equacionamento de questões específicas, particularmente nas áreas de:
 - estimativas de colheitas,
 - virologia,
 - nutrição e melhoramento do solo no cultivo de macieiras,
 - técnicas de armazenagem,
 - avaliação técnica do projeto, pelo período máximo de 7 homens/mês.

2. Fornecer para a execução do projeto os necessários aparelhos técnico-científicos, produtos auxiliares e material destinado ao equipamento e à operação dos laboratórios de fisiologia, fitomedicina, nutrição vegetal e adubagem, desde que esses não sejam fabricados no Brasil;

3. facultar estágios de formação e aperfeiçoamento fora do projeto, na República Federal da Alemanha ou em terceiros países, por um prazo de 3 meses, para até 6 técnicos brasileiros, que após o seu regresso atuarão no projeto.

A Seleção dos bolsistas será feita de comum acordo com o chefe de equipe enviado e o órgão brasileiro encarregado do projeto.

III. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. facultar, para a implementação do projeto, o pessoal técnico, administrativo e auxiliar necessário;

2. prestar aos técnicos alemães enviados apoio na execução das suas tarefas, colocando-lhes à disposição toda a documentação necessária;

3. facultar gratuitamente os terrenos, edifícios e laboratórios necessários para o projeto, bem como máquinas e aparelhos para ensaios de campo e pesquisas;

4. colocar à disposição dos técnicos enviados veículos de serviço, escritórios e salas de trabalho, bem como material de escritório, e custear as despesas de funcionamento, manutenção e seguro inerentes;

5. fornecer ao projeto os equipamentos e materiais de consumo de fabricação brasileira necessários, desde que estes não sejam fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha;

6. permitir a consultores agrícolas brasileiros a participação em cursos de aperfeiçoamento especiais a serem realizados pelo projeto e arcar com as respectivas despesas de pessoal, viagem, alimentação e alojamento;

7. designar técnicos parceiros adequados, permitindo-lhes, que de comum acordo com o chefe de equipe alemão, participem em estágios de aperfeiçoamento na República Federal da Alemanha ou em terceiros países e providenciar a continuação do pagamento dos seus respectivos vencimentos. Providenciar, além disso, a conclusão de convênios específicos, a fim de que os técnicos brasileiros atuem no âmbito do programa de fruticultura em Santa Catarina, após o término dos seus estágios de aperfeiçoamento;

8. estabelecer ou proporcionar contatos com as organizações de extensão rural, bem como com instituições nas quais sejam realizadas atividades de pesquisa, com o objetivo de divulgar os fundamentos de consultoria já elaborados;

9. permitir aos técnicos enviados a participação em cursos, seminários e congressos;

10. planejar regularmente e colocar à disposição recursos orçamentários suficientes, para assegurar o prosseguimento contínuo e eficiente das atividades de ensaio e pesquisa, após o término do apoio alemão;

11. aquiescer em que os dados resultantes das pesquisas e ensaios sejam transmitidos ao projeto supra-regional da GTZ “Avaliação Central de Ensaios e Coleta de Dados”, em Eschborn.

IV. Organização e Implementação:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a “Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH”, em 6236 Eschborn.

2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A.

3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item estabelecerão conjuntamente, através de um plano operacional, os pormenores da implementação do projeto, adaptando-os, caso necessário, a seu andamento.

V. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10), e do Ajuste de 2 de abril de 1981.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens I a V, esta Nota e a de resposta do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, em que se expresse sua concordância, constituirão Ajuste entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta.

A Embaixada da República Federal da Alemanha aproveitou a oportunidade para reiterar ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil os protestos da sua mais elevada consideração”.

Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setubal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

AJUSTE SOBRE O PROJETO “DESENVOLVIMENTO DE TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS E RECURSOS HUMANOS”

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflos,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº RZ/143/818, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal DCOPT/DE-I/285/644 (B46) (F36) de 8 de novembro de 1984, ao Ajuste de 11 de maio de 1982 e em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto “Desenvolvimento de Técnicas Administrativas e Recursos Humanos” (PN 81.2049.5):

I

O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil darão prosseguimen-

to, por um período máximo de 2 anos, à promoção conjunta do desenvolvimento de técnicas administrativas.

II

Para esse fim, ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

- a) prorrogar os contratos dos quatro técnicos a longo prazo, por um período máximo individual de 24 homens/mês,
- b) enviar técnicos a curto prazo para tarefas especiais, por um período máximo de 12 homens/mês, e
- c) fornecer equipamentos para fins de ensino, bem como material de treinamento e literatura especializada.

III

De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10), e o Ajuste de 11 de maio de 1982.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens I a III, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração”.

Em resposta informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setubal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

AJUSTE SOBRE O PROJETO “MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO NA AMAZÔNIA ORIENTAL”

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflos,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota CR 445/127/667 datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Com referência ao Ajuste de 8 de maio de 1984, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Ex-

celência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o prosseguimento do projeto "Manejo e Conservação do Solo na Amazônia Oriental" (PN 77.2209.3):

I. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil darão prosseguimento à cooperação iniciada em 1979 no Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU) da EMBRAPA, em Belém.

II. Para esse fim, o Governo da República Federal da Alemanha está disposto a prorrogar, pelo prazo de 18 meses, o período da atuação do economista agrário enviado, isto é, até 30 de novembro de 1986.

III. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições dos acima mencionados Ajustes de 8 de maio de 1984 e do Acordo Básico de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens I e III, esta nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais elevada consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setubal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

AJUSTE SOBRE O PROJETO "PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS GEODÉSICAS"

A Sua Excelência o Senhor Doutor Walter Gorenflös,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ 624.40/1/816/85, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência às Notas verbais de 03 de novembro de 1983 — DCOPT/DE-I/366/644 (B46) (F36), e de 17 de setembro de 1984 — DCOPT/DE-I/225/644 (F36) (B46) e ao Ajuste de 22 de dezembro de 1980, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os dois Gover-

nos, a Embaixada da República Federal da Alemanha tem a honra de propor ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil o seguinte Ajuste sobre o projeto "Pós-Graduação em Ciências Geodésicas" (PN 77.2517.9):

I. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil estão de acordo em dar prosseguimento, por um período de 3 anos, à promoção conjunta do projeto na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, no campo da Geodésia, e em fomentar na Universidade Federal de Pernambuco, no Recife, a criação de um curso de mestrado no campo da Fotogrametria.

II. Para esse fim, ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1.a) Enviar para a Universidade de Curitiba:

- 1 técnico, na função de professor universitário de geodésia/fotogrametria, por um período máximo de 31 homens/mês;
- 10 técnicos, na função de docentes a curto prazo, por um período máximo de 10 homens/mês;
- 2 técnicos, na função de peritos a curto prazo a nível técnico, por um período máximo de 6 homens/mês, bem como;
- 4 técnicos, na função de tutores, para colaborarem em cursos de formação, por um período máximo de 12 homens/mês.

b) Proporcionar:

- bolsas de estudo para cursos de aperfeiçoamento no estrangeiro, por um período máximo de 48 homens/mês e

c) Fornecer:

- aparelhos científicos, equipamento laboratorial e material didático para a geodésia e a fotogrametria.

2.a) Enviar para a Universidade do Recife:

- 1 técnico, na função de professor universitário de fotogrametria pelo período máximo de 36 homens/mês;
- 6 técnicos, na função de docentes a curto prazo, pelo período máximo de 6 homens/mês; e
- 2 técnicos, na função de instrutores, para colaborarem em cursos de formação, por um período máximo de 6 homens/mês.

b) Proporcionar:

- bolsas de estudo, para cursos de aperfeiçoamento no exterior, pelo período máximo total de 36 homens/mês, e
- bolsas de estudo para medidas de aperfeiçoamento, por um período máximo de 3 homens/mês.

c) Fornecer:

- aparelhos científicos, equipamento e material didático para a fotogrametria.

III. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

- colocar à disposição os recintos necessários para o ensino e a pesquisa;

- proporcionar bolsas de estudo e vagas para 10 bolsistas;
- garantir a continuação do pagamento dos vencimentos aos membros do corpo docente durante o seu estágio de aperfeiçoamento no estrangeiro; e
- tomar providências para que o executor nacional arque com as despesas que surgirem em consequência do fornecimento dos aparelhos científicos (manutenção, conserto, etc.).

IV. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim, e o Ajuste de 22 de dezembro de 1980.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens I a IV, esta Nota Verbal e a de resposta do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, em que se expresse a concordância do mesmo, constituirão um Ajuste entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta.

A Embaixada da República Federal da Alemanha aproveitou esta oportunidade para reiterar ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil os protestos da sua mais elevada consideração."

Em resposta informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setubal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

AJUSTE PARA PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO INDUSTRIAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Sua Excelência o Senhor Doutor Walter Gorenflös, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota, EZ/445/151/819/85, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à solicitação do seu Governo de 23 de janeiro de 1984 bem como em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste, com vistas à promoção da cooperação industrial no Estado de Minas Gerais:

I. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil convêm em pro-

mover, conjuntamente, o encaminhamento de um "Programa de Cooperação Industrial" nos setores da exportação, transferência de tecnologia e investimentos entre pequenas e médias empresas no Brasil, particularmente em Minas Gerais.

Com isso, pretende-se apoiar eficazmente, inclusive junto aos países membros da Comunidade Européia, os esforços do Brasil, e em especial de Minas Gerais, no sentido de aumentar a capacidade produtiva da indústria de pequeno e médio porte, geradora de empregos, e a capacidade competitiva da produção junto ao mercado da CEE. Está previsto transferir essas tarefas, após o término do projeto, para uma instituição de "auto-ajuda" que trate da promoção da economia e do desenvolvimento.

II. Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

- a) enviar um técnico, pelo período máximo de 36 homens/mês;
- b) colocar um técnico especializado em promoção, na República Federal da Alemanha, pelo período máximo de 36 homens/mês;
- c) enviar técnicos a curto prazo, pelo período máximo de 18 homens/mês;
- d) custear as despesas com transporte, diárias e hospedagem do técnico referido no item III, parágrafo 1, alínea "c", abaixo mencionado, quando de viagens realizadas no âmbito do projeto, na República Federal da Alemanha; pagar, além disso, um subsídio de aluguel, para esse técnico, na República Federal da Alemanha;
- e) arcar com as despesas de viagem aérea à República Federal da Alemanha para até quatro especialistas setoriais e dois colaboradores da instituição brasileira de contrapartida;
- f) possibilitar o envio de técnicos do "Serviço de Peritos Seniors" para o solucionamento de problemas específicos existentes em empresas brasileiras;
- g) custear as despesas com um escritório de projeto na República Federal da Alemanha, particularmente as despesas com uma secretária bilingüe, bem como as despesas com equipamento de escritório e meios de promoção.

III. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. Colocar à disposição do projeto:

- a) dois colaboradores em regime de tempo integral;
- b) especialistas setoriais (em regime de tempo parcial), por um período máximo de 46 homens/mês;
- c) um técnico, por um período que deverá ser acertado entre as instituições executoras, a ser enviado para a República Federal da Alemanha;
- d) um escritório para todos os colaboradores do projeto;
- e) uma sala para exposições junto à entidade de contrapartida.

2. Tomar providências para que sejam pagos:

- a) os custos das viagens (inclusive as de alojamento) dos peritos alemães e brasileiros no Brasil, bem como as diárias dos técnicos brasileiros;
- b) as despesas de viagens aéreas na República Federal da Alemanha do técnico referido no item III, parágrafo 1, alínea "c", bem como aquelas decorrentes das viagens

do coordenador brasileiro do projeto e outros colaboradores da instituição brasileira de contrapartida. Cobrir também as despesas de transporte e estada na República Federal da Alemanha do coordenador e dos colaboradores da instituição brasileira de contrapartida;

- c) o aluguel para o técnico referido no item II alínea "a".

VI. Os técnicos alemães e os brasileiros terão conjuntamente as seguintes atribuições:

- a) prestar assessoria na criação ou promoção de estabelecimentos de "auto-ajuda econômica", ou seja, de órgãos estatais de promoção da economia;
- b) assessorar o Governo ou outros órgãos, se for o caso, na adaptação de medidas estatais e de leis às exigências do desenvolvimento da economia privada, a fim de facilitar o acesso dos produtos brasileiros aos mercados na República Federal da Alemanha e da Comunidade Européia;
- c) assessorar pequenas e médias empresas no Brasil, especialmente em Minas Gerais, e na República Federal da Alemanha, com o objetivo de proporcionar-lhes melhores conhecimentos sobre as possibilidades de cooperação existentes;
- d) preparar o caminho para contatos entre empresas brasileiras e alemãs, ou seja, européias, e identificar possibilidades de cooperação;
- e) preparar atividades de promoção, seminários para empresários e a participação de homens de negócios brasileiros em feiras, colaborando na execução desses eventos.

V. Além das tarefas conjuntas referidas no item IV, alíneas "a" a "e", os técnicos da República Federal da Alemanha e da República Federativa do Brasil e/ou do Estado de Minas Gerais assumirão as seguintes tarefas específicas:

1. os peritos colocados à disposição pela República Federal da Alemanha esforçar-se-ão pela promoção deste projeto de cooperação industrial naquele país e na Comunidade Européia;
2. os técnicos brasileiros de contrapartida esforçar-se-ão pela respectiva promoção no Estado de Minas Gerais e nos demais Estados brasileiros.

VI. O Governo da República Federativa do Brasil assegurará aos técnicos enviados toda espécie de apoio na execução das tarefas que lhes forem confiadas, garantindo a prestação das contribuições necessárias para a execução do projeto (desde que essas não sejam assumidas, nos termos deste Ajuste, pelo Governo da República Federal da Alemanha).

VII. 1. O governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (GTZ)", 6236 Eschborn 1, e, eventualmente, a "Deutsche Finanzierungsgesellschaft für Beteiligungen in Entwicklungsländern GmbH (DEG)", 5000 Köln 41.

2. Os Governos da República Federativa do Brasil e/ou do Estado de Minas Gerais encarregarão da execução do projeto o Instituto de Desenvolvimento de Minas Gerais — INDI (instituição de contrapartida).

3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 acima poderão determinar conjuntamente os pormenores da execução deste Ajuste, num plano operacional ou de outra forma adequada, adaptando-os, caso necessário, ao andamento do projeto e aos termos da carta de intenções assinada entre o INDI e a GTZ, em 31 de agosto de 1983.

VIII. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a VIII, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setubal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

AJUSTE SOBRE O PROJETO "DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO DNOCS"

A Sua Excelência o Senhor

Walter Gorenflor,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ 445/122/666/85 datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota DCOPT/DE-I/254/644 (B46) (F36), de 3 de agosto de 1983, e aos Ajustes de 15 de junho de 1977 e 9 de dezembro de 1980, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os dois Governos, a Embaixada da República Federal da Alemanha tem a honra de propor ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto "Desenvolvimento Cooperativista nos Perímetros Irrigados do DNOCS".

I

O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil concordam em dar prosseguimento, pelos prazos abaixo mencionados, à promoção conjunta do cooperativismo nos perímetros irrigados do polígono das secas, que se encontram sob a orientação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com o objetivo de criar cooperativas autônomas e incrementar a produção agrícola.

II

Para esse fim, ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

- prorrogar o período da atuação dos dois técnicos encarregados dos setores da economia agrícola e da extensão rural, pelo prazo máximo de 15 homens/mês, para cada um;
- enviar, em lugar do técnico que entrementes se retirou do projeto, um substituto para o setor da consultoria cooperativista, pelo prazo máximo de 15 homens/mês;
- colocar à disposição até dois técnicos a curto prazo, pelo período máximo de 4 homens/mês;

III

O Governo da República Federativa do Brasil, através do DNOCS, assume o financiamento de seminários sobre questões específicas.

IV

De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10), e dos Ajustes de 15 de junho de 1977 e de 9 de dezembro de 1980.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens I e IV esta Nota Verbal e a de resposta do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, em que se expresse a concordância do mesmo, constituirão um Ajuste entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta.

A Embaixada da República Federal da Alemanha aproveitou esta oportunidade para reiterar ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil os protestos da sua mais elevada consideração.

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setubal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

AJUSTE SOBRE PROJETO "FORMAÇÃO DE TÉCNICOS FLORESTAIS A NÍVEL DE 2º GRAU NO COLÉGIO PRESIDENTE COSTA E SILVA, DE IRATI, NO PARANÁ"

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 445/80/922/85, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota DCOPTDE-1/63/644 (B46) (F36), e ao Ajuste de 20 de julho de 1978, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto de Cooperação Técnica "Formação de Técnicos Florestais a Nível de 2º Grau no Colégio Presidente Costa e Silva de Irati — PR" (PN 76.2036.2):

I

1. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil darão prosseguimento à cooperação iniciada em 1979 e destinada à formação de técnicos florestais, por um período de mais 3 anos, ou seja, até 31 de março de 1987.

2. O projeto tem, em substância, as seguintes finalidades:

- promover a formação de técnicos florestais na Escola de Técnicos Florestais em Irati;
- qualificar instrutores de trabalhadores florestais;
- assessorar entidades brasileiras federais e estaduais em todas as questões relativas à formação, ao aperfeiçoamento e à atuação de técnicos florestais e trabalhadores florestais especializados.

II

Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. Enviar os seguintes técnicos, na qualidade de consultores:

- 1 técnico especializado em engenharia florestal e madeira, na qualidade de coordenador do projeto e Chefe de equipe, pelo período máximo de 36 homens/mês;
- 3 técnicos especializados em engenharia florestal, pelo período máximo individual de 24 homens/mês, no total de 72 homens/mês;
- especialistas a curto prazo e peritos para o equacionamento de questões específicas, pelo período máximo de 10 homens/mês;

2. Designar, se necessário, assistentes de projeto para fins de treinamento, por um período máximo total de 24 homens/mês.
3. Fornecer para a execução do projeto o material técnico necessário, máquinas, meios de transporte e instrumentos de trabalho.
4. Estar disposto a facultar estágios de formação e aperfeiçoamento fora do projeto, na República Federal da Alemanha ou em terceiros países, para um número máximo de 6 técnicos, que após o seu regresso atuarão no projeto.

III

Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. Facultar, para a implementação do projeto, os técnicos necessários, bem como pessoal administrativo e auxiliar em número suficiente, nomeadamente:
 - engenheiro florestal diplomado, com a função básica de Diretor da Escola de Técnicos Florestais e instrutor em silvicultura,
 - 8 engenheiros florestais diplomados, com a função básica de instrutores em silvicultura,
 - 5 técnicos florestais, com a função básica de instrutores em silvicultura,
 - 3 instrutores para as matérias gerais e básicas,
 - 1 perito (tempo parcial) no Ministério da Educação em Curitiba.
2. Arcar, no âmbito das possibilidades existentes, com as despesas do funcionamento corrente e da manutenção da Escola de Técnicos Florestais em Irati, bem como das instalações com ela relacionadas, custeando, inclusive, os seguros necessários.
3. Arcar, no âmbito das possibilidades existentes, com as despesas de combustíveis, manutenção, conservação e seguro dos veículos de serviço e de outras instalações em uso no âmbito do projeto.
4. Permitir ao pessoal especializado em silvicultura a participação em cursos especiais de aperfeiçoamento realizados pelo projeto e arcar com as despesas de pessoal, viagem, alimentação e alojamento inerentes.
5. Permitir aos técnicos enviados a participação em cursos, seminários e congressos.
6. Estabelecer ou proporcionar contatos com outras instituições, bem como com escolas nas quais é realizada ou está prevista a realização da formação de técnicos florestais.
7. Realizar um planejamento orçamentário próprio e diferenciado para todas as atividades parciais, destinado a possibilitar a entrega posterior do projeto.
8. Executar as medidas de construção ainda pendentes da Escola de Técnicos Florestais em Irati (reforma do edifício principal antigo).

IV

Organização e execução:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução das suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH", 6236 Eschborn 1.
2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em Curitiba.
3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item estabelecerão conjuntamente os pormenores da implementação do projeto num plano operacional, adaptando-o, caso necessário, ao andamento do projeto.

V

De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10) e o Ajuste de 20 de julho de 1978.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a V, esta nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois países, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setubal.

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

AJUSTE SOBRE O PROJETO "DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR DE ENGENHARIA FLORESTAL"

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflos
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 624.40/9/817/85 datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Com referência à nota verbal DCOPT/DE-I/ 9, de 1979, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o prosseguimento do projeto de cooperação técnica, entre a Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, e a Universidade Albert-Ludwig, em Freiburg, intitulado “Desenvolvimento do Ensino Superior de Engenharia Florestal” (PN 69.2513.5):

I

— O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil continuarão a apoiar, conjuntamente, por um período de, no máximo, três anos, a ter início na data da assinatura deste Ajuste, a Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, na estruturação e ampliação do Curso de Engenharia Florestal. A fase do projeto ora ajustada visa, através da execução de projetos de pesquisa selecionados por ambas as partes nos cinco principais ramos de especialização implantados até agora — silvicultura, ordenamento florestal, proteção florestal, solos florestais e tecnologia de madeira — a:

1. consolidar e aprofundar os resultados até agora alcançados o projeto através da ampliação da experiência e dos conhecimentos científicos das contrapartes formadas, bem como do fortalecimento de suas relações científicas internacionais;
2. traduzir os resultados de pesquisa até agora alcançados em conceitos utilizáveis na prática e na política florestal;
3. promover projetos de pesquisa que possibilitem aplicação, a curto prazo, a nível nacional.

II

Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. enviar especialistas alemães a curto prazo (professores visitantes) até o total de 65,5 homens/mês;
2. facultar a cientistas brasileiros, no âmbito deste projeto, estágios de pesquisa na República Federal da Alemanha até o total de 56,5 homens/mês;
3. fornecer, cif/porto de desembarque, instrumentos, materiais de laboratório e de consumo até o montante total de DM 224.000 (duzentos e vinte e quatro mil marcos alemães), incluídas despesas de transporte e seguro.

III

Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. tomar providências para assegurar que:
 - a) os técnicos e auxiliares brasileiros necessários à implementação dos projetos de pesquisa, mencionados no item I, inclusive para a implementação de ensaios e avaliação, estejam à disposição, garantindo-se a execu-

ção das medidas administrativas do projeto por 1 funcionário local qualificado;

- b) especialistas brasileiros sejam designados para estágio na República Federal da Alemanha;
 - c) os referidos especialistas sejam dispensados de suas atividades pelo prazo de seu estágio na República Federal da Alemanha, voltando, após o término do mesmo, a trabalhar no ramo de sua especialização no Brasil; e
 - d) as instalações técnicas da Universidade Federal do Paraná e do Curso de Engenharia Florestal, inclusive todos os serviços de apoio, sejam colocados à disposição do projeto, para a efetiva implementação do mesmo.
2. colocar à disposição os necessários recursos operacionais e custear as despesas de funcionamento e manutenção de todos os veículos, máquinas e instrumentos utilizados no projeto, bem como as despesas das viagens a serviço dos técnicos brasileiros dentro do Brasil;
 3. cuidar da preparação, tradução e, se necessário, publicação das análises científicas dos projetos de pesquisa, realizados a fim de que os mesmos possam ser aplicados, a curto prazo, a nível nacional; e
 4. isentar o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e demais gravames fiscais, providenciando o seu imediato desembaraço alfandegário e transporte até o local do projeto.

IV

- Os equipamentos fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha passarão, quando de sua chegada ao território brasileiro, ao patrimônio da República Federativa do Brasil, devendo, no entanto, permanecer à inteira disposição do projeto e dos técnicos alemães enviados, até que se integralize a execução de suas tarefas.

V

— Dos executores do projeto:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a “Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH” (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em 6236 Eschborn. A GTZ, por sua vez, incumbirá do envio dos especialistas alemães a curto prazo, bem como dos estágios de pesquisa para os cientistas brasileiros o “Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD) e.v.” (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico), em 5300 Bonn, e da coordenação técnica, a Universidade Albert-Ludwig em Freiburg;
2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto a Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, que designará um coordenador para acompanhar a sua execução;
3. os órgãos encarregados, nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item, poderão estabelecer conjuntamente, através de um plano operacional ou de outra forma adequada, os pormenores da implementação do projeto, adaptando-os, caso necessário, no decorrer de sua execução.

VI

- De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a VI, esta nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informa Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setubal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

brasil e argentina regulamentam uso da ponte "presidente tancredo neves"

Acordo, por troca de Notas, sobre a habilitação, manutenção e conservação da Ponte "Presidente Tancredo Neves", assinado, em Foz do Iguaçu, em 29 de novembro de 1985, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Olavo Setúbal, e pelo Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Dante Caputo.

A Sua Excelência
Senhor Dante Caputo,
Ministro de Relações Exteriores e Culto
da República Argentina.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para referir-me à próxima habilitação da ponte "Presidente Tancredo Neves", que une as cidades de Porto Meira (Brasil) e Porto Iguaçu (Argentina), construída pelos dois países através da Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu (COMIX), criada pelo Acordo, por troca de notas, de 17 de maio de 1980.

2. A esse propósito, havendo sido finalizada a obra, considero ser necessário especificar alguns pontos relativos à jurisdição de cada país na ponte, assim como aos trabalhos de conservação e manutenção que a mesma requererá no futuro.

3. Assim sendo, o Governo brasileiro concorda com os seguintes pontos:

- a) para efeitos do exercício da jurisdição de cada país especificamente na ponte "Presidente Tancredo Neves", considerar-se-á como linha divisória a metade geométrica do vão central da mesma, sem prejuízo da linha de limites definida pelo Tratado de Limites assinado em 06 de outubro de 1898, no Rio de Janeiro, entre os dois países;
- b) cada país se responsabiliza pela conservação dos acessos à ponte e do centro de fronteira situados em seu território;
- c) os trabalhos ordinários de conservação e manutenção da ponte correrão por conta dos organismos viais de cada país no setor respectivo, os quais coordenarão sua atuação, sempre que necessário, para conservar a estética e homogeneidade da obra;
- d) ambos os países comprometem-se a desenvolver seus máximos esforços a fim de garantir as melhores condições de utilização e segurança da ponte;
- e) os trabalhos extraordinários que devam ser efetuados, no futuro, serão realizados sob o mesmo regime econômico acordado para a execução da obra por parte da COMIX, atuando, neste caso, como comitentes, em conjunto, os organismos viários dos dois países ou quem for por eles designados;
- f) os organismos técnicos pertinentes do Brasil e da Argentina estabelecerão os acordos e condições referentes às questões de trânsito de veículos e de pessoas através da ponte, bem como o ordenamento da circulação vial na mesma;
- g) não será cobrado pedágio ou qualquer outro imposto equivalente pelo uso da ponte; e
- h) ambos os países comprometem-se a adotar as medidas adequadas para que o centro de fronteira respectivo esteja habilitado em horário contínuo e a garantir a circulação na ponte sem interrupções horárias, sem prejuízo da aplicação das normas e disposições de direito interno vigentes na República Federativa do Brasil e na República Argentina.

4. Conseqüentemente, caso o Governo de Vossa Excelência concorde com o que precede, a presente Nota e a de Vossa Excelência, da mesma data e idêntico teor, constituirão um Acordo entre nossos Governos, que entrará em vigor a partir de 29 de novembro de 1985, data da inauguração e da habilitação da ponte "Presidente Tancredo Neves".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setubal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

ajuste brasil – argentina para cooperação no campo da biotecnologia.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Argentina, para cooperação no campo da Biotecnologia, assinado, em Foz do Iguaçu, em 30 de novembro de 1985, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Olavo Setúbal, e pelo Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Dante Caputo.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina,

Considerando as recomendações da Conferência de Ministros encarregados da Aplicação de Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento na América Latina e Caribe – CASTALAC II;

Reconhecendo o papel estratégico da biotecnologia para o desenvolvimento econômico, industrial e social do Brasil e da Argentina;

Tendo em vista os resultados promissores do Encontro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, realizado na cidade de Foz do Iguaçu, nos dias 18 e 19 de novembro de 1985, no qual se identificaram projetos e modalidades concretas de cooperação a nível científico e empresarial;

Inspirados no desejo de estimular a cooperação e o intercâmbio entre os dois países no campo da biotecnologia, de conformidade com o disposto no Artigo II do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em 17 de maio de 1980,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O Governo brasileiro designa como entidade responsável pela execução do presente Ajuste Complementar a Secretaria de Biotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Governo argentino designa, com a mesma finalidade, a Secretaria de Ciencia y Técnica.

ARTIGO II

Os dois Governos, através das entidades designadas no Artigo I, promoverão a cooperação no campo da biotecnologia, utilizando, entre outros, os seguintes mecanismos:

- intercâmbio de cientistas, pesquisadores, técnicos e professores, tendo como objetivos a pesquisa, a formação de recursos humanos, consultas e troca de experiências;
- o estímulo à realização de projetos industriais e tecnológicos, a serem desenvolvidos conjuntamente por empresas nacionais de ambos os países;
- realização de projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica, com vistas à solução de problemas de interesse recíproco;

- concessão de bolsas de estudo, de especialização e de aperfeiçoamento a nível técnico e de pós-graduação;
- intercâmbio de informação científica e tecnológica;
- organização e realização de cursos, conferências, seminários, simpósios e colóquios sobre temas de interesse comum;
- intercâmbio de materiais e equipamentos científicos necessários à realização dos programas e projetos conjuntos;
- qualquer outra modalidade convencionada pelas Partes em instrumentos complementares.

ARTIGO III

Para os fins do presente Ajuste as entidades responsáveis por sua execução:

- estabelecerão programas de cooperação conjunta através de reuniões de delegações ou por troca de correspondência. Estes programas deverão, em princípio, ser complementados ou revistos uma vez por ano e nessa oportunidade serão fixadas as áreas de interesse para o desenvolvimento das ações conjuntas;
- apresentarão esses programas e suas revisões, bem como os resultados alcançados, à Comissão Mista de Ciência e Tecnologia, conforme o disposto no Artigo VIII do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

ARTIGO IV

No âmbito dos programas de intercâmbio de cientistas, pesquisadores, técnicos e professores, cada país receberá, anualmente, visitantes qualificados, desde de que haja concordância prévia das entidades responsáveis pela execução do presente Ajuste. Nos programas de intercâmbio terão prioridade as ações relacionadas com a execução dos projetos e programas de cooperação mencionados no Artigo II do presente Ajuste.

ARTIGO V

As entidades designadas no Artigo I, em coordenação com as instituições de seus respectivos países, interessadas em participar nas atividades previstas neste Ajuste, facilitarão o intercâmbio de cientistas, pesquisadores, técnicos e professores, estabelecendo as medidas administrativas e técnico-científicas necessárias.

ARTIGO VI

Dentro do quadro do presente Ajuste poderão também ser colhidas candidaturas de cientistas, pesquisadores, técnicos e professores pertencentes a instituições de pesquisa, de seus respectivos países, fora do âmbito das entidades designadas responsáveis no Artigo I.

ARTIGO VII

As entidades participantes financiarão os gastos de transporte internacional de ida e volta de seus cientistas, pesquisadores, técnicos e professores, inclusive os deslocamentos internos que forem considerados necessários para a realização de suas missões.

ARTIGO VIII

Os visitantes serão propostos pela Parte remetente e deverão ter a aprovação da Parte receptora.

ARTIGO IX

Os assuntos que surgirem relacionados com patentes, direitos autorais e correlatos, além dos direitos de proteção e utilização dos resultados alcançados durante a execução do presente Ajuste, serão regulados segundo as disposições dos convênios internacionais sobre a matéria, dos quais fazem parte ambos os países, e pela legislação local.

ARTIGO X

Os mecanismos necessários à execução dos programas, projetos e atividades, decorrentes do presente Ajuste, serão estabelecidos mediante troca de correspondência entre as entidades designadas, com prévio conhecimento das autoridades correspondentes dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores.

ARTIGO XI

O presente Ajuste Complementar:

1. Entrará em vigor na data de sua assinatura.
2. Terá duração ilimitada, a menos que uma das Partes comunique à outra, por via diplomática, sua decisão de denunciá-lo. Neste caso a denúncia surtirá efeito seis meses após a data da notificação.
3. Em caso de denúncia do presente Ajuste os programas e projetos em execução não serão afetados, salvo se as Partes convierem de modo diferente.

ARTIGO XII

O presente Ajuste Complementar poderá ser alterado por troca de Notas, mediante concordância das Partes, entrando a alteração em vigor na data da nota de resposta.

Feito em Foz do Iguaçu, aos 30 dias do mês de novembro de 1985, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

Olavo Egydio Setubal

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ARGENTINA:

Dante Caputo

acordo brasil-urss sobre fornecimento de máquinas

Acordo, por troca de Notas, que modifica e prorroga o Acordo sobre fornecimento de máquinas e equipamentos da URSS ao Brasil e fornecimento de mercadorias brasileiras à URSS, celebrado, em Moscou, em 7 de dezembro de 1985, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e pelo Ministro do Comércio Exterior da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Boris Ivanovitch Aristov.

Senhor Ministro,

Com referência ao Acordo sobre Fornecimento de Maquinaria e Equipamentos da URSS ao Brasil e sobre o Fornecimento de Mercadorias Brasileiras à URSS, tenho a honra de confirmar os entendimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre os seguintes pontos:

- 1) o período para a conclusão dos contratos, estipulado no Artigo 1 do referido Acordo, que fora assinado em 24 de março de 1975, prorrogado, por Troca de Notas, em 26 de junho de 1978, 23 de março de 1979, 4 de outubro de 1979 e 20 de julho de 1982, fica prorrogado por um período adicional de três (3) anos, a contar de 31 de outubro de 1985;
- 2) a taxa de juros mencionada no Artigo 2 do referido Acordo mantém-se fixada em 6,5 por cento ao ano, para contratos com organizações e empresas estatais e paraestatais brasileiras, e 7,0 por cento por ano para contratos com empresas do setor privado;
- 3) o montante máximo do valor das máquinas e equipamentos para os quais, de conformidade com o Artigo 3 do referido Acordo, é concedido financiamento no valor de 85 por cento, mantém-se em até 20 milhões de dólares dos Estados Unidos da América por ano;
- 4) como garantia dos pagamentos, inclusive dos juros, dos referidos contratos, o Banco do Brasil e outras instituições bancárias, estatais e privadas, autorizadas pelo Banco Central do Brasil a realizar operações de câmbio, podem, segundo opção do Banco do Comércio Exterior da URSS, conceder aval ou garantia para os contratos concluídos de conformidade com o aludido Acordo;
- 5) o volume das compras de produtos brasileiros manufaturados, previsto no Artigo 6 do Acordo mencionado, mantém-se em 50 por cento do total do montante real das receitas anuais realizadas com as vendas de máquinas e equipamentos soviéticos fornecidos nos termos do presente Acordo;
- 6) fica entendido que as demais condições do referido Acordo permanecem inalteradas;
- 7) o presente Acordo não exclui a possibilidade de contratos para o fornecimento de máquinas e equipamen-

tos soviéticos para o Brasil e de produtos manufatura- dos brasileiros para a URSS em condições diferentes das estipuladas no item 5 desta Nota;

- 8) as disposições desta Nota serão aplicadas aos contra- tos concluídos a partir de 31 de outubro de 1985.

A presente Nota e a de Vossa Excelência, da mesma data e de idêntico teor, constituem Acordo entre nossos Go- vernos nas referidas matérias.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelên- cia os protestos de minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setubal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

brasil e urss assinam memorandum de entendimento

**Memorandum de Entendimento Brasil-URSS
relativo a consultas sobre assuntos de interesse
comum, assinado em Moscou, em 10 de
dezembro de 1985, pelo Ministro de Estado das
Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e pelo Ministro
dos Negócios Estrangeiros da União das Repúblicas
Socialistas Soviéticas, Edward Chevarnadze.**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas,

Reconhecendo a responsabilidade que corresponde a ambos os países na tarefa de contribuir para a manuten- ção da paz e da segurança e o encaminhamento de solu- ções justas e duradouras para os problemas internacionais contemporâneos, de acordo com os princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas,

Cônscios da conveniência da consideração conjunta da evolução da situação mundial e dos principais problemas internacionais,

Persuadidos da importância de estabelecer um mecanismo flexível e ágil de consulta sobre assuntos de interesse co- mum,

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. Sem prejuízo da constante utilização dos canais diplo- máticos ordinários, as duas Partes realizarão consultas, em princípio anualmente, para o exame da situação interna- cional.
2. O procedimento de consulta será conduzido através do Ministério das Relações Exteriores da República Federati-

va do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

3. Tais consultas realizar-se-ão, alternadamente, no Brasil e na União Soviética, no nível, datas e agendas que serão determinadas de comum acordo pelos canais diplomáticos normais. Poderão ser realizadas também consultas sobre tópicos da agenda de reuniões de organismos multilate- rais.

4. Por decisão conjunta, poderão ser criados grupos de estudo ou de trabalho para examinar questões específi- cas. Cada delegação poderá incluir outras autoridades, quando apropriado, tendo em conta a agenda das reuniões.

5. Este *memorandum* entrará em vigor na data da sua as- sinatura.

Moscou, em 10 de dezembro de 1985.

Ministro das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

Olavo Egydio Setubal

Ministro dos Negócios Estrangeiros
da União das Repúblicas Socialistas
Soviéticas

Edward A. Chevarnadze

atos bilaterais assinados no 4.º trimestre de 1985 e que não se acham em vigor.

Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis entre o Brasil e a Comunidade Económica Europeia (CEE), as- sinado em Bruxelas, em 8 de outubro de 1985.

Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a República Popular da China, celebrado em Bra- sília, em 1.º de novembro de 1985.

Acordo de Cooperação Económica e Técnica, entre o Bra- sil e URSS, celebrado em Moscou, em 10 de dezembro de 1985.

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a Suécia, que prorroga, por um período adicional de 10 anos, a Conven- ção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impos- tos sobre a Renda, de 25 de abril de 1975, celebrado em Brasília, em 18 de dezembro de 1985.

registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o Brasil é parte, ocorridos no 4º trimestre de 1985.

Acordo relativo aos sinais marítimos — 1930

Bélgica DENUNCIOU

Protocolo de emenda da convenção para repressão da circulação e do tráfico das publicações obscenas, concluída em Genebra a 12 de setembro de 1923 — 1947

Países Baixos DENUNCIARAM

Convenção relativa aos privilégios e imunidades das agências especializadas das Nações Unidas. — 1947

Seychelles e Itália aderiram
Alemanha R.F. aprovou

Convenção sobre a organização marítima consultiva intergovernamental (IMCO) — 1948

Honduras aceitou

Acordo sobre a importação de material educativo, científico e cultural e protocolo anexo. — 1950

São Marino — aderiu

Acordo sobre adoção de condições uniformes de homologação e o reconhecimento recíproco da homologação de equipamentos e peças de veículos a motor. Regulamento nº 40. — 1958

Áustria — aprovou

Acordo relativo à adoção de condições uniformes e reconhecimento recíproco de aprovação para equipamentos e acessórios de veículos a motor. — Regulamento nº 43 — 1958.

Iugoslávia — aprovou

Acordo sobre adoção de condições uniformes de homologação e o reconhecimento recíproco da homologação de equipamentos e peças de veículos a motor. — Regulamento nº 49 — 1958.

Alemanha Rep. Fed. aprovou.

Acordo sobre adoção de condições uniformes de homologação e o reconhecimento recíproco da homologação de equipamentos e peças de veículos a motor. — Regulamento nº 50. — 1958.

Iugoslávia — aprovou

Convenção sobre comércio de trânsito dos países mediterrâneos — 1965

Senegal — aderiu.

Convenção sobre substâncias psicotrópicas. — 1971

China — aderiu.

Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural. 1972.

China — aderiu.

Protocolo de emendas à convenção única sobre entorpecentes, 1961. (1972)

Grécia — ratificou

Convenção sobre prevenção da poluição por alijamento de resíduos e outras matérias. — 1972

China R.P. — aceitou

Emendas aos artigos 24 e 25 da constituição da organização mundial de saúde. — 1976.

R.F. da Alemanha — aceitou.

Protocolo ao acordo sobre importação de material educativo, científico e cultural, de 22/11/50. — (1976)

São Marino — aderiu

Resolução A. 400 (X). Emendas à convenção que instituiu a organização marítima consultiva intergovernamental. — 1977.

Bélgica — aceitou

Constituição da Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento industrial (UNIDO) — 1979.

Nova Zelândia — ratificou

Emendas ao acordo que estabelece o Banco Africano de Desenvolvimento — 1979.

Argentina e China — aceitaram.

Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. — 1979.

Guiné-Bissau, Mali, Uganda, Tanzânia, Tunísia, Bélgica e Argentina — ratificaram.
Chipre e Tailândia — aderiram

Acordo internacional para o estabelecimento de uma universidade para a paz e carta da universidade para a paz. — 1980.

Cuba — aderiu.

Sexto acordo internacional do estanho. — 1981.

Dinamarca — ratificou

Segundo protocolo adicional à constituição da União postal das Américas e Espanha. — 1981

Uruguai — ratificou

Acordo internacional sobre juta e produtos da juta. — 1982

Áustria — Aderiu

Convênio Internacional do Café de 1983. (Aprovado pela resolução nº 320 do Conselho Internacional do Café, durante sua 38ª sessão, 16 de setembro de 1982) — 1982.

Brasil e Zaire — ratificaram

Convenção internacional sobre a harmonização do controle de mercadorias em fronteiras. — 1982.

Finlândia, Noruega e Suécia — aderiram
Iugoslávia — ratificou

Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar (III confdimar) — 1982.

Tanzânia e Iraque — ratificaram

Acordo internacional da madeira tropical. — 1983.

Tailândia — aderiu

Acordo internacional do açúcar, de 1984 — (1984)

Áustria — ratificou
Haiti e Iraque — aderiram.

governo brasileiro repele ataque israelense às instalações da olp em tûnis

Comunicado à Imprensa, divulgado pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 19 de outubro de 1985:

O Governo Brasileiro recebe, com profunda consternação, as notícias do ataque israelense contra as instalações da OLP em Tûnis, organização que reconhecemos como legítima representante do povo palestino.

Não há justificativas para ações deste tipo, que vulneram profundamente os esforços da comunidade internacional voltados para que se chegue a uma paz justa e duradoura no Oriente Médio. Além do sofrimento causado a pessoas inocentes, elas servem apenas para aumentar as tensões, acirrar os ânimos e tornar mais distante o dia em que todas as nações do Oriente Médio possam coexistir pacificamente.

brasil lamenta execução do poeta sul-africano, benjamin moloise

Nota do Governo brasileiro, divulgada pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 19 de outubro de 1985:

O Governo brasileiro, profundamente contristado com a execução do poeta sul-africano Benjamin Moloise, associa-se à dor de sua família e do seu povo na África do Sul. A morte de Benjamin Moloise representou mais um ato de brutalidade contra a maioria negra da população da África do Sul e uma manifestação de indiferença diante dos apelos da opinião pública mundial. Em consequência, o Governo brasileiro expressa sua mais veemente condenação da decisão de Pretória.

o 90º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o brasil e o japão

Comunicado de Imprensa, divulgado pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 5 de novembro de 1985, a propósito dos 90 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão:

O Brasil e o Japão comemoram hoje o 90º aniversário do estabelecimento das suas relações diplomáticas, com a as-

sinatura, em 1895, de um Tratado de Amizade e Cooperação.

2. O relacionamento entre os dois países foi intensamente marcado pelo importante fluxo migratório do Japão para o Brasil, iniciado há 77 anos e que veio contribuir positivamente para o processo de desenvolvimento do país. Os imigrantes japoneses constituem, igualmente, significativo vínculo cultural entre as duas nações.

3. Atualmente as relações nipo-brasileiras têm como base material os grandes empreendimentos conjuntos nas áreas da siderurgia, construção naval, metalurgia, reflorestamento, transporte, fabricação de celulose e agricultura.

4. O intercâmbio comercial é outra dimensão importante do relacionamento entre os dois países. O Japão constitui-se atualmente num dos principais parceiros comerciais do Brasil. É, também, o terceiro investidor estrangeiro no país e um de nossos principais credores.

5. A colaboração técnica bilateral vem-se processando de maneira intensa há mais de 15 anos e, no momento, começam a ser exploradas as possibilidades de cooperação no campo da ciência e da tecnologia, após a assinatura, em 1984, de um Acordo Básico sobre a matéria.

6. As relações entre o Brasil e o Japão, fonte de significativos benefícios para ambos os países, desenvolvem-se dentro do espírito de amizade e respeito mútuo, que as caracterizou desde o início.

7. O Governo brasileiro está seguro de que este espírito continuará a presidir-las no futuro, contribuindo para o entendimento cada vez mais estreito entre os dois povos.

governo brasileiro condena seqüestro de avião civil egípcio

O Palácio do Itamaraty, em Brasília, divulgou, em 25 de novembro de 1985, o seguinte Comunicado à imprensa:

O Governo brasileiro condena, de forma veemente, o seqüestro de aeronave de companhia civil egípcia, e manifesta seu profundo pesar pela morte de civis inocentes que ocorreu em consequência daquele ato de terrorismo.

A difícil e delicada situação do Oriente Médio exige, de cada Parte e grupo envolvidos, a disposição de aceitar que só os meios e instrumentos da diplomacia, a obediência às determinações dos organismos internacionais, o respeito ao direito, o reconhecimento do que manda a consciência internacional, podem ser a base real para uma paz efetiva na região.

Os atos de terrorismo, além de condenáveis em si, criam uma espiral de violência que só serve para adiar ainda mais a paz e a conciliação que todo o povo brasileiro almeja sejam alcançados, em prazo breve, no Oriente Médio.

Em particular, chocou a consciência brasileira a morte de civis inocentes.

brasil reitera solidariedade ao governo de luanda

**Comunicado do Itamaraty à Imprensa, divulgado
em Brasília, em 23 de dezembro de 1985:**

Ao ser confirmado que forças militares sul-africanas voltaram a invadir o sul do território angolano, a partir das bases existentes na Namíbia, ilegalmente ocupada pela República da África do Sul, o Governo brasileiro reitera sua solidariedade com o Governo de Luanda e seu apoio à luta da SWAPO pela independência da Namíbia. Ao mesmo tempo, o Governo de Brasília condena, de forma veemente, a política colonialista que Pretória implementa no ter-

ritório namibiano e as tentativas de desestabilização militar e econômica levadas a efeito contra a República angolana.*

nota brasileira condena os ataques terroristas nos aeroportos de roma e viena

**Nota do Governo brasileiro, divulgada pelo
Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 27 de
dezembro de 1985:**

O Governo brasileiro recebe com tristeza e consternação a notícia dos ataques terroristas nos Aeroportos de Roma e Viena. Mais uma vez, o terror atinge vítimas inocentes.

O Governo brasileiro une-se a todos aqueles que, energicamente, condenam esses ataques, que servem para dificultar a busca da paz e do entendimento, únicos elementos capazes de assegurar solução justa e permanente para o Oriente Médio.

* Na seção **Mensagens**, página 115, Carta do Presidente do Comitê Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) contra o **apartheid** ao representante do Brasil junto àquela organização, agradecendo ajuda brasileira à esposa do poeta Nelson Mandela.

governo brasileiro envia mensagens ao secretário geral da onu

Mensagem do Presidente José Sarney ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, enviada em 24 de outubro de 1985; e mensagem do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, ao Secretário Geral da ONU, enviada em 23 de outubro de 1985.

MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Há quarenta anos, com as terríveis feridas provocadas pelo maior dos conflitos globais ainda vivas, nascia a Organização das Nações Unidas, criação máxima da vontade coletiva dos povos para o equacionamento dos problemas mundiais. Neste Quadragésimo Aniversário de fundação das Nações Unidas compartilho com os demais Estados-membros e com Vossa Excelência a satisfação pela relevante missão que vem cumprindo a organização.

As Nações Unidas representam a mais alta instância do diálogo, da busca do entendimento e da paz entre os homens, e seu vasto e frutífero trabalho afigura-se indispensável para o aprimoramento das relações internacionais.

Num quadro internacional em que a confrontação e a intolerância parecem voltar a substituir, muitas vezes, o diálogo entre as nações, e em que o espectro da guerra nuclear ameaça o próprio futuro da vida sobre a terra. É sobre a autoridade das Nações Unidas e dos princípios e propósitos que a inspiram que repousam as esperanças da humanidade em um futuro de paz, justiça e progresso.

Minha presença nesta Quadragésima Sessão da Assembleia Geral é prova da relevância que o Povo e o Governo brasileiro atribuem às Nações Unidas.

As atividades desenvolvidas nesses quarenta anos pela Organização, seus órgãos específicos e suas agências especializadas, no campo político, econômico, social, humanitário, educacional, cultural, científico e jurídico, formam inestimável repositório de conquistas e conhecimentos alcançados pela humanidade.

Grandes desafios estão por vencer como o subdesenvolvimento, as crises geradas pelo endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, o desrespeito aos direitos humanos, o "apartheid", os conflitos armados localizados e o neocolonialismo, sob todas as suas formas. Uma dedicação renovada aos propósitos e princípios da Carta, instrumento básico da ordem e convivência internacionais, por parte dos Estados-membros, é indispensável para a cristalização dos ideais que inspiram as Nações Unidas.

Nesta ocasião, expresso os votos sinceros da nação brasileira para que a ONU, sob a decidida e esclarecida liderança de Vossa Excelência, amplie e fortaleça ainda mais sua atuação na manutenção da paz e segurança internacional, na promoção da justiça, na defesa dos direitos humanos e no progresso da humanidade.

José Sarney

Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM DO CHANCELER OLAVO SETÚBAL

On the occasion of the 40th Anniversary of the United Nations I wish to convey to you the deep appreciation of the Government of Brazil with the role that, under your distinguished leadership, the Organization has been able to play in world affairs. I am deeply convinced that, in spite of the many difficulties and problems which have so far prevented the fulfillment of the highest hopes and goals embodied in the Charter, the United Nations remains an indispensable tool for conducting international relations in an environment which guarantees peace and stability and promotes progress, justice and dignity for all human beings. Highest consideration.

Olavo Setúbal

Minister for External Relations of the Federative Republic of Brazil.

a mensagem do chanceler olavo setúbal à comissão mundial sobre desenvolvimento e meio ambiente

Mensagem do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, à Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, por ocasião da abertura da IV Reunião da Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 31 de outubro de 1985:

É com grande prazer que lhes dou as boas vindas no Ministério das Relações Exteriores.

O Governo brasileiro e, sobretudo, o Itamaraty, emprestam particular importância à proteção internacional ao meio ambiente.

Desde a Conferência de Estocolmo, e ao longo dos anos de instalação do UNEP, em Nairobi, o Brasil vem trazendo sua colaboração mais vigorosa à formulação e implementação de políticas de âmbito regional e mundial aplicadas ao meio ambiente.

Tem sido cuidado constante do Governo brasileiro conciliar, no campo do meio ambiente, as preocupações legítimas de preservação de nossa soberania com a necessidade de encontrar caminhos reciprocamente vantajosos para uma útil e eficaz cooperação internacional.

É neste espírito que recebemos, hoje, esta Comissão, que vem ao Brasil conhecer, mais de perto, a nossa complexa realidade. A qualidade dos seus integrantes nos assegura que ela saberá evitar as generalizações fáceis e a linguagem excessiva e que, sobretudo, saberá reconhecer o grande trabalho, certamente ainda incompleto, que vem sendo desenvolvido pelo Governo e pela sociedade brasileira, para garantir, agora e no futuro, a utilização racional de nossos recursos naturais.*

governo brasileiro manda mensagem de pesar ao povo colombiano

Mensagem do Presidente José Sarney ao Presidente da Colômbia, Belisário Betancur Quartas, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, ao Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Augusto Ramirez Ocampo, enviadas em 15 de novembro de 1985, a propósito da tragédia provocada pelo vulcão "Nevado del Ruiz".

MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Desejo expressar a Vossa Excelência — em meu nome e de todo o povo brasileiro — o mais profundo pesar pela catástrofe decorrente da erupção do vulcão Nevado del Ruiz. Estou ciente de que Vossa Excelência, pessoalmente, supervisiona os trabalhos de socorro e rogo informar-me como poderia o Brasil contribuir para as tarefas de salvamento nas regiões afetadas. Renovo a expressão da mais profunda solidariedade e simpatia do povo brasileiro neste momento de dor para a Nação colombiana.

José Sarney,
Presidente da República
Federativa do Brasil

MENSAGEM DO CHANCELER OLAVO SETÚBAL

"Profundamente consternado pela tragédia provocada pelo vulcão Nevado del Ruiz, manifesto a Vossa Excelência as expressões de pesar e simpatia de toda a nação brasileira. Nesta ocasião, apresso-me a oferecer todos os préstimos visando a materializar a oferta de auxílio já transmitida a Sua Excelência o Senhor Presidente Belisário Betancur Quartas pelo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil. Aceite Vossa Excelência, mais uma vez, as

manifestações de mais ampla solidariedade de todos os brasileiros irmanados ao povo colombiano nesta hora de sofrimento. Mais alta consideração."

Olavo Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil.

governo angolano agradece mensagem brasileira de solidariedade

Mensagens do Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, em 27 de novembro de 1985, e do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Afonso Van Dunem, em 24 de setembro de 1985, ao Chanceler Olavo Setúbal, divulgadas pelo Itamaraty, respectivamente, em 30 de novembro e 1º de outubro de 1985.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DE ANGOLA

"Excelência,

Tenho a honra de acusar a recepção da sua mensagem que tão gentilmente teve a amabilidade de me endereçar, em solidariedade ao povo angolano e ao seu governo em face da nova escalada de agressão perpetrada pelo exército racista sul africano contra o território da República Popular de Angola. Ao manifestar o nosso mais profundo agradecimento e reconhecimento pelas constantes provas de solidariedade que Vossa Excelência nutre para com o povo angolano, não quero deixar de sublinhar que os contínuos atos de agressão contra Angola perpetrados pelo regime racista da África do Sul constituem uma séria ameaça à paz na África Austral e a segurança internacional. Estou certo que Vossa Excelência continuará a empreender os seus prestimosos esforços no sentido de contribuir para o estabelecimento de uma paz justa e durável na sub-região austral do continente africano, pela aplicação da resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU sobre o problema da Namíbia e pela abolição do sistema do **apartheid** na própria África do Sul.

Aceite, Excelência, os protestos da minha alta consideração.

José Eduardo dos Santos
Presidente do MPLA — Partido do Trabalho
Presidente da República Popular de Angola

MENSAGEM DO CHANCELER ANGOLANO

Tenho a honra de acusar a recepção da mensagem que me foi endereçada por Vossa Excelência, na qual expressa o repúdio à invasão do solo angolano pelas forças armadas

* Na página 119, seção **Notícias**, uma informação sobre a IV Reunião da Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente.

do regime racista de Pretória essa mensagem Vossa Excelência assegura a toda a nação angolana a solidariedade do povo e governo brasileiros o que altamente apreciamos.

Estamos cientes de que tal gesto é o reflexo do relacionamento harmonioso entre nossos respectivos povos e governos.

Alta consideração
Afonso Van Dunem
Ministro das Relações Exteriores
da República Popular de Angola

Em Luanda, aos 24 de setembro de 1985 "Ano do II Congresso do Partido".

presidente do comitê especial da onu agradece ajuda brasileira à esposa do poeta nelson mandela

**Carta do Presidente do Comitê Especial da ONU
contra o apartheid, Embaixador Garba, ao
representante do Brasil junto às Nações Unidas,
George Álvares Maciel, divulgada pelo Palácio do
Itamaraty, em Brasília, em 5 de dezembro de 1985.**

Gostaria de expressar-lhe e a seu Governo o sincero agradecimento do Comitê contra o **Apartheid** pelo generoso gesto de solidariedade representado pela contribuição financeira efetuada à Senhora Winnie Mandela, para que ela possa reconstruir sua casa e a sua clínica, perdidamente danificadas no início de agosto último, por pessoas não identificadas.

As contribuições estão sendo encaminhadas ao Secretário-Geral das Nações Unidas, a fim de que sejam transferidas à Senhora Mandela, que, informada da assistência financeira, expressou sua gratidão.

presidente josé sarney envia mensagens a reagan e a gorbachev

**Mensagens do Presidente José Sarney ao Presidente
dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, e
ao Secretário Geral do Partido Comunista da**

**União das Repúblicas Socialistas Soviéticas,
Mikhail Gorbachev, enviadas em 13 de dezembro
de 1985.**

MENSAGEM A REAGAN

O Brasil acompanha com grande atenção o encontro em Genebra de Vossa Excelência, Senhor Presidente, com o Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, acontecimento cuja importância transcende os interesses exclusivos dos Estados Unidos e da União Soviética.

É universal o sentimento de que as conversações de Vossa Excelência com o Secretário-Geral Gorbachev podem contribuir decisivamente para a melhoria de um clima de entendimento e cooperação nas relações Leste-Oeste e uma substancial redução de tensões em escala mundial e regional. Formulo votos para o estabelecimento de bases sólidas para êxito das negociações de desarmamento, a redução da corrida armamentista nuclear e a esperada transferência de recursos humanos e materiais para as tarefas urgentes e construtivas do desenvolvimento.

A preservação e o fortalecimento da paz e da segurança internacionais é empresa de que participa toda a humanidade. Iniciativas como a do próximo encontro de Genebra constituem motivo de esperança, na medida em que possam levar a medidas concretas e objetivas a favor da paz. Alta consideração."

MENSAGEM A GORBACHEV

"O Brasil acompanha com grande atenção o encontro em Genebra de Vossa Excelência, Senhor Secretário-Geral, com o Presidente dos Estados Unidos da América, acontecimento cuja importância transcende os interesses exclusivos da União Soviética e dos Estados Unidos.

É universal o sentimento de que as conversações de Vossa Excelência com o Presidente Reagan podem contribuir decisivamente para a melhoria de um clima de entendimento e cooperação nas relações leste-oeste e uma substancial redução de tensões em escala mundial e regional. Formulo votos para o estabelecimento de bases sólidas para o êxito das negociações de desarmamento, a redução da corrida armamentista nuclear e a esperada transferência de recursos humanos e materiais para as tarefas urgentes e construtivas do desenvolvimento.

A preservação e o fortalecimento da paz e da segurança internacionais é empresa de que participa toda a humanidade. Iniciativas como a do próximo encontro de Genebra constituem motivo de esperança, na medida em que possam levar a medidas concretas e objetivas a favor da paz. Alta consideração."

nova sede do "brazilian american cultural institute", em washington

Foi inaugurada em setembro de 1985, a nova sede do **Brazilian-American Cultural Institute — BACI**, localizada no número 4103 da **Connecticut Avenue, NW**, um dos melhores pontos de Washington. A nova sede, bem mais ampla que a anterior, corresponde às necessidades de crescimento e de ampliação das atividades do Instituto. A mudança e as obras de reforma do prédio foram executadas com recursos próprios do BACI e com o apoio de empresas privadas brasileiras e norte-americanas.

A inauguração da nova sede foi marcada pela exposição intitulada **Brazilian 20th — century Art from Washington Collections**, que, por sua vez, deu início à quinzena cultural também organizada para celebrar o evento.

O BACI, fundado em 1964, é uma organização sem fins lucrativos, com estatutos registrados em Washington, dedicada à promoção da cultura brasileira nos Estados Unidos e ao intercâmbio cultural entre os dois países. Com apoio do Itamaraty, é mantida por um quadro de sócios locais e pelos estudantes que freqüentam seus cursos de português. O Instituto promove exposições de arte, recitais de música brasileira erudita e popular, palestras, seminários, exibição de audiovisuais e documentários. Mantém ainda biblioteca especializada e um laboratório de línguas, para uso de seus associados e da comunidade em geral, interessada no estudo de português.

marlos nobre eleito presidente do "conselho internacional da música" da unesco

O compositor brasileiro Marlos Nobre foi eleito em 19 de outubro de 1985 Presidente do "Conselho Internacional da Música", da UNESCO, para o período 1986-87, por ocasião de sua convenção anual realizada em Leipzig, na República Democrática Alemã. A eleição foi por unanimidade, sendo o compositor pernambucano o primeiro Latino-americano a ser eleito para presidir o prestigioso Conselho da "UNESCO". Foi também decidido que o ano de 1987 será considerado como o "Ano Villa-Lobos", em homenagem ao centenário de nascimento do compositor brasileiro. Marlos Nobre propôs ainda ao conselho que a sua reunião anual de 1986 ou 1987 seja sediada na cidade do Rio de Janeiro.

brasil participa da 82ª feira internacional para bens de consumo, em budapeste

Foi encerrada no dia 06 de outubro a 82ª Feira Internacional de Budapeste para Bens de Consumo. A participação brasileira justificou-se tanto do ponto de vista comercial como político, ao prestigiar, com um dos melhores **stands**, iniciativa do Governo local.

Foi grande o afluxo de público durante toda a duração da Feira sendo de destacar a visita que realizou ao **stand** na sexta-feira, dia 4, o Senhor Ferenc Kepe, responsável pelo Brasil no Ministério do Comércio Exterior.

O Senhor Laszlo Korosvolgyi, diretor geral da HUNGEX-PO, agradeceu a participação brasileira e destacou a excelente apresentação e a organização do **stand**.

A INTERBRÁS e empresas brasileiras iniciaram negociações com representantes comerciais de empresas da Polônia, Iugoslávia, Áustria, Grã-Bretanha, Itália, Canadá, Alemanha Ocidental e Berlim Ocidental. As empresas húngaras contatadas concentram-se nas áreas de eletricidade, produtos químicos, couro, borracha, produtos alimentícios e têxteis.

seminário sobre transporte rodoviário na região amazônica

O Ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, abriu no dia 8 de outubro, no Auditório do Palácio do Itamaraty, em Brasília o "Seminário sobre Transporte Rodoviário na Região Amazônica", que reuniu representantes dos Países-Membros do Tratado de Cooperação Amazônica — TCA (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), representantes do BIRD, BID, PNUD e OEA, além dos participantes brasileiros.

O Ministro dos Transportes, Affonso Camargo, fez uma breve exposição sobre o tema **A ABERTURA RODOVIÁRIA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA**, na abertura do Seminário, promovido pelos Ministérios dos Transportes e das Relações Exteriores, com o apoio da O.E.A. As palestras e debates do Evento foram conduzidas por especialistas internacionais, por técnicos da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, do Instituto de Pesquisas Rodoviárias — IPR e DERs de Rondônia e Mato Grosso, tendo também sido realizadas visitas de caráter técnico à BR-364 nos trechos Porto Velho/Rio Branco e Porto Velho/Cuiabá.

O Seminário teve por objetivo fomentar o intercâmbio de conhecimentos especializados, de informações e de experiências técnicas, relativos ao planejamento, construção, manutenção e operação de rodovias na Amazônia, entre os Países-Membros do TCA.

O comprometimento dos Governos dos Países-Membros do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) com a questão da cooperação na área de transportes está registrado no Artigo X do Tratado. Em Belém, em 1981, a I Reunião de Chanceleres do TCA renovou esse compromisso, conferindo especial importância à cooperação na área de transportes rodoviários e, com esse fim, encarregou o Conselho de Cooperação Amazônica da tarefa de coordenar o intercâmbio de informações e estudos preliminares sobre as possibilidades de integração física entre os Estados-Parte (Declaração de Belém, Artigo XIII).

A realização do Seminário dá seguimento e acolhida à proposta brasileira de realizar um seminário sobre transporte rodoviário na região, na II Reunião de Chanceleres, em Cali, em 1983.

Todos os países participantes apresentaram sua contribuição sob a forma de um Documento Nacional. O Documento Nacional brasileiro trata da experiência no desenvolvimento rodoviário na Amazônia, na construção e manutenção dos sistemas rodoviários locais da região e no papel das rodovias troncais (em especial a BR-364) na formulação de projetos integrados de desenvolvimento.

O Documento foi elaborado pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), graças às contribuições fornecidas pelos seguintes órgãos e instituições brasileiras:

- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER
- Departamento de Obras de Cooperação do Exército brasileiro — DOC/EB
- Instituto de Pesquisas Rodoviárias — IPR
- Instituto Nacional de Reforma Agrária — INCRA
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF
- Fundação Nacional do Índio — FUNAI
- Departamentos de Estradas de Rodagem — DER — dos Estados do Amazonas, do Acre, de Goiás, do Maranhão, do Mato Grosso e do Pará.

missão de são tomé e príncipe visita o brasil

Nos dias 17 e 18 de outubro, a missão, chefiada pelo Ministro da Informação de São Tomé e Príncipe, Manuel Vaz Afonso Fernandes, e integrada pelo Diretor de Cooperação Bilateral do Ministério da Cooperação, Olegário Tiny, e pelo Chefe do Departamento de Televisão Experimental do Ministério da Informação, manteve contatos em Brasília. Os visitantes foram recebidos pelo Senhor Chefe do Departamento de África do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Asdrubal P. Ulyseu e pelo Conselheiro Tadeu Valadares, chefe da Divisão de África II. Ainda em Brasília mantiveram contato com o presidente, em exercício, da Empresa Brasileira de Notícias, Luís Serrano.

Esta foi a primeira visita de alto nível de autoridades santomenses ao Brasil desde a visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros daquele país, em junho de 1984, quando foram assinados três acordos bilaterais de cooperação cultural, de cooperação científica e tecnológica e de criação de uma Comissão Mista entre o Brasil e São Tomé e Príncipe.

Os principais campos de cooperação nos quais aquele país está interessado são os de Comunicações e Agricultura; neste último destaca-se o interesse no campo de recuperação de suas lavouras de cacau.

No campo das comunicações, foram assinados até o momento um **memorandum** de entendimento com a Funtel e também um acordo com a Rede Globo de Televisão, visando a difusão naquele país de programas brasileiros.

no brasil, o ministro das minas e energia da tchecoslováquia

O ministro das Minas e Energia da República Socialista da Tchecoslováquia, Vlastimil Ehrenberger, chegou ao Rio de Janeiro no dia 20 de outubro de 1985, onde manteve contatos com o Governador Leonel Brizola e com os Presidentes da CVRD, ELETROBRÁS e PETROBRÁS. No dia 22, realizou visita à hidrelétrica de Itaipu.

Em Brasília, avistou-se com os Senhores Presidente da República, Presidente do Senado e com os Ministros das Relações Exteriores e das Minas e Energia.

A visita do Senhor Ehrenberger teve por objetivo identificar novas formas de cooperação entre o Brasil e a Tchecoslováquia, atualmente centrada sobretudo no campo energético. Há grande interesse daquele país nos projetos de irrigação que serão implantados no Nordeste do Brasil e que se estendem também ao setor agrícola.

a visita do secretário geral da aladi ao brasil

O Secretário Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Embaixador Juan José Real, visitou o Brasil em outubro de 1985 com o objetivo de manter conversações com autoridades brasileiras a propósito da Rodada Regional de Negociações programada para o ano de 1986.

Essa Rodada, que visa a criar novos instrumentos na ALADI para a expansão e diversificação do comércio entre os países-membros, será realizada sob a inspiração do Plano de Ação de Quito, resultante da Conferência Econômica Latino-Americana, que ocorreu na capital equatoriana em fevereiro de 1984.

O Secretário Geral da ALADI manteve contatos com os Ministros das Relações Exteriores, da Agricultura, da Fazenda e da Indústria e Comércio e outras autoridades. Foi recebido, em audiência, pelo Presidente da República, que

esteve na ALADI por ocasião da sua visita oficial ao Uruguai.

Além desses encontros, o Secretário-Geral da ALADI reuniu-se com autoridades da área de comércio exterior, como o Diretor da CACEX e com as lideranças empresariais representadas pelas Confederações Nacionais da Agricultura, Comércio e Indústria.

quarta reunião da comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento

Iniciou-se no dia 31 de outubro de 1985, em São Paulo, a IV Reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Essa Comissão foi criada pela Resolução 38/161 da 38ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1983, com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração (órgão deliberativo) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) na preparação do documento intitulado "Perspectiva Ambiental para o Ano 2000 e além". Nessa tarefa, *inter alia*, a Comissão também atuou no sentido de:

- a) propor estratégias de longo prazo para o tratamento da questão ambiental e suas relações com o problema do desenvolvimento;
- b) recomendar maneiras pelas quais a preocupação com o meio ambiente possa traduzir-se em maior cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento;
- c) reexaminar questões críticas na área do meio ambiente e formular propostas de ação realistas e concretas;
- d) aumentar o nível de conscientização e comprometimento com a causa ambiental por parte de indivíduos, organizações, empresas, institutos e governos.

A referida Comissão é composta de 22 peritos ou personalidades ligados à área do meio ambiente, originários, tanto de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento, e presidida pela Senhora Gro Harlem Brundtland, ex-Primeira Ministra da Noruega, conforme relação em anexo. Todos participaram dos trabalhos da Comissão a título pessoal. Do Brasil, foi convidado a integrá-la o Dr. Paulo Nogueira Neto, Secretário Especial do Meio Ambiente.

sexta reunião da comissão mista brasil-noruega de cooperação econômica, industrial e técnica

A Comissão Mista Brasil-Noruega de Cooperação Econômica, Industrial e Técnica, cuja criação data de 1978, reuniu-se, em Brasília, nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 1985. A Comissão Mista entre o Brasil e a Noruega tem-

se reunido quase todos os anos, alternadamente em cada país, com o principal objetivo de identificar os meios necessários para dinamizar o comércio e os investimentos bilaterais. Esta será a VI Reunião, na qual se examinarão igualmente as possibilidades de se intensificar o relacionamento no campo da cooperação técnica, visando ao aproveitamento do potencial de complementaridade entre nossas economias.

No primeiro semestre deste ano as exportações do Brasil para a Noruega totalizaram US\$ 46.652 milhões, com o registro de aumento de 17,84% em relação ao igual período do ano anterior. As importações provenientes da Noruega, por sua vez, alcançaram a cifra de US\$ 20.1 milhões, indicando um incremento de 0,7% das vendas para o nosso país. A balança comercial entre os dois países foi favorável ao Brasil de 1980 a 1984, com o maior superávit apresentado no último ano (US\$ 64.2 milhões).

quarto seminário sobre aspectos jurídico-legais das negociações em comércio exterior

Realizou-se, nos dias 28 e 29 de novembro de 1985, no auditório do Palácio Itamaraty, em Brasília, o IV Seminário sobre Aspectos Jurídico-Legais das Negociações em Comércio Exterior, evento de cooperação técnica em promoção comercial patrocinado pelo Itamaraty em coordenação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com a colaboração do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC), Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Fundação Dom Cabral, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP).

O Seminário abordou quatro temas básicos: a) Negociação e Renegociação de Empréstimos Externos destinados ao Financiamento de Projetos de Desenvolvimento; b) Negociação e Celebração dos Contratos de *joint-ventures*; c) Contratos de Exportação de Serviços; e d) Controle de Qualidade e Estandarização.

presidente josé sarney assina decreto suspendendo a caça comercial à baleia

A exploração de baleias é internacionalmente regulada, por meio da fixação de limites de capturas por espécies e por áreas geográficas, pela Comissão Internacional da Baleia (CIB), da qual o Brasil é membro. A captura no País se restringe à baleia "minke", ou baleia anã, pela companhia COPESBRA, da Paraíba.

Em 1982 a CIB aprovou emenda a seu Regulamento que instituiu a moratória da caça comercial de todas as espécies de baleias, a vigorar de 1986 a 1990. O Brasil está obrigado a cumpri-la, uma vez que não apresentou, por decisão presidencial, objeção regulamentar à medida no prazo legal.

A moratória tem por objetivo permitir a avaliação internacional do impacto da interrupção da captura nos estoques de baleias de todo o mundo, tendo em vista a conservação da espécie.

O Decreto do Senhor Presidente da República incorpora a moratória ao direito interno brasileiro, suspendendo a caça comercial por cinco anos. Eis a íntegra do Decreto:

**DECRETO Nº 92.185 —
DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985**

Proíbe as atividades de caça comercial da baleia no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 1986, por um período de 5 (cinco) anos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e de acordo com o Decreto nº 73.497, de 17 de janeiro de 1974, decreta:

Art. 1º Ficam proibidas, nos termos da emenda 10 (e) ao Regimento da Convenção Internacional para a Regulação da Pesca da Baleia, as atividades de caça comercial da baleia no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 1986, por um período de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Revoguem-se as disposições em contrário.

*José Sarney — Presidente da República.
Henrique Sabóia.
Olavo Setúbal.
Pedro Simon.**

bélgica restitui micos-leões ao brasil

No final do ano de 1983, foram recebidas diversas denúncias, formuladas por entidades de preservação da natureza, de que estariam em poder de um comerciante belga micos-leões pretos de cara dourada (*leontopithecus chrysomelas*), ilegalmente exportados do Brasil para a Bélgica.

Confirmada a procedência das denúncias, o Governo brasileiro decidiu invocar a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), da qual é membro desde 1975, a fim de, com base nos dispositivos pertinentes dessa Convenção, solicitar ao Governo belga a restituição dos animais. No entanto, esse recurso revelou-se inoperante, uma vez que a Bélgica, àquela época, ainda não ratificara a re-

ferida Convenção. Além disso, pelas leis internas do país, o Governo belga estava impossibilitado de exigir do comerciante a devolução dos micos-leões.

Após a ratificação da CITES pela Bélgica, em janeiro de 1984, o Governo brasileiro, por intermédio da Embaixada do Brasil em Bruxelas, intensificou conversações com o Governo belga, de maneira a procurar alcançar solução conciliatória para a questão, que nos assegurasse a restituição dos animais. Com efeito, fórmula mutuamente satisfatória foi encontrada em julho deste ano e formalizada em ajuste firmado por ambos Governos, pela qual o comerciante, ressarcido das despesas referentes à manutenção dos micos por quase dois anos, restituiu voluntariamente ao Brasil 8 casais de micos-leões, que chegaram ao Rio de Janeiro no dia 1º de dezembro, pelo voo 729 da VARIG, procedente de Amsterdam. Os animais vieram acompanhados de técnico especializado do IBDF, que se havia deslocado até Bruxelas na semana passada para preparar o acondicionamento dos micos para a viagem. Permanecerão de quarentena até que adquiram novamente condições de se readaptarem a seu habitat original, no Sul da Praia.

O Acordo que permitiu o repatriamento dos micos tornou-se possível, cabe ressaltar, pela boa-vontade e espírito de cooperação demonstrados pelas autoridades belgas e pelo comerciante, que aceitaram negociar o retorno dos animais a despeito de não estarem jurídica ou formalmente obrigados a tanto.

DNER elabora projeto para construção de ponte sobre o rio Tacutu, na fronteira com a guiana

O Embaixador do Brasil em Georgetown, Octávio Goulart fez entrega ao Governo da República Cooperativista da Guiana, na pessoa do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Rashleigh Jackson, do projeto final de engenharia elaborado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER para a construção de uma ponte internacional sobre o rio Tacutu, na fronteira brasileiro-guianense, unindo as cidades de Bonfim (Roraima) e Lethem, na Guiana. A elaboração do projeto em apreço decorreu de acordo assinado em janeiro de 1982, por ocasião da visita a Georgetown do então Chanceler Saraiva Guerreiro, e posteriormente ratificado pelos dois Governos. O projeto prevê a construção de uma ponte de concreto armado, com 240 metros de vão e 5.000m² de área construída, onde serão instalados postos de controle da Alfândega e da Polícia Federal, bem como casas para operadores e um viradouro do lado da Guiana, onde prevalece o sistema inglês de trânsito (tráfego pela esquerda). O empreendimento, cujo custo está orçado entre US\$ 8 e US\$ 10 milhões, será levado adiante pelo Governo brasileiro sem encargos para o Governo guianense. O projeto será executado atra-

* O Decreto 92.185, de 20 de dezembro de 1985, foi publicado no **Diário Oficial** de 23 de dezembro de 1985, seção 1, página 18.865.

vés de licitação pública no Brasil, estando seu cronograma na dependência da autorização dos recursos orçamentários necessários. O prazo de construção previsto para o término da obra é de 02 anos.

2. A ponte a ser construída sobre o rio Tacutu fará parte dos esquemas de interconexão viária entre as capitais sul-americanas e representará o passo inicial para a concretização da interconexão rodoviária com a Guiana, que se completará com a construção de uma rodovia entre Boa Vista e Georgetown (788Km). Do lado brasileiro, os 123 Km de distância entre Boa Vista e Bonfim, na fronteira com a Guiana, são cobertos pela BR 401, rodovia já implantada. Do lado guianense, a distância entre Lethem, na fronteira com o Brasil (em frente a Bonfim) e Georgetown é de 665 Km, dos quais 110 são pavimentados, 282 implantados e 273 apenas planejados (entre as localidades guianenses de Lethem e Mabura Hill). Para os estudos de viabilidade e o projeto de engenharia do trecho Lethem-Mabura Hill seriam necessários recursos de US\$ 5 milhões, devendo ser ressaltado que algumas empresas brasileiras já demonstraram interesse pela construção desse trecho restante da rodovia.

3. Quando concretizada, a interconexão viária com a Guiana, além de facilitar o tráfego e o intercâmbio comercial na região fronteiriça e o transporte de pessoas entre os dois países, proporcionará o acesso por terra das exportações brasileiras ao mercado do país vizinho. A conclusão da rodovia deverá, igualmente, abrir amplas perspectivas para o desenvolvimento da Guiana, favorecendo o escoamento da produção agropecuária do Distrito de Rupununi e permitindo o acesso às regiões de grande potencial mineral, notadamente de petróleo, situadas naquela área.

secretário geral do comércio da espanha mantém contatos no brasil

O Secretário Geral do Comércio do Ministério da Economia e Fazenda da Espanha, Guillermo de La Dehesa visitou o Brasil em dezembro de 1985. Compunham a sua delegação as seguintes autoridades: Senhor Apolonio Ruiz Ligerio, Diretor Geral de Política Comercial do Ministério da Economia e Fazenda; Senhor José Antonio Garcia Lopez, Conselheiro Econômico e Comercial da Embaixada da Espanha, Chefe do Escritório Comercial da Espanha no Brasil; Senhor Manuel de la Camara, Subdiretor Geral de Relações Econômicas Bilaterais do Ministério de Assuntos Exteriores; e Senhor José Luis Oterino, Chefe do Serviço de Relações Bilaterais com a Iberoamérica, do Ministério da Economia e Fazenda.

O objetivo desta visita foi manter entendimentos e discutir fórmulas que permitam minorar o desequilíbrio, favorável ao Brasil, na balança de comércio bilateral e analisar aspectos do intercâmbio comercial Brasil-Espanha.

O Senhor De La Dehesa foi recebido, em Brasília, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, tendo, no Rio de Janeiro, sido recebido pelo Senhor Roberto Fendt Júnior, Diretor da CACEX.

índice

brasil recebe o presidente da França, François Mitterrand discurso do presidente José Sarney, por ocasião do jantar oferecido ao presidente da República da França, François Mitterrand, no Palácio do Itamaraty	3
assinatura de atos entre o Brasil e a França discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, por ocasião da assinatura de atos entre o Brasil e a França	8
em Brasília, o primeiro-ministro da República Popular da China discursos do presidente José Sarney e do primeiro-ministro da República Popular da China, Zhao Ziyang (tradução não-oficial), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao chefe do governo chinês; e palestra do primeiro-ministro Zhao Ziyang (tradução não-oficial), proferida em Brasília.	11
José Sarney e Raúl Alfonsín inauguram a ponte “Presidente Tancredo Neves” discursos dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, na fronteira entre o Brasil e a Argentina, por ocasião da inauguração da ponte “Presidente Tancredo Neves”	19
Brasil e Argentina assinam declaração conjunta sobre política nuclear declaração conjunta Brasil-Argentina, assinada, em Foz do Iguaçu, pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín	27
declaração de Iguaçu declaração dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, assinada em Foz do Iguaçu, logo após a inauguração da ponte “Presidente Tancredo Neves”	28
comunicado de imprensa Brasil-Argentina comunicado de imprensa Brasil-Argentina, divulgado em Foz do Iguaçu, em 30 de novembro de 1985, logo após o encontro dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, para inauguração da ponte “Presidente Tancredo Neves”	32
inaugurada a subcomissão para o desenvolvimento de zonas fronteiriças Brasil-Uruguai discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, por ocasião da inauguração da subcomissão para o desenvolvimento conjunto de zonas fronteiriças entre o Brasil e o Uruguai	35
Itamaraty comemora os 40 anos da organização das Nações Unidas discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, por ocasião das comemorações do 40º aniversário da organização das Nações Unidas	37
congresso nacional realiza sessão solene em homenagem ao 40º aniversário de fundação da ONU discursos do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, senador Cid Sampaio, do deputado Edison Lobão e do presidente do Congresso Nacional, senador José Frágelli, no Congresso Nacional, por ocasião de sessão solene em homenagem ao quadragésimo aniversário de fundação da organização das Nações Unidas	42
visita do diretor geral da Organização Mundial de Saúde discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao diretor geral da Organização Mundial de Saúde, Dr. Halfdan Mahler.	51
primeiro-ministro do Suriname visita o Brasil discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao primeiro-ministro do Suriname, Wim Udénhout	53
comunicado conjunto Brasil-Suriname comunicado conjunto Brasil-Suriname, divulgado pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, ao final da visita do primeiro-ministro daquele país, Wim Udénhout	54

no brasil, vice-primeiro-ministro da turquia	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião do jantar oferecido ao vice-primeiro-ministro da turquia, ismet kaya erdem	57
chanceler brasileiro na xiv assembleia geral extraordinária da oea	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, em cartagena das índias, por ocasião da abertura da xiv assembleia geral extraordinária da organização dos estados americanos (oea)	61
olavo setúbal homenageia os chanceleres dos países-membros do tratado de cooperação amazônica	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, em cartagena das índias, por ocasião de almoço oferecido aos chanceleres dos países-membros do tratado de cooperação amazônica	63
a homenagem de olavo setúbal aos chanceleres da bacia do prata	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, em cartagena das índias, por ocasião de almoço oferecido aos chanceleres dos países da bacia do prata	64
a xi reunião do conselho latino-americano do sela	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, em caracas, por ocasião da xi reunião ordinária do conselho latino-americano do sistema econômico latino-americano (sela)	67
a visita do chanceler olavo setúbal a moscou	
discursos do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, e do ministro dos negócios estrangeiros da união das repúblicas socialistas soviéticas, eduard chevardnadze, (tradução não-oficial) em moscou, durante o almoço oferecido ao representante brasileiro pelo governo soviético	73
comunicado de imprensa brasileiro-soviético	
comunicado de imprensa brasil-urss, divulgado em moscou, ao final da visita do chanceler olavo setúbal a moscou	79
relações diplomáticas	83
designação de embaixadores brasileiros	83
entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	83
tratados, acordos, convênios	85
acordo brasil-canadá sobre o trigo	85
brasil e França assinam acordo para co-produção cinematográfica	86
troca de cartas de intenção entre brasil e França	87
proposta do projeto brasil-França	88
brasil e república popular da china assinam protocolos de cooperação técnica e memorandos de entendimentos	89
brasil e rfa assinam nove ajustes complementares para cooperação técnica	94
brasil e argentina regulamentam o uso da ponte “presidente tancredo neves”	104
ajuste brasil-argentina para cooperação no campo da biotecnologia	105
acordo brasil-urss sobre fornecimento de máquinas	106
brasil e urss assinam <i>memorandum</i> de entendimento	107
atos bilaterais assinados no 4º trimestre de 1985 e que não se acham em vigor	107
registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no 4º trimestre de 1985	108
comunicados e notas	111
governo brasileiro repele ataque israelense às instalações da olp em tûnis	111
brasil lamenta execução do poeta sul-africano, benjamin moloise	111

o 90º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o brasil e o japão	111
governo brasileiro condena seqüestro de avião civil egípcio	111
brasil reitera solidariedade ao governo de luanda	112
nota brasileira condena os ataques terroristas nos aeroportos de roma e viena	112
mensagens	113
governo brasileiro envia mensagens ao secretário-geral da onu	113
mensagem do chanceler olavo setúbal à comissão mundial sobre desenvolvimento e meio ambiente	113
governo brasileiro manda mensagem de pesar ao povo colombiano	114
governo angolano agradece mensagem brasileira de solidariedade	114
presidente do comitê especial da onu agradece ajuda brasileira à esposa do poeta nelson mandela	115
presidente josé sarney envia mensagens a reagan e a gorbachev	115
notícias	117
nova sede do brazilian american cultural institute, em washington	117
marlos nobre eleito presidente do "conselho internacional da música" da unesco	117
brasil participa da 82ª feira internacional para bens de consumo, em budapeste	117
seminário sobre transporte rodoviário na região amazônica	117
missão de são tomé e príncipe visita o brasil	118
no brasil, o ministro das minas e energia da tchecoslováquia	118
a visita do secretário geral da aladi ao brasil	118
quarta reunião da comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento	119
sexta reunião da comissão mista brasil-noruega de cooperação econômica, industrial e técnica	119
quarto seminário sobre aspectos jurídico-legais das negociações em comércio exterior	119
presidente josé sarney assina decreto suspendendo a caça comercial à baleia	119
bélgica restitui micos-leões ao brasil	120
dner elabora projeto para construção de ponte sobre o rio tacutu, na fronteira com a guiana	120
secretário geral do comércio da espanha mantém contatos no brasil	121